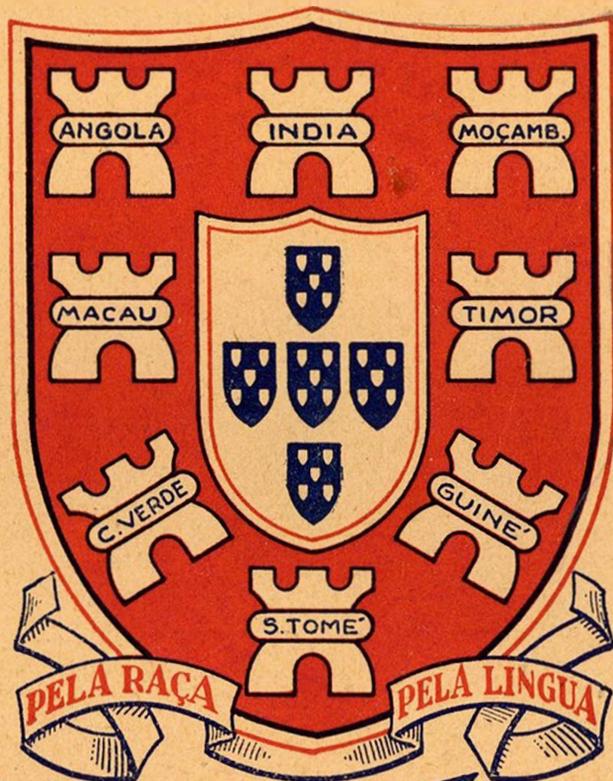


BOLETIM
DA



SOCIEDADE LUSO-AFRICANA

DO
RIO DE JANEIRO.

DOIS CAMPEÕES INVENCÍVEIS

PREMIADOS COM MEDALHA DE OURO

Diz-se que ONDE ESTIVER O HOMEM ESTÁ O PERIGO mas com as senhoras também sucede o mesmo.

Em desportos ou passeios, como em casa, no escritório, ou na oficina, muitos perigos nos ameaçam:

Pequenos ferimentos, golpes, picadas venenosas,
podem causar invalidez ou morte.

Contra êsses perigos e contra eczemas, impigens, frieiras, ou martírios atribuídos ao ácido úrico só DERMOL é campeão seguro e rápido.

Já não há ninguém que se preze que não use DERMOL, que dispensa pomadas e outros tratamentos.

Em outras doenças outro CAMPEÃO DE IGUAL VALOR nos dois sexos; uso interno ou externo:

Rins, bexiga, areias, prostatites, etc. etc.

recentes ou antigas, qualquer causa, mesmo não contagiosa, só BLENOL.

Flores-brancas, em senhoras e meninas, só BLENOL.

DERMOL e BLENOL vendem-se em boas farmácias e drogarias.

Dr. DERMOL - Caixa postal 688 - Rio de Janeiro.

Instruções e literatura gratis.

“COLCHÃO MECANICO”

É o colchão ideal

PELO

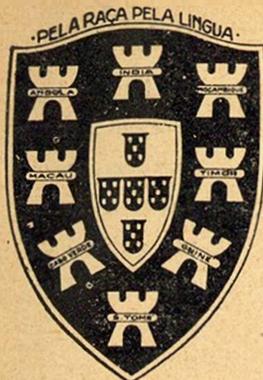
conforto, resistencia e asseio

Sousa Baptista & Cia. Ltda.

RUA 13 DE MAIO, 45

TELEFONE 2-3586

RIO DE JANEIRO



ÓRGAM OFICIAL.

BOLETIM

DA

SOCIEDADE LUSO-AFRICANA

DO

RIO DE JANEIRO

BRASIL

Para Distribuição Gratuita

DIRIGIDO POR ANTONIO DE SOUSA AMORIM

N.º 3

DEZEMBRO

1932

AOS LEITORES



O programa da SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO é por demais conhecido e tão ligado está ao patriótico sentir dos portugueses — vivam êles nesta metrópole amiga, sedutora e magnânima; no territorio estadunidense ou nas ilhas de Hawaii; nas zonas escaldantes do litoral africano ou nos climas temperados e amênos dos planaltos da Africa subtropical; na Europa como na Asia e na Oceânia — para que nos dispensêmos de o meter mais uma vez em crónica, fatigando, de tal modo, a bôa-vontade dos leitores e de quantos têm ajudado a LUSO-AFRICANA a bem cumprir, com lialdade e sublime isenção, a patriótica tarefa que orgulhosamente se impusera.

Como presidente da sua Directoria, cabe-nos o encargo, em obdiência a uma praxe sòlidamente enraizada, de inscrever no pórtico dêste Boletim algumas palavras, quando mais não sejam as suficientes para exprimirmos a nossa gratidão imperecível a todos aqueles que se dignaram concorrer, sob os auspícios desta colectividade,

para o triunfo, dia a dia assinalado, dos ideais pan-lusitanos.

Referindo-nos a êste Boletim, cujo segundo número tão ruídooso successo alcançou por tôda a parte, mas especialmente em ANGOLA, onde recebeu uma verdadeira consagração, a ponto de "*o Govêrno Geral, Liceu, homens letrados, emprêsas comerciais, etc. lhe fazerem os mais rasgados elogios e de terem declarado sêr a única publicação que bem trata das questões coloniais*", não podemos esquivar-nos a referir que, a despeito da sua modestia, êle não só marca de modo indelével o desenvolvimento do grémio de que é órgam oficial, como regista, solênemente, o início de uma nova fase de vida associativa e vale como uma exortação sincera e sonora a todos os portugueses para que se unam sem ressentimentos nem propósitos menos recomendáveis em defesa daquilo que PORTUGAL possui de mais caro e valioso, o inestimável e cubizado penhor da sua posição internacional — o dilatado património ultramarino, que os nossos navegadores descobriram, os nossos guerreiros

conquistaram e submeteram, os nossos colonos arrotearam, os nossos missionários apostolizaram e converteram á doçura do idealismo cristão — dilatando a FÉ E O IMPERIO, na vitoriosa expressão camoneana — e os nossos estadistas disciplinaram e valorizaram, graças a um forte conjunto de leis sábias e humanitárias.

Se “colonizar é pôr em valor a terra e os homens”, como define Alberto Sarraut, ministro das Colónias do Governo Francês, até hoje nenhum país soube, como PORTUGAL, realizar essa brilhante tarefa civilizadora, por isso que, a todos os portugueses, sem distinção de qualquer espécie, se acham franquizadas todas as portas de acesso aos mais altos postos da administração pública.

E quando o País está integrado no regimen da Lei, quer em deveres quer em direitos, todos são — portugueses !

Façamos, porém, um balanço por alto do que foi a acção da Directoria da SOCIEDADE LUSO-AFRICANA a que temos a honra de presidir, registando tão sòmente, as conferências realizadas no derradeiro semestre sob o seu patrocínio — conferências essas que se enquadraram no progrâma pan-lusitano.

Realizou a primeira o Exmo. Snr. Dr. Bertho Condé, brilhante tribuno brasileiro, tendo escolhido para têmea da sua formosa oração “A expansão da lingua portuguesa em relação com os ideais da confraternização universal”; coube a segunda á nossa mui distinta compatriota e preclara professora, Exma. Senhora Doutora Fernanda de Bastos Casimiro, — ilustre Senhora, o mais brilhante ornamento da intelectualidade feminina portuguesa no Brasil, que a Colonia, como era de inteira justiça, tão minguada de valores reais no campo da cultura e do pensamento, não tem sabido apreciar e distinguir —, cujo notabilíssimo trabalho sobre a “RESTAU-

RAÇÃO DE ANGOLA” êste Boletim tem a ventura de inserir na íntegra; e coube a terceira, conferência esplendida pelos altos ensinamentos que divulgou, ao Exmo. Senhor Doutor Rodrigo Rodrigues, nome ilustre e dos mais dignos da nossa Pátria, acidentalmente em vilegiatura nesta cidade, o qual versou com o saber, a inteligência, o tacto politico, o patriotismo sadio e a firmeza de carácter propios de um estadista, como sua Exa. é, sobre “Os sistêmas coloniais portugueses”, e a quem a numerosa e distinta assistência, prodigalizou, vivamente emocionada, fartíssimos aplausos.

Não sabemos se foi muito ou pouco o que realizamos — sabemos apenas que nos orgulhamos da nossa Obra e que a podemos defender de cara erguida, porque só intensões nobres, puras e honradas nos guiarão !

Não nos movem vaidades de qualquer especie nem nos alentam propósitos desprezíveis de mercantilismo.

Cultuamos religiosamente um ideal — o pan-lusitanismo !

Os aplausos não nos envaidecem, assim como nos não abatem tôdas e quaisquer indifferenças.

Temos lutado e saberemos sempre lutar com a dignidade devida ao ideal que ilumina, fortalece e norteia os legionários da LUSO-AFRICANA, para vencer com honra !

Abrasados de patriotismo, mas sem sombras de exagêro, porque, segundo Afonso Lopes Vieira, *os orgulhos patrióticos só são nobres quando são inteligentes*, bradamos com todo o vigôr do nosso entusiasmo e com tôda a força da nossa fé inabalável nos inflexíveis destinos da nacionalidade:

— Portugal ! Portugal ! Portugal !

FRANCISCO DAS DÔRES GONÇALVES

O TERCEIRO PORTUGAL

ANGOLA

PELO CORONEL DE ENGENHARIA VICENTE FERREIRA

ESPECIAL PARA ESTE BOLETIM

PROFESSOR DO INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO,
MEMBRO ASSOCIADO DO INSTITUTO REAL COLONIAL BELGA E DO INSTITUTO
COLONIAL INTERNACIONAL, ANTIGO MINISTRO DAS FINANÇAS
E ALTO COMISSARIO DA REPÚBLICA EM ANGOLA.

DATA de 1484 a chegada dos portugueses ao reino do Congo, na costa ocidental de Africa; data de 1500 a arribada de Pedro Alvares Cabral ás terras de Santa Cruz, na costa americana fronteira.

No reino do Congo encontraram os portugueses uma população numerosa, num estado de civilização ainda rudimentar, sem dúvida, mas já suficientemente desenvolvida para se enquadrar numa organização politica centralizada e forte.

Na terra que depois foi o Brasil, as populações eram, pelo contrário, reduzidas, dispersas, e como organização atingiam apenas a fase primitiva de *clans* e *tribus*.

Tudo parecia indicar, portanto, que se voltassem para a terra africana as atenções e esforços dos aventureiros e homens de governo portugueses. Foi, porém, o contrário que succedeu.

A terra americana, na outra margem do Atlântico, constituiu desde a época do descobrimento um centro poderoso de atracção e de fixação da gente portuguesa, e em poucos séculos o Brasil passou de terra selvagem a colónia rica e a nação poderosa e independente. Angola, até uma época recente, permaneceu uma terra hostil, bravia, mal conhecida e mal aproveitada, quasi selvagem.

Ainda hoje é uma colónia, rica sem dúvida pelo grandioso esforço nela realizado nos últimos anos: porém mais rica de possibilidades mal aproveitadas, que de riquezas exploradas.

Que circunstâncias políticas, económicas e sociais foram causa desta diferença, não importa lembrá-lo; pertence á história geral da colonização portuguesa. Mas constatemos o facto, para dêle tirarmos lição proveitosa para o fu-

turo. O que o esforço português realizou no Brasil, pode realizá-lo hoje em Angola. Com outros recursos e segundo outros métodos, sem dúvida, porque os meios e a técnica da colonização moderna são diferentes; porém com idêntico objectivo: criar na margem oriental do Atlantico do Sul, uma terceira nação de língua e de tradições portuguesas; um segundo Brasil ou um terceiro Portugal. Para este elevado fim se deve orientar a politica colonial portuguesa em Angola.

*

A colonização moderna, digam o que disserem os ideólogos, humanitários e negrófilos mais ou menos sinceros, que nos propõem a civilização dos negros e outros povos atrasados, como objectivo capital, é uma empresa de character utilitário. Teve esta feição no passado e continuará a tê-la no futuro. Mas o conceito de utilidade mudou, ampliando-se. Não se considera, — não se pode considerar hoje —, o exclusivo interesse da nação colonizadora; mas os interesses de toda a humanidade, e naturalmente em e alto grau, o das raças indígenas que povoam as terras colonizadas.

É o conceito do *maior beneficio* que tende a dominar na consciência colectiva das sociedades que se chamam civilizadas, e que orienta, mais ou menos explicitamente, as discussões e os actos dos homens de estado. É inadmissível, — é ofensivo dos direitos naturais dos agrupamentos humanos —, que um povo detenha em seu poder, sem os aproveitar em beneficio próprio, que se confunde com o beneficio comum, terras ou riquezas inexploradas.

É portanto um dever de Portugal e é, sobretudo, um interesse seu vital, desenvolver e povoar as terras férteis e habitáveis de Angola;

por isso nós afirmamos, apoiados, parece-nos, em boas razões, que a política colonial portuguesa em Angola, deve assentar nas três bases seguintes:

- 1.º — Produção
- 2.º — Povoamento
- 3.º — Civilização dos indígenas.

Estas três bases, — melhor diríamos objectivos — satisfazem ao princípio universal do maior benefício e correspondem ás três grandes possibilidades dos territórios de Angola.

A efectivação desta política presuppõe realizadas certas condições preliminares: reconhecimento da posse ou soberania nos territórios coloniais; manutenção da ordem, — o que implica ocupação efectiva e disposição de meios militares suficientes —, e organização administrativa do território. Estas três condições estão realizadas em Angola; a acção das autoridades e dos funcionários da administração civil exercem-se efectiva e eficazmente em todo o território da colónia; e é interessante e necessário dizer-se que para êste resultado mais contribuíram as estradas e os automóveis, que as forças militares empregadas. Ficou assim feita, mais uma vez, a demonstração de que em matéria colonial, as obras de fomento constituem um acto de posse e afirmação de direito, mais enérgico, eficaz e duradouro do que os tratados e a potência militar.

*

Será uma injustiça contra a Nação Portuguesa, negar os esforços dispendidos nas últimas dezenas de anos, para valorizar economicamente os territórios angolenses.

É mesmo um motivo de orgulho constatar o que nesta colónia têm alcançado a iniciativa e a tenacidade dos colonos. Mas seria uma falsa compreensão do patriotismo negar que essa actividade tem sido dispersa, intermitente e mal apoiada pelo Estado e pelas instituições de crédito.

Começou a esboçar-se, porém, depois da guerra, uma intervenção mais activa, quer da parte do Estado, sob a forma de organização administrativa e de auxílios financeiros; quer da parte das organizações bancárias particulares e do Estado.

Falta, porém, sistematizar essa intervenção dando-lhe a única base segura: o conhecimento científico dos recursos e das possibilidades económicas da sua exploração, com o seu lógico corolário: a organização, e o seu complemento indispensável: as obras de fomento.

*

Mas o aspecto mais interessante da valorização de Angola é, porventura, o do povoamento. É na possibilidade de instalar no território angolense uma numerosa população europeia e de promover o desenvolvimento da população nativa por medidas apropriadas de profilaxia social, que reside, a nosso ver, o eixo da política colonial portuguesa em Angola.

É evidente que as três bases dessa política: produção, povoamento e civilização dos indígenas, têm de ser consideradas simultaneamente; mas a directriz dessa acção combinada deve ser o povoamento branco, negro e, — digámo-lo também — mestiço.

Não é que preconizemos o cruzamento das duas raças europeia e bantu, como processo normal de povoamento; mas porque consideramos êsse cruzamento como uma consequência natural da justaposição dos dois elementos demográficos.

Não é próprio do temperamento latino evitar êsse aspecto do *contacto de raças*; e não se coaduna com a nossa tradicional sentimentalidade a política de segregação; logo, temos de admitir forçosamente a consequência natural do contacto: a mistura de sangues. Aos políticos, aos antropologistas e aos etnógrafos, cumpre, portanto, considerar o *facto*, e preparar as condições de meio adequadas, para que dêle resulte o maior bem, e se atenuem os inconvenientes, se os houver.

Não existem em Portugal, — ou não os conhecemos —, quaisquer estudos científicos sobre as consequências antropológicas e etnográficas da mestiçagem euro-africana, e parece-nos arrojado, sob o ponto de vista científico, tirar quaisquer conclusões gerais dos casos isolados que se apresentam á nossa observação. Em todos os casos êste problêma, que pouco tem preocupado os colonialistas e sociólogos portugueses, reclama um estudo profundo e atento. Dêle depende o futuro da colonização, *stricto sensu*, das terras angolenses.

Seja porém como fôr, os estudos mesológicos já efectuados, embora incompletos, demonstram que existe em Angola uma área superior a 100.000 quilómetros quadrados, onde é possível e fácil, instalar famílias europeias. Com uma densidade de 25 habitantes por quilómetro quadrado (densidade da população do Alentejo), teríamos dois milhões e meio de brancos; com uma densidade, que não é excessiva, de

100 habitantes por quilómetro quadrado, a capacidade de povoamento das zonas reconhecidas, eleva-se a dez milhões, que formam já uma grande nação.

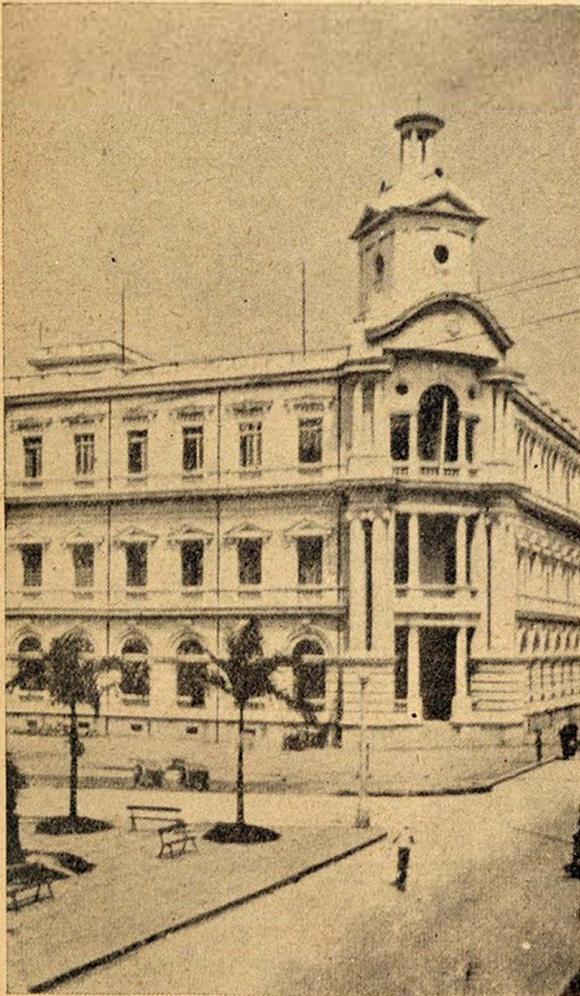
Mas êstes números são mínimos, porque muitas das zonas não consideradas naquela avaliação, poderão vir a ser habitadas pela raça européa, mediante um duplo trabalho de correção das condições climáticas, e de adaptação progressiva dos habitantes ao meio. Supomos, — é uma simples conjectura —, que a mestiçagem facilitará essa mútua adaptação do meio físico e dos povoadores.

Ao lado da raça branca, ou euro-africana, devemos contar com alguns milhões de nativos,

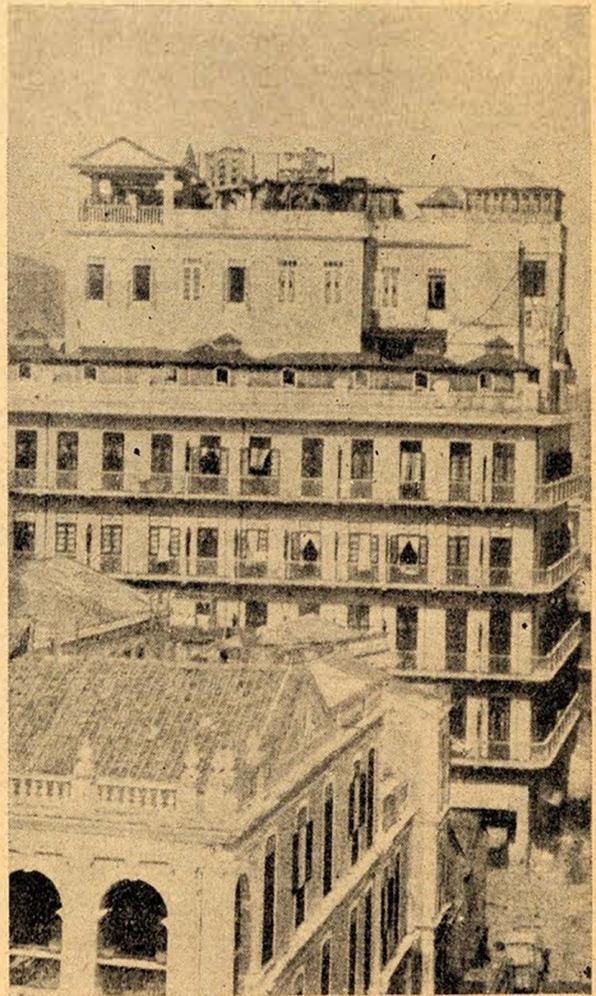
negros puros, instalados de preferência nas zonas caracteristicamente tropicais do norte da colónia, e nas zonas de altitude média. A evolução da raça negra angolense tem de ser impulsionada no sentido mais adequado á sua mentalidade, ou, segundo a expressão consagrada, dentro dos quadros tradicionais da sua organização social. É um probléma grave, mas altamente interessante, de contacto de raças, que não supomos insolúvel, e de que terão de se ocupar as gerações futuras.

Vicente Ferraz

M A C A U



EDIFICIO DOS CORREIOS



CENTRAL HOTEL

“A expansão da língua portuguesa nos cinco continentes, em relação com o ideal da confraternização universal”

Foi este o tema da brilhante conferência pronunciada pelo distinto tribuno brasileiro Sr. Dr. Bertho Condé, na sessão comemorativa do 57.º aniversário da sentença do Marechal Mac-Mahon

Em cumprimento do programa que se traçou, a SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO não se poderia conservar insensível diante da passagem de mais um aniversário da sentença do Marechal Mac-Mahon em favor dos direitos de Portugal sobre importantes territórios da Província de Moçambique, e em prejuízo das ambições dos ingleses, e por isso resolveu festejar essa data com a merecida solenidade, tendo, por tal motivo, promovido a sessão cívica que se realizou no dia 25 de Julho de 1932, no salão nobre da “Casa de Portugal”, e na qual o fluente orador brasileiro, Sr. Dr. Bertho Condé, dissertou com muito brilho e rara eloquência sobre “A expansão da língua portuguesa nos cinco continentes, em relação com o ideal da confraternização universal”.

Foi esta sessão solene distinguida — honra, aliás, que a SOCIEDADE LUSO-AFRICANA desvanecidamente agradece a S. Ex.ª o Sr. Dr. Pedroso Rodrigues pela sua comparencia a quasi tôdas as suas festas — pela presença do ilustre Consul Geral de Portugal, o qual, assumindo a presidencia da mesa, convidou, para o ladearem, a Sr.ª Dr.ª Fernanda de Bastos Casimiro, os Srs. Drs. Marcelo Matias, mui distinto Consul-adjunto, Sousa Baptista, digno representante da “Casa de Portugal”, e os preza-dos representantes do Centro Alagoano, do Club de Engenharia, do Grémio Floriano Peixoto, do Grémio Paranaense, da Liga dos Combatentes Portugueses da Grande Guerra, do Orfeão Português, da Obra de Assistência aos Portugueses Desamparados e da Casa dos Poveiros.

Feita a apresentação do orador oficial pelo secretário da sociedade promotora da festa, o Senhor Consul de Portugal concedeu a palavra ao Sr. Dr. Bertho Condé, o qual, depois de serenada a revoada de aplausos com que foi acolhido pela assistência, escolhida e numerosa, principiou por se referir elogiosamente á brilhante vitória alcançada pela Nação Portuguesa nesse ano já hoje remoto de 1875, quando ainda imperava imutavelmente a vontade do mais forte. Borda judiciosas consi-

derações sôbre o notável triunfo dêsse pleito em que foram postos á prova os recursos dos nossos diplomatas, sôlidamente amparados pelos insofismáveis direitos de ocupação e conquista que assistiam aos portugueses.



DR. BERTHO CONDÉ

Para êle, orador, o resultado de semelhante pleito tem algo de empolgante, pelo que êle significa como vitória aureolada do Direito e da Justiça — triunfo digno da mentalidade hodierna, que busca na arbitragem a solução pacifica de tôdas as questões de caracter internacional.

Refere-se com irrestrita simpatia aos esforços desesperados da Sociedade das Nações para impôr a arbitragem como suprêma solução, única compatível com

o grau da civilização actual, e com entusiasmo á boavontade revelada acêrca do assunto por Briand, Kellog e tantos outros vultos de projecção mundial.

Entretanto, no seu entender, pensa que mais do que todo o empenho pacifista dos homens de Estado, um idioma comum a todos os povos seria o meio providencial de acabar de uma vez para sempre com os nefastos conflitos armados. E' por êsse motivo que nutre franca admiração pelo *esperanto*, cujas nobres finalidades enaltece.

Os portugueses, porém, dilatando a Fé e o Império, no dizer do Épico Sublime, isto é, levando a todos os continentes o seu idioma sonoro ou flébil, humilde ou arrogante, contribuíram eficazmente para que povos antípodas e os mais diversos se entendessem, e por conseguinte se enlaçassem e interpretassem suas mútuas aspirações e ansiedades, glórias e revêzes, alegrias e tristezas.

Bem hajam, pois, aqueles que por seus esforços vêm concorrendo desde tempos remotos, para o sublime ideal da confraternização e harmonia universais.

Ou não fosse com êste propósito e animado pelo desejo de vêr o pátrio idioma florir esplendorosamente em terras largas e distantes — naquelas adustas e viciosas terras de *Africa, Asia e Oceania* — que o genial Camões implorou ás tágides *uma furia grande e sonora*.

A assistência, vivamente empolgada, tributou ao vibrante orador fartos e calorosos aplausos.

A POPULAÇÃO DE LOURENÇO MARQUES

O censo da população da cidade de Lourenço Marques, como os outros censos na Província, faz-se de cinco em cinco anos. O mais recente fez-se em 29 de Dezembro de 1927 do qual damos um resumo:

População da Capital:

| | |
|-------------------------------|--------|
| <i>Europeus</i> | 9.001 |
| <i>Africanos</i> | 23.090 |
| <i>Amarelos</i> | 314 |
| <i>Indo-britânicos</i> | 1.338 |
| <i>Indo-portugueses</i> | 1.657 |
| <i>Mixtos</i> | 1.901 |
| <i>Total</i> | 31.301 |

Os 9001 europeus de Lourenço Marques dividem-se assim: portugueses, 7.717; britânicos, 758; gregos, 185; italianos, 83; alemães, 53; suiços, 50; franceses, 47; holandeses, 21; russos, 15; espanhóis, 14; e outras nacionalidades, 58.

Este ano far-se-á novo censo da população que deve apresentar muito maior número de habitantes.

PREFIRAM
AS
TINTAS
A OLEO
EM TUBOS
MARCA
AGUIA
SÃO AS MELHORES
E AS
MAIS BARATAS

TINTAS
AGUIA
RIO DE JANEIRO

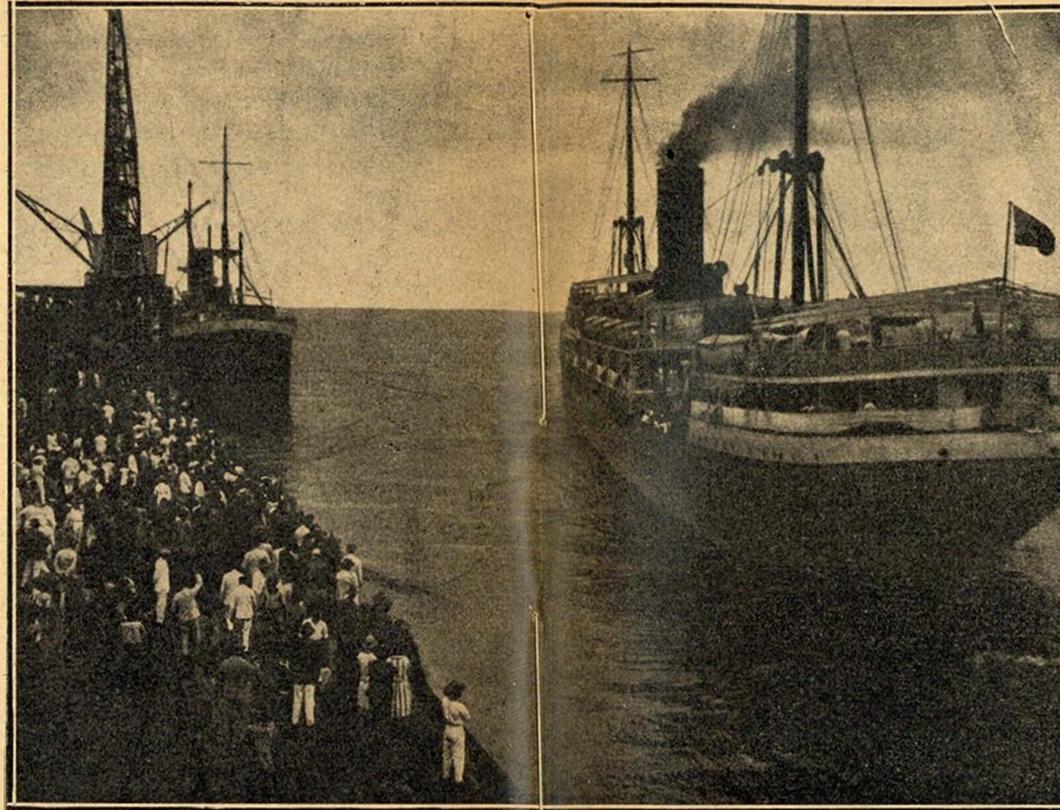
CÔRES ABSOLUTAMENTE GARANTIDAS

O DESPORTO EM LOURENÇO MARQUES

O desporto que em Lourenço Marques mais se cultiva é o futebol. Existem cinco clubs, a saber: Sporting Club de Lourenço Marques, Grupo Desportivo Lourenço Marques, Lourenço Marques Atlético Club, Grupo Sportivo Ferro-Viário e Grupo Desportivo 1.º de Maio. São todos filiados á Associação de Futebol de Lourenço Marques que é a entidade que dirige o futebol no distrito, que por sua vez é filiado á Federação Portuguesa de Futebol.

A associação faz disputar anualmente campeonatos de 1.ª, 2.ª, 3.ª e 4.ª categorias. Da taça de honra é actualmente detentor o Grupo Desportivo Ferro-Viário.

Existem ainda muitos grupos compostos de nativos, que entre si disputam desajios, constituindo uma organização inteiramente á parte, denominada Associação de Futebol Africana.



O desenvolvimento da Cidade de Lourenço Marques

Nos últimos anos foram construídas as seguintes casas:

| | | | |
|---------|----|--------------------------------|-----|
| Em 1922 | 69 | Em 1928 | 34 |
| » 1923 | 84 | » 1929 | 84 |
| » 1924 | 96 | » 1930 | 138 |
| » 1925 | 76 | sendo 34 para estabelecimentos | |
| » 1926 | 45 | » 1931 | 122 |
| » 1927 | 40 | sendo 27 para estabelecimentos | |

Fazendo a comparação da cidade em 1876 (vila) com a actual cidade, vemos que áquella data existiam:

Ruas, 5 — Travessas, 9 — Praças, 1
e actualmente existem:

| | | | |
|-----------|----|----------|---|
| Ruas | 49 | Praças | 4 |
| Avenidas | 39 | Largos | 2 |
| Travessas | 10 | Estradas | 7 |

As suas extensas avenidas, espaçosas e arborizadas, são na sua maioria cuidadosamente asfaltadas dando á cidade um aspecto agradável de civilização e de asseio.

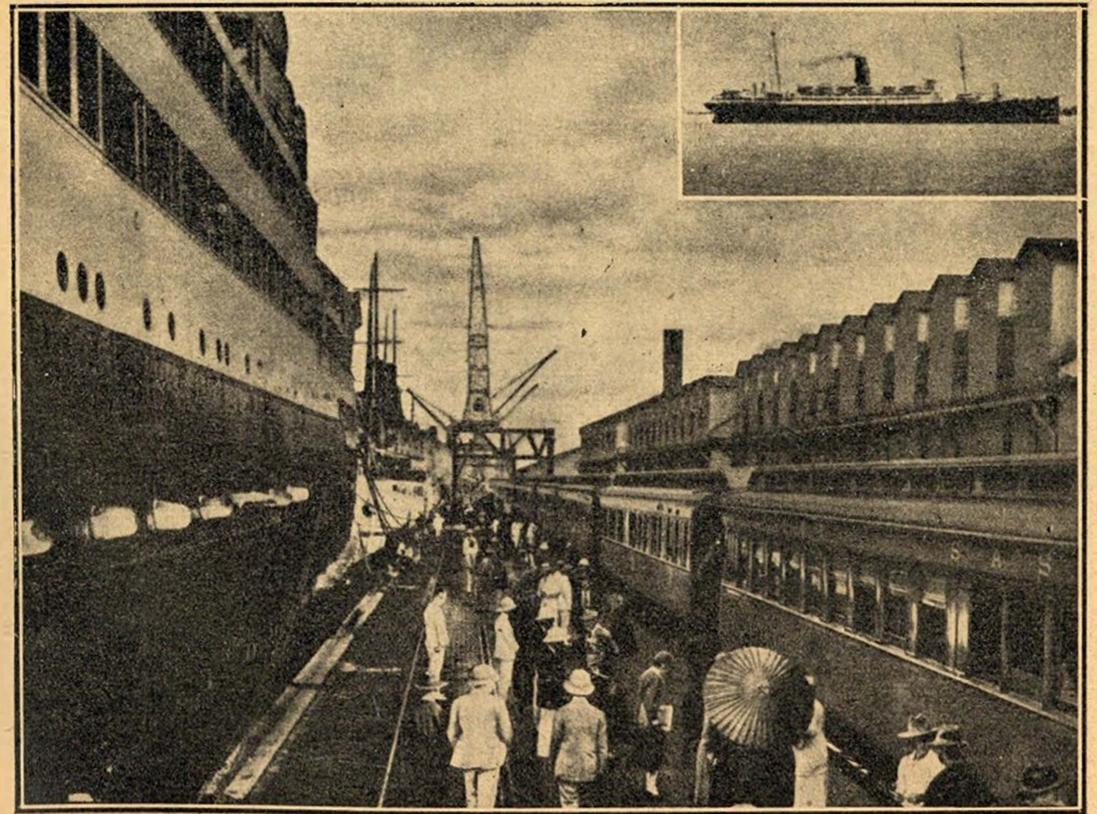


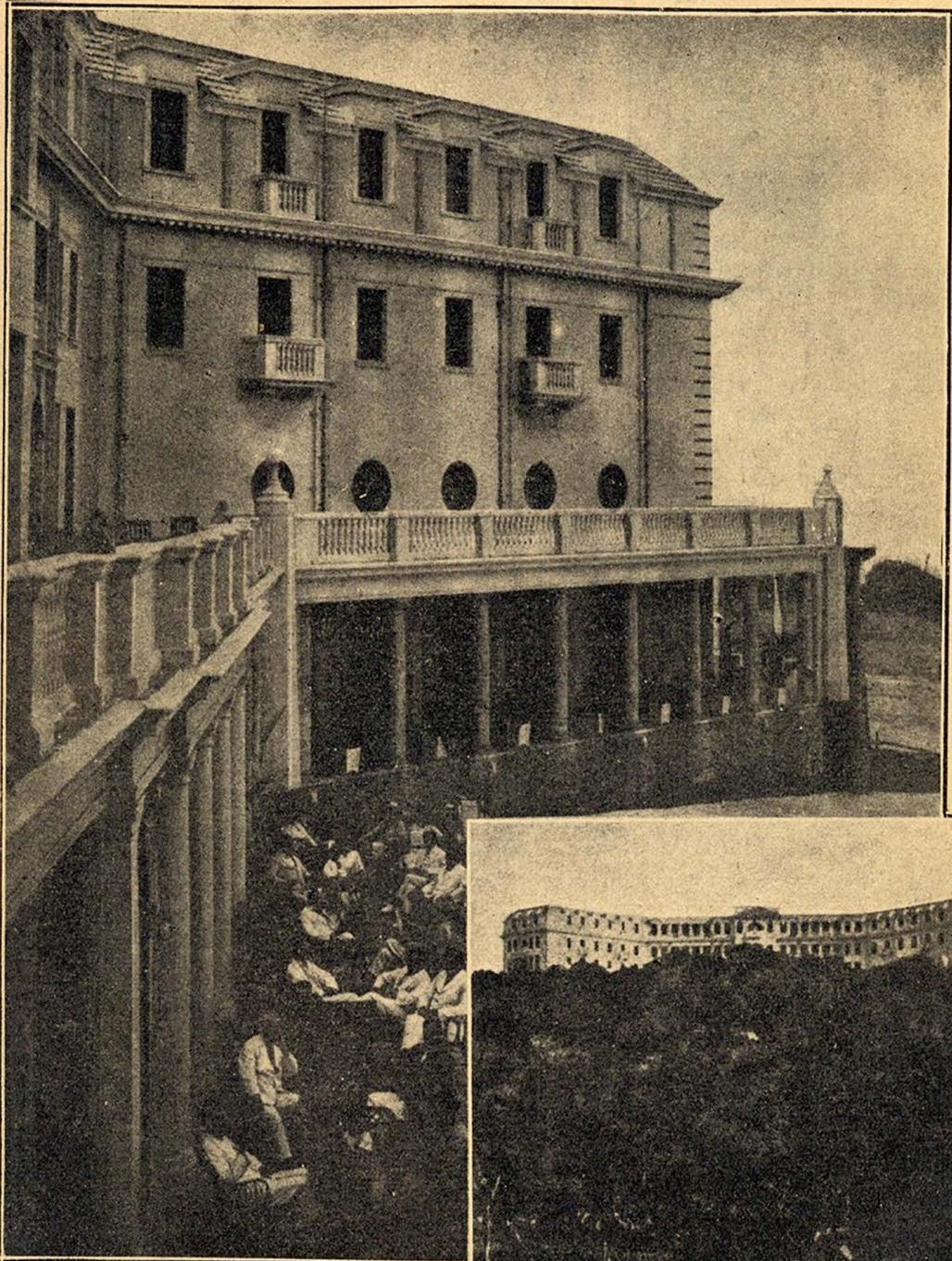
Aspectos do porto de Lourenço Marques

Em cima: O vapor português "ANGOLA" ao largar, a caminho de Lisboa

Por deferencia para com os turistas, é permitido os automoveis atravessarem o Cais Gorjão para tomarem os passageiros que desejam visitar a cidade.

O *Franconi*, um dos grandes navios de excursionistas americanos que costumam visitar o porto de Lourenço Marques.





POLANA HOTEL

ESPERANDO A HORA DO CHÁ...
O MAGNÍFICO HOTEL, VISTO DO MAR

LOURENÇO MARQUES

POR HENRIQUE CORRÊA DA SILVA

OFICIAL DA ARMADA, ANTIGO MINISTRO DA MARINHA
E DAS COLÓNIAS, EX-GOVERNADOR COLONIAL E ACTUAL COMANDANTE
DO CRUZADOR "REPÚBLICA".

ESPECIAL PARA ESTE BOLETIM

DE anos a anos, a minha vida de colonial ou a minha carreira de Marinha têm-me trazido a esta costa de Moçambique.

Aqui vim ter agora, novamente comandando um barco por esta extensa costa, ao longo da qual, em 1300 milhas, cêrca de 2.200 quilómetros, temos o orgulho de ver flutuando a bandeira de Portugal.

Com estas visitas, espaçadas de anos, venho sempre encontrar, nesta terra em ininterrupta evolução, as diferenças que nela vai operando a acção colonizadora. De toda a sua extensão, porém, o fóco onde o esforço português têm incidido, nas últimas duzias de anos, por maneira tão tenaz e tão intensa que a nossa obra a nós próprios surpreende, é Lourenço Marques.

Ocupada a nação com outras grandes actividades, foi durante séculos muito lenta, chegou mesmo a sêr estacionária e a retrogradar, a acção portuguesa nêsse pôrto.

Fôra em 1544 que aportára a esta baía o navegador que lhe deixou o nome. De Moçambique, onde passava a caminho da India, D. João de Castro mandou a boa nova ao Rei D. João III. Foi pois ao iniciar-se o vice-reinado dêsse nobre vulto histórico, cujo vice-reino se estendia da Asia á costa africana do Indico, que a baía que tão progressiva havia de vir a sêr nas nossas mãos, entrou para os domínios de Portugal.

Sofala e Moçambique eram, na segunda metade do século XVI, as bases da acção portuguesa na costa, e, principalmente a primeira, a base da sua irradiação para o interior. Dêsses portos partiam os navios que iam ao tráfego nos outros portos. Um dêsses navios, todos os anos, passou a fazer o comércio de Lourenço Marques.

D. João III mandára, logo inicialmente, construir uma feitoria fortificada no novo domínio, a qual foi erguida á márgem do rio do Espírito Santo, tributário da baía, na praia oposta áquela onde hoje se érgue a cidade. Anos depois, na Inhaca, á entrada meridional da baía,

e na ilha dos Elefantes, dentro dela, outros estabelecimentos se montavam. A êsses primitivos estabelecimentos, modestas feitorias onde alguns portugueses mais ousados iam fazer permuta, se acolheram por vezes os sobreviventes dos trágicos naufrágios em que tanta vez se despedaçaram as náus e os galeões da carreira da India na Costa dos Fumos e na Costa do Natal. Dos poucos de que reza a *História Tragico-Marítima*, alguns teem como remate da longa e penosa peregrinação por areias e matos as praias da baía de Lourenço Marques. Os escassos sobreviventes dos grandes ranchos de naufragos que se punham a caminho por essas plagas, tiveram por vezes por salvamento o navio que todos os anos ia ao resgate nessas águas.

Amplio e seguro nas suas águas interiores, cercado de terras povoadas e produtivas, o pôrto que os portugueses haviam descoberto e que, por êsse facto e pela ocupação que nêle haviam feito, consideravam do seu domínio, veiu sendo, pelos séculos adiante, alvo da cobiça de outros povos.

No fim do século XVII os holandêses dêram um primeiro assalto á baía; o governador português, João Jaques, com as suas pequenas forças, conseguiu repellê-los. No século seguinte, por duas vezes, o mesmo tradicional inimigo de Portugal consegue estabelecer-se na baía. Com o auxilio dos indígenas, tambem dessas vezes nos vimos livres dos invasores.

Seguiu-se em 1777 uma ocupação austríaca. Foi feita com uma náu poderosa que desembarcou uma força importante que se fortificou. Os socorros portugueses só ao fim de quatro anos conseguiram chegar. Os austríacos, entretanto, tinham prosperado; tinham no pôrto dois navios; tinham em terra uma fortificação de treze peças. Os portugueses arrasaram a fortaleza, apresaram os navios, destruíram totalmente a ocupação dos invasores.

Anos depois, em 1783, comandados por um governador tívio, são os portugueses que, ante ameaça dos indígenas, abandonam a velha fei-

toria do rio do Espirito-Santo. Logo na monção seguinte, porém, chega uma força portuguesa e em 1787 está concluída uma fortaleza mais poderosa que a primitiva que uma guarnição de soldados portugueses fica novamente defendendo.

Nove anos depois são os franceses que nos atacam. Arrasam a fortificação; saqueiam a feitoria. Trata-se porém de um assalto de corsários e a ocupação portuguesa renasce das próprias ruínas da fortificação arrasada; e vai-se melhorando, sucessivamente, vai-se enraizando, e em 1815 tem força bastante para repelir o assalto de um navio inglês.

As pretensões inglesas, a seguir, tomam rumo diferente. Portugal é o aliado da Grã-Bretanha. Entre as duas côrtes, mais um tratado vem em 1817 firmar o entendimento das duas nações. Por êsse tratado a Grã-Bretanha reconhece a Portugal toda a costa desde o Cabo Delgado até à baía de Lourenço Marques. Segue porém processo semelhante ao que no fim do século havia de reeditar; manobram os seus agentes; e um oficial britânico, Owen, á frente de dois navios e desembarcando nas povoações indígenas, vai arrancando aos régulos, com presentes de genébra e com intimidações, tratados em que os indígenas declaram ceder os seus territórios à corôa britânica. Os governadores portugueses teem conhecimento immediato desses *tratados*, pelos quais a parte oeste e meridional da baía de Lourenço Marques ameaçava escapar-se ao nosso domínio; apressam-se a agir junto dos próprios régulos, e êstes não hesitam em protestar fielmente a sua vassalagem a Portugal, pateando a má fé do comandante britânico. No entanto, são êstes mesmos tratados cafraais que Owen, numa viagem do começo do século último, arrancára ardilosamente aos régu-

los do Tembe e do Maputo, que vão constituir as bases das reclamações inglesas á posse da baía, que só no último quartel do século, pela arbitragem de Mac-Mahon, então Presidente da República Francêsa, fôram definitivamente repelidas. A razão portuguesa, ilucidativamente demonstrada nos magistrais trabalhos do legisla Levy Maria Jordão, Visconde de Paiva-Manso, ficou absolutamente reconhecida.

A par das pretensões estrangeiras que, durante três séculos seguidos, tivemos assim de repelir, a feitoria e mais tarde o *presidio* (nome que era dado ás colônias militares que íamos estabelecendo), tiveram de viver num alerta freqüente em frente dos indígenas. Vimos como, no fim do século XVIII, chegámos, por muito curto periodo, a tudo abandonar. Tínhamos longos periodos de paz, em que o comércio da permuta se ía fazendo tranquilamente e em que alguns dos régulos mantinham mesmo atitudes de vassalagem. Era porém tão reduzida a força da nossa ocupação que os povos selvagens tinham muitas vezes assômos de revolta. Os régulos vizinhos atacaram-nos freqüentemente e os índios sertões eram apenas penetrados por um ou outro mercador português mais corajoso, que tanta vez pagava com a vida a sua audácia.

Esse estado de insubmissão, ou pelo menos de ocupação não efectiva dos territórios circundantes de Lourenço Marques, só teve termo definitivo com as campanhas de 1895-97. Gungunhana, da dinastia zulú que viera estabelecer-se a dentro das nossas convencionais fronteiras, era o verdadeiro soberano da área meridional de Moçambique. Do Zambeze para o Sul, a força que amedrontava os povos fracos, que os raziava, que os tributava, que os mandava como escravos para as minas, era a força dos

IRMÃOS AMARAL NOGUEIRA

MADEIRAS E MATERIAIS

Cimento, Cal, Telhas, Tijolos e Manilhas, sempre em stock.

Tacos, Frisos, Forros, de madeiras nacionais, aparelhadas e para tôdas as applicações.

Rua do Riachuelo, 168 — Tel. 2-4728

RIO DE JANEIRO

soberanos vátuas de que Gungunhana foi o último dinasta.

Ainda em 1894 a audácia dos povos vizinhos de Lourenço Marques chegára ao ponto que a própria cidade fôra atacada e se receou gravemente pelo perigo que a esteve aneazando. As campanhas, que começaram no combate de Marracuéne, que tiveram como feito máximo a prisão do Gungunhana em Chaimite, por Mousinho de Albuquerque, e que terminaram com o combate de Macontene e a morte do Maguiguana, o último cabo de guerra dos vátuas, deram finalmente a Portugal a posse tranquila de tóda a parte meridional da colónia, na qual ía desenvolver-se, tão honrosamente, gloriosamente mesmo para Portugal, a obra brilhante da sua administração que fez dèsses sertões rebeldes, nas últimas três duzias de anos, a terra civilizada e progressiva, que é hoje uma das razões do nosso justificado orgulho de colonizadores.

Pelo que respeita pròpriamente à cidade e ao pôrto de Lourenço Marques, a acção portuguesa não só é grande mas é inexcédível.

Póde debater-se se a orientação que tem feito aplicar em Lourenço Marques, numa medida tão extensa, os recursos de Moçambique e de Portugal, com o fim quasi exclusivo de dar, por Lourenço Marques, a serventia marítima que o Trans-

waal mais ràpidamente póde utilizar, é ou não absolutamente aprovável. Não o discuto aqui. O que porém pôvo ou govêrno algum póde negar a Portugal, é que, nessa orientação, a obra portuguesa é soberba de desenvolvimento e de perfeição de execução.

Com a transferência do Govêrno Geral da Província da velha cidade de Moçambique para Lourenço Marques, conseguiu-se felizmente contrabalançar a influência desnacionalizante que o papel de pôrto de serventia do Transwaal fazia correr o risco de sofrer. Há trinta anos Lourenço Marques era uma pequena terra inglesada. Hoje, pelo grosso da sua população portuguesa, exclusiva nos trabalhos do Estado e predominante em tódas as outras actividades, Lourenço Marques é uma verdadeira cidade portuguesa.

Tratada maravilhosamente, rica de recursos, com uma arborização pujante de seiva, com algumas construções grandiosas e as outras de um coquetismo e de uma graciosidade que encantam, cruzada de extensas avenidas asfaltadas, com parques deliciosos, Lourenço Marques é, póde dizer-se, a mais formosa terra onde hoje flutúa a bandeira portuguesa.

E o que dizer do seu pôrto e dos caminhos de ferro que com êle formam corpo único?



UM GRUPO DE ESTUDANTES DO LICEU 5 DE OUTUBRO, DE LOURENÇO MARQUES

Estende-se o cais acostável numa extensão de mais de dois quilómetros à margem da cidade. Funcionam ao longo d'êles duzias de guindastes que erguem desde 5 até 75 toneladas de peso. Duas poderosas estações carvoeiras podem embarcar anualmente 2 milhões de toneladas de combustível. Uma estação frigorífica modelar serve para a classificação, beneficiação e conservação de frutas para embarque. Uns quilómetros a montante, outro cais dotado de bombas e de tubos condutores, serve exclusivamente para o tráfico petroleiro. Dois faróis gigantes, com quasi trinta milhas de alcance, são as guardas-avanzadas do pôrto; uma instalação de boias e sinais luminosos, baliza todo o acesso através da enorme baía e do pôrto; dragas mantem continuamente o grande calado de que precisa a navegação moderna; rebocadores poderosos ajudam à acostagem e largada dos navios. Estações de T. S. F. ligam o

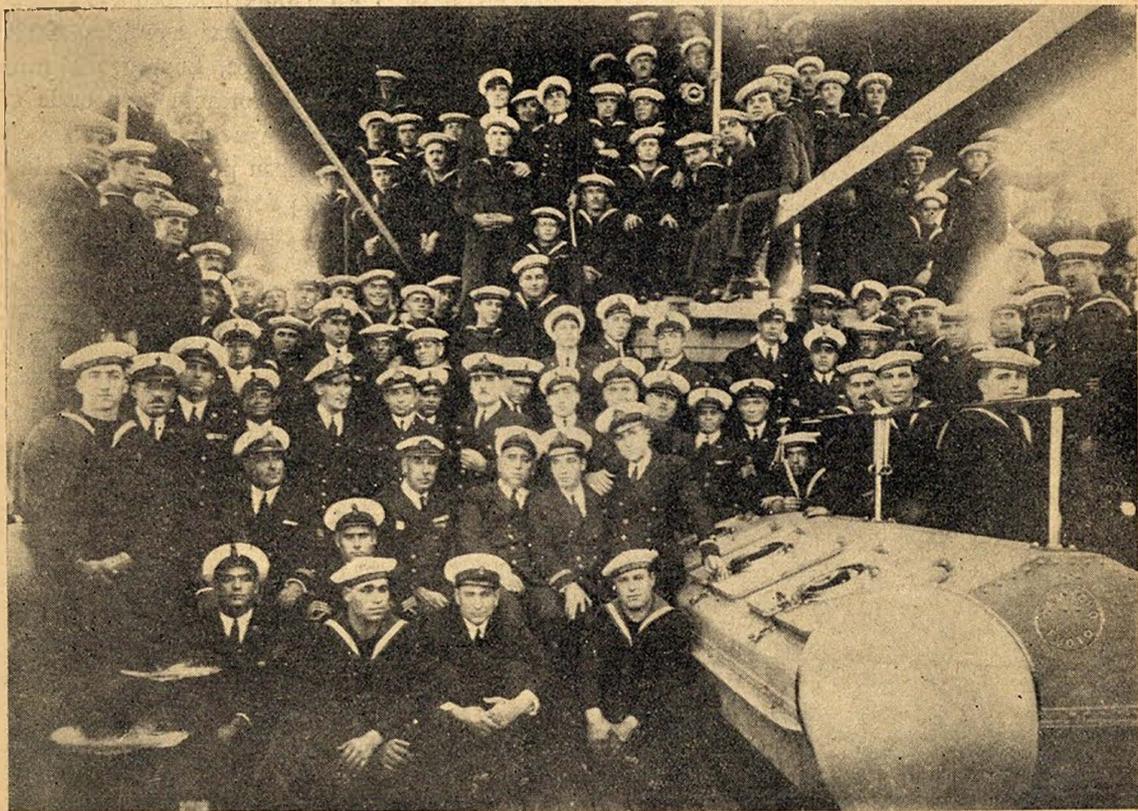
pôrto com a navegação, a capital com a Colónia tóda e Lourenço Marques directamente com Lisboa. Mais de oitenta quilómetros de linhas férreas fazem a rede do cais. A vida portuguesa, o trabalho exclusivo de portugueses, faz trabalhar as oficinas, as locomotivas, os guindastes, a doca, as carvoeiras, a T. S. F., o frigorífico, os rebocadores, os faróis, tóda a vida intensa daquêle conjunto. Estão ali applicados, naquêle material, naquelas obras, para cima de um milhão de contos do dinheiro de Portugal.

Lourenço Marques é bem a maior glória da colonização moderna portuguesa.

Cruzador "REPUBLICA"

Costa de Moçambique — Abril de 1932

Henrique Corrêa da Silva



PARTE DA GUARNIÇÃO DO CRUZADOR REPUBLICA, EM VIAGEM DE SOBERANIA NAS ÁGUAS MOÇAMBICANAS

“COMO FIZERAM OS PORTUGUESES EM MOÇAMBIQUE”

É um livro de sublime exaltação patriótica, da autoria de um oficial distintissimo, o Sr. Tenente Mário Costa, cuja leitura recomendamos vivamente a todos os nossos compatriotas que desejem conhecer a verdadeira historia da epopeia portuguesa na Africa Oriental.

AS ILHAS CRIOLAS

POR OSÓRIO DE OLIVEIRA

— ESCRITOR E COLONIALISTA

(PARA UMA NOVA EDIÇÃO DA "GEOGRAFIA LITERÁRIA")

Minhas Senhoras,
Meus Senhores:

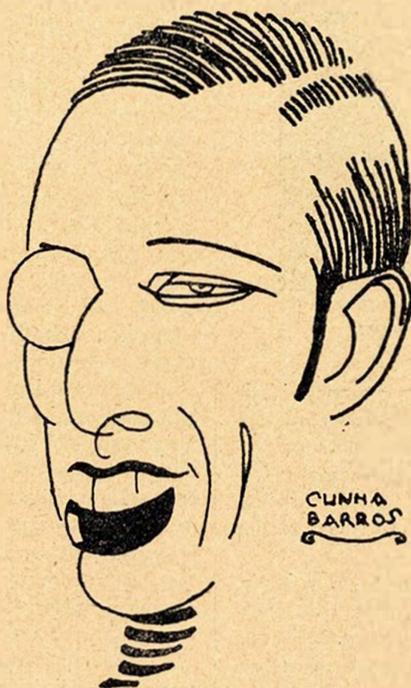
As conferências que tendes ouvido ler nesta sala têm visado um objectivo prático e, quanto possível, económico. Todos os meus predecessores nesta tribuna procuraram conseguir a mesma coisa, isto é, interessar-vos, e ao país, pelos problemas duma politica realista das colónias. Eu não contrário essa orientação, antes, pelo contrário, a aprovo e aplaudo com todo o calor e o maior dos entusiasmos. Idealista em política, ou melhor, em doutrina social, reconheço a necessidade urgente para o país de se adoptar uma política de realidades no que diz respeito ao fomento, à administração pública, ás questões financeiras e, sobre tudo, ao problema colonial. Ninguém, mesmo, condena mais do que eu as inúteis intenções patrióticas daqueles que vivem constantemente voltados para o passado, julgando que as glórias históricas nos dão, por si sós, o direito de conservar o nosso domínio ultramarino, e que é possível governá-lo com um vago e retórico idealismo e com a autolatéria das qualidades heróicas da raça. Não, não é com essas qualidades, não é com a protecção das sombras tutelares dos nossos navegadores e dos nossos guerreiros, mas com uma visão prática e eficiente das coisas do nosso tempo, com a adopção de processos modernos, que nós podemos manter e fazer progredir o império colonial português. Só assim seremos dignos desses que dizemos venerar, mas a cujo esforço hercúleo tão mal correspondemos hoje. E para corresponder a esse esforço, e para lhe dar continuidade, não é preciso repetir as façanhas bélicas desses tempos, mas servir-nos do que os nossos avós nos deixaram, utilizando, para isso, os processos pragmáticos do nosso século. Não serei eu, portanto, repito, quem nas intenções, quebre essa linha de conduta dos homens que aqui têm vindo falar. Simplesmente, os outros conferentes tinham, para vos expor as suas idéas práticas, o pretexto de colónias ou de problemas coloniais com interesse económico, e eu não tenho, para vos falar, senão um motivo de ordem moral.

Que me perdoem aqueles que aqui vieram em busca de realidades e não de assuntos desta ordem. Que me

desculpem dar, em vez dum capítulo de ecónomia, e é disso, repito, que nós precisamos, um trecho literário de impressões sobre um povo ou, menos ainda, sobre a alma dum povo. Menos ainda? Eu demonstrarei que o problema moral e intelectual que esse povo suscita em quem o conhece e em quem se preocupa com a questão da unidade nacional, é digno de figurar ao lado dos grandes problemas vitais do país. Isso não quer dizer que o problema de Cabo Verde seja exclusivamente moral. Cabo Verde constitui, também, uma prova da riqueza do nosso domínio e das possibilidades do nosso futuro. Simplesmente, nem a sua importância material se pode comparar com a das outras colónias de África, nem é essa a sua maior importância. Pode ser que me engane, mas o que mais interessa em Cabo Verde é o problema étnico e social, ou seja, a importância que a população desse arquipélago tem e pode assumir na alma colectiva e na civilização portuguesa. Há, mesmo, um pouco de contradição, um certo ar de paradoxo, qualquer coisa de absurdo no facto de vir aqui, numa série de conferências sobre as colónias, dizer que há uma colónia que não o devia ser ou que, pelo menos, não pode, moralmente, ser considerada como tal.

Antes de prosseguir, devia fazer a minha própria apresentação, isto é, dizer a V. Exas. o que me autoriza a vir aqui falar-vos num tom afirmativo, sob uma forma pessoal, e com a intenção de vos convencer duma verdade. Eu sou, Senhoras e Senhores, um modesto

funcionário colonial a quem o destino permitiu que muito cedo pudesse satisfazer a curiosidade de espirito que o atraiu para a Africa. Serviços relevantes não conto, nem creio que os pudesse prestar nas funções puramente burocráticas que tenho exercido. E' certo que o impulso interior que me fez preferir o serviço nas colónias à burocracia do Terreiro do Paço, correspondeu, secretamente, a um desejo de acção próprio dos vinte anos e à parte combativa do meu temperamento. Simplesmente, sob o ponto de vista da acção, as colónias, ou, talvez, o caracter das minhas funções desiludiu-me profundamente, mesmo quando essas funções se tornaram, como as que exerci em Cabo Verde, duma certa importância. Como Deus quis dar-me, porém, senão as qualidades, o gosto pelas coisas literárias, eu quis servir as colónias, estudando-as sob o aspecto da literatura. E foi assim que julguei prestar



OSÓRIO DE OLIVEIRA



VISTA DO FUNDEADOURO DO PAUL

um serviço ás colónias, mostrando a falta e a necessidade duma literatura colonial. Cito êste facto, não para lhes mostrar que alguma coisa tenho feito, mas para os prevenir de que a minha conferência terá um caracter forçosamente literário e nunca poderá ser aquela exposição de numeros e dados explícitos a que estais acostumados e que seria necessária.

Perdoem-me o orgulho, ou, se quiserem, a vaidade, mas julgo ter, mesmo fora da literatura, uma certa autoridade para falar de Cabo Verde. Se a competência não era muita, a boa vontade com que desempenhei os cargos de que fui encarregado e a multiplicidade dos assuntos de que tratei durante um ano, dêram-me um certo conhecimento do arquipélago e, portanto, uma certa autoridade. Mas como quero focar Cabo Verde sob um ponto de vista de psicologia social, sinto-me ainda com mais autoridade e com a força que me dá, não a aprovação official, mas a confiança e o apoio dum povo que estudei com simpatia e que me corresponde com generosidade. Sinto, mesmo, ao realzar, enfim, esta conferência, há muito prometida, uma grande responsabilidade. Se as simples palavras ditas a um jornal, após a minha chegada a Lisboa, mereceram, da parte dessa hospitaleira gente de Cabo Verde, provas de tanta gratidão, como hei de agora corresponder à expectativa dos cabo-verdianos que me estiverem a ouvir, e dos que, na sua terra, esperam a publicação destas palavras? Como hei de cumprir, integralmente, a promessa que lhes fiz de revelar Cabo Verde aos metropohtanos; como hei de mostrar, completamente, o interesse com que estudei e

a amizade que lhes voto; como hei-de convencer-vos, a vós que me escutais, desta verdade, da verdade de que existe em Cabo Verde, numa colónia. uma população portuguesa, tão portuguesa como a das ilhas adjacentes ou, mesmo, como a do continente? Sim, como hei-de eu conseguir isso para que não basta a certeza em que estou, para que não basta a minha convicção, para que não basta afirmar?

Raul Brandão chamou aos Açores *As ilhas desconhecidas* e chamou-lhes muito bem porque foi êle que nos revelou, por assim dizer, a sua existência. Mas se chamarmos desconhecidas ás ilhas dos Açores, que havemos de chamar ás ilhas de Cabo Verde, tão desconhecidas ou tão infelizes que nem têm a sorte de atrair um escritor que as revele? Mas Cabo Verde, essa terra de fome e de desolação, essas penedias nuas, êsses pedaços de deserto em meio do Oceano; mas Cabo Verde — dirão — pode lá inspirar um artista? E, com efeito, as noticias que dessa terra chegam a Portugal, e que só de lá vêm quando as secas fazem gritar os esfomeados, não são de molde a entusiasmar pintor algum da nossa prosa. Por outro lado, o que dessa terra vêem os viajantes de passagem para o Brasil e para as outras colónias da Africa, isto é, as rochas nuas de São Vicente e a tristeza do porto da Praia, não estimula muito a curiosidade. E no entanto . . .

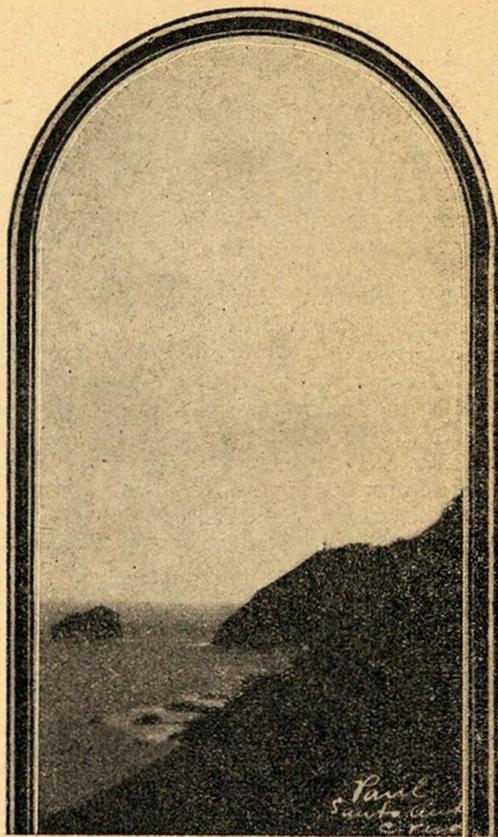
Mas sejamos metódicos: Cabo Verde, campo muito estreito para actividades colonias, nunca conseguii, nem talvez pudesse fazer-se notar em meio da discussão de tão graves problemas como os que têm suscitado a Guiné, São Tomé, Angola e Moçambique. Como *ilhas adjacentes*, como ilhas de raça ou, pelo menos, de civilização portuguesa, as ilhas de Cabo Verde são ainda absolutamente ignoradas e estão, além disso, um pouco longe do continente. E' este o destino trágico dêsse arquipélago, que interessa tão pouco como colónia e, ao mesmo tempo, é africano demais para que possa ser conhecido e visitado como a Madeira e os Açores. Simples ponto de passagem para a navegação, não despertando interesse prático, não atraindo as curiosidades desinteressadas, quem poderá supôr que nessas ilhas existem riquezas de pitoresco, costumes, tradições e, até, belezas naturais capazes de inspirar um livro de literatura?

Bezas naturais! Compreendo a vossa surpresa porque eu próprio fiquei surpreendido com o que vi no interior da ilha de Sant'Iago. Quem, ao desembarcar na Praia, circunvagando tristemente o olhar pela aridez dos arredores, poderá de facto, imaginar que a alguns quilómentos da cidade a natureza lhe reserva alguns trechos de paisagem, sem exagêro, deliciosos? Mas o caso explica-se pois a esterilidade do solo é a consequência do vento, da falta de chuvas e da não existência ou da não captação das águas. Sempre que o terreno é abrigado dos ventos dominantes, sempre que a maior altitude humedece a atmosfera, sempre que se aproveitam as nascentes de água, o sólo de Cabo Verde é tão susceptível como qualquer outro de nos fornecer belezas naturais. E' claro que essas condições encontram-se muito raramente reunidas, e são sempre um pouco precárias, pois que os ventos secos que vêm do Sahará atingem grande violencia e duram meses, pois que a chuva chega a faltar durante anos seguidos, pois que o solo é, em grande parte, rochoso e, portanto, forçosamente improdutivo.

Eu não digo que o espectáculo que nos oferece o interior da ilha de Sant'Iago seja nada de extraordinário para quem conheça o Brasil e saiba até que ponto de deslumbramento a exuberância dos trópicos ou das terras equatoriais eleva a nossa contemplação. Posso repetir, mesmo, o que escrevi num ensaio critico, isto é, que Cabo Verde me desiludiu literariamente, pois que nesse arquipélago sonhára ir encontrar uma vida como a da Reunião ou da Martinica, "uma vida com o pitoresco e a poesia sensual e melancólica que se atribuem ás ilhas tropicais e ás raças crioulas". Mas se Cabo Verde não podia corresponder a êsse sonho, pela ingratidão do clima, pela aridez do solo e até pelo facto de eu me ter confinado em São Vicente e não conhecer as ilhas menos áridas e mais pitorescas: a Brava, o Fogo e Santo Antão; se Cabo Verde não é como paisagem, como natureza e, por consequente, como vida, a irmã das ilhas francesas a que me referi, embora o seja pela raça, quere dizer, pela semelhança de formação étnica; mesmo assim, Cabo Verde merecia encontrar um artista que o descrevesse. Só assim se explica, de resto, a floração, por vezes brilhante, da sua poesia e a existência duma literatura própria, embora quasi exclusivamente lírica.

Disse quasi exclusivamente porque de alguém sei eu que era capaz de escrever em prosa uma obra sobre a sua terra. Refiro-me exatamete ao maior poeta, ao mais característico, áquele que em seus versos consubstancia a alma nostálgica e amorosa do povo caboverdiano, povo de marinheiros e de emigrantes, triste portanto, mas bom, dócil, inteligente, povo que é uma das nossas melhores obras e devia ser um dos nossos titulos de honra. No dia em que êsse poeta, Eugénio Tavares, que eu considero o Catullo Cearense de Cabo Verde e em nada inferior ao Mistral rústico que cantou a beleza do sertão brasileiro e a alma dos caboclos, se resolvesse a quebrar a sua modéstia ou a sua indolência, Cabo Verde teria, talvez, o seu livro de prosa. Eu é que não podia, de modo algum, ser o escritor de Cabo Verde, porque, a-pesar-de como literato me ter apresentado, não tenho as qualidades necessárias para isso. Embora capaz de escrever, não tenho a faculdade, muito especial, de observar, nem o poder descritivo que é próprio dos romancistas ou, para dizer tudo, dos artistas criadores. Critico e só critico me considero, sem ilusões sobre a capacidade mental de que disponho. Se não visse tão claramente em mim, talvez tentasse descrever o que vi na natureza e entre as gentes de Cabo Verde, e que a outro daria, possivelmente, um romance — o romance que eu preconizo para toda a nossa vida colonial e para cada uma das nossas colónias.

De resto, confinado, como vos disse, durante quasi todo o tempo da minha estada em Cabo Verde, na ilha de São Vicente, eu não podia, mesmo que tivesse qualidades para isso, ser o revelador das belezas do arquipélago. Mas mesmo nessa ilha estéril de São Vicente, em que a vida se limita á cidade do Mindelo e ao seu importantissimo pôrto, mesmo nesse depósito de óleo e de carvão, existe uma beleza. Que beleza podem ter essas pedras onde nem a mais leve pincelada de verdura alegre a vista? — perguntarão as almas bucólicas que só acham formosura nos prados, nos pomares ou nos jardins. E, no entanto, essas montanhas, como as do Cabo da Boa Esperança, são dos mais belos espectáculos



VISTA DO CHAMADO "ILHEU DO BOI"

com que a natureza pode, se não deliciar, esmagar o espirito com a sua grandeza trágica e sombria. Além disso, se lhes falta o colorido alacre da vegetação, que tonalidades maravilhosas, da côr de rosa ao rôxo, do cinzento ao negro, nos dão essas pedras, á luz difusa da madrugada, incendiadas pelo sol ou ao entardecer.

Se os problemas materiais de Cabo Verde merecem muito interesse, o que é digno de toda a nossa curiosidade, e mais ainda do nosso amor, é o problema moral e intellectual da sua população. Na entrevista concedida pouco depois do meu regresso a Portugal, disse: "Cabo Verde é, com o Brasil, a melhor demonstração da nossa capacidade colonizadora". Com efeito, e ainda melhor do que no Brasil, por ser mais pequeno, e não ter tanto sangue estrangeiro, é em Cabo Verde que se vê como a ligação dos portugueses com as raças nativas, como a mestiçagem, para dizer a palavra antipática, dá resultado. Eu sou daqueles que não acreditam na pureza das raças, nem mesmo nas raças *loul couri*, e substituíram êsse critério estúpido pelo das nacionalidades e, sobre tudo, pelo das civilizações. Ora nacionalidades e civilizações são, mais do que povos confinados em países, criações morais e intellectuais duma tradição, de certos sentimentos comuns e, sobre tudo, duma língua. Portugal, por exemplo, não é apenas esta exígua faixa de terreno e as pequenas ilhas que constituem a Metròpole. Portugal é ainda o Brasil, e as colónias, porque Portugal é a língua portuguesa, uma maneira de sentir especial e o interesse em conservar essa maneira de sentir e essa língua, ou seja a civilização lusiada.

Ora os nossos navegadores, precisando primeiro de pontos de escala nas viagens da Índia, e depois entre o Brasil e a costa da África, tendo descoberto as ilhas de Cabo Verde e sendo elas desabitadas, foram á Guiné e de lá trouxeram os elementos necessários ao povoamento do arquipélago. Confinados nos limites estreitos que o mar lhes impunha, êsses filhos da África, já de si da melhor raça negroide, além de se cruzarem sucessivamente com os colonos portugueses, adquiriram os hábitos dos brancos, adaptaram-se á civilização europeia, e há séculos já que da primitiva origem conservam apenas, uns mais, outros menos, a côr. E' precisamente, repito, o mesmo caso do Brasil, onde a mentalidade civilizada fêz desaparecer, na alma e nas manifestações do espirito, as diferenças rácicas, caldeadas, além disso, durante séculos de cruzamentos entre portugueses, índios e africanos. E se esse cadinho de raças que é o Brasil, além de ser uma grande nacionalidade, pode manter, no continente americano, diante de espanhóis e de anglo-saxónios, o orgulho e o prestígio do caracter português, que admira que Cabo Verde seja, em África, a sentinela do portuguesismo, náu que tivesse ancorado em meio do Oceano e aí ficasse a atestar a nossa antiga glória, resistindo aos vagalhões do mar em que sossobraram as caravelas da Índia e os galeões do Brasil, desse mar que nos ameaça em Angola e em Moçambique?

Cabo Verde tem riquezas de folclore, uma poesia, uma musica e uma dança, dignas de serem conhecidas. E dizer uma dança, uma musica e uma poesia é dizer uma alma popular própria, característica, embora irmã da alma brasileira. Essa fraternidade lírica, melódica e coreográfica com o Brasil não consiste, apenas, na semelhança da morna com o maxixe e na parecença das canções caboverdianas com as modinhas brasileiras.

Cabo Verde possui ainda, como já vos disse, um poeta no género de Catullo Cearense.

Propositadamente comparo Eugénio Tavares com o cantor do *Luar do Sertão*, que vós, de certo, conheceis, para desfazer a acusação de menos portuguesismo, que se pode fazer aos caboverdianos, pelo facto de terem um dialecto e de nele escrever, os seus versos o poeta a que me refiro. Eugénio Tavares escreve, de facto, os seus versos em crioulo, linguagem muito parecida e de tão suave entoação como o falar brasileiro, êsse "Tão lindo português de mel e de baunilha!" a que se refere um poeta da nossa terra. Mas o facto de Eugénio Tavares escrever em crioulo, nessa corrução da lingua portuguesa, e de nela falar, habitualmente, a gente do povo, não prova nada contra o lusitanismo dos caboverdianos nem contra a cultura do seu poeta mais popular. Eugénio Tavares só escreve em crioulo os versos que faz para serem musicados, que êle proprio musica, como Catullo Cearense, e que o povo canta bailando, e que o povo adora, porque nessas mornas de tão nostálgico som encontra expressa a sua tristeza, a sua amorosidade, e, até, a sua ironia. Quando Eugénio Tavares entende, faz versos em tão correcto e puro português como qualquer outro poeta lírico de Portugal. Quem, como êle, traduziu para crioulo o nosso mais alto lirismo, desde Camões a João de Deus; quem, como êle, soube interpretar as *Endechas a Bárbara*, não pode, de forma alguma, ser menos português no sentimento do que nós. Como as duas mais belas e mais fiéis traduções dos versos incomparáveis de *Aquella cativa* são a do grande poeta da Galiza, Curros Henriquez, e a de Eugénio Tavares, podemos dizer que o crioulo está tão proximo do português como êste do galego. Tenho pena de não vos poder mostrar que assim é, lendo-vos alguns dos admiráveis versos crioulos do

A SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO

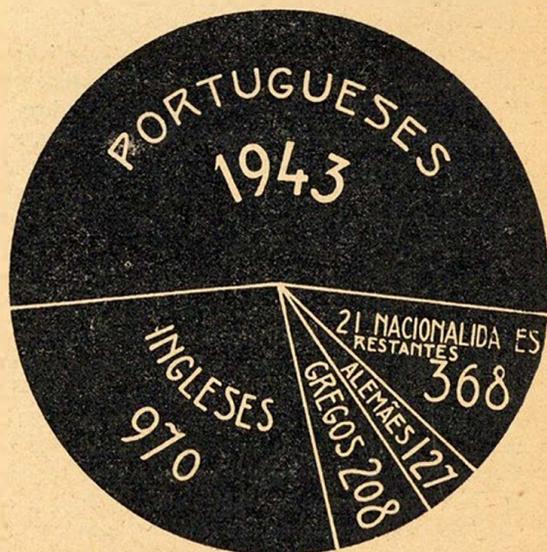
e a

IMPRESA DE PORTUGAL, DAS COLÓNIAS E DO BRASIL

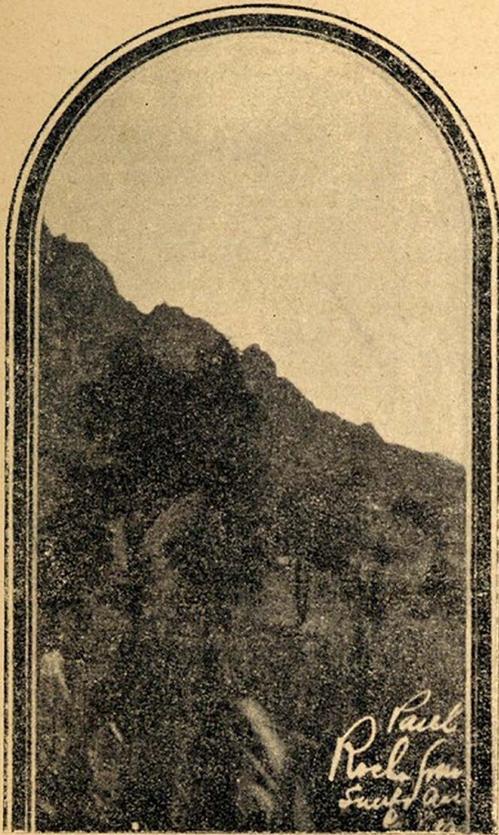
Esta colectividade, que tão vivas como espontâneas manifestações de simpatia e apreço tem recebido da maioria dos jornais dos dois países irmãos, não pode deixar de registrar nas colunas deste Boletim o seu reconhecimento sincero pelo alto prestígio que os mesmos lhe criaram, divulgando com prodigalidade de informações os seus elevados objectivos patrióticos e os seus nobres intuitos pan-lusitanos.

A todos os jornais e demais órgãos de publicidade, desde os colossos das tiragens astronómicas até aos mais modestos semanários provincianos que se dignaram servir os ideais pan-lusitanos, veficulando o progrâma e os esforços da Sociedade Luso-Africana, a todos, sem a menor distinção, o seu imperecível agradecimento.

Distribuição da população europeia em todo o territorio



de Manica e Sofala, no ano de 1928



PROPRIEDADE RUSTICA SITUADA NO PAUL, A RIBEIRA DO PAUL É A MAIS RICA E DA ILHA DE SANTO ANTÃO É A QUE MAIS ENCANTA PELA SUA VEGETAÇÃO EXUBERANTE. NELA SE ENCONTRAM IMPORTANTES NASCENTES DE AGUAS MINERAIS (ALCALINAS E FERREAS), E EM QUASE TODA ELA HA PONTOS DE ONDE SE DISFRUTAM PANORAMAS SUGESTIVOS.

poeta das *Manijas*, mas se eu compreendo, se todos vós, lendo, podeis compreender o crioulo, a sua pronuncia é um tanto difficil para os metropolitanos. Além disso, sinto que me estou alongando sobre este tema e quero falar-vos ainda dum outro poeta, José Lopes, que escreve só em português e que, sendo um autodidacta, pois nunca saiu de Cabo Verde, tem uma cultura classica e um saberlinguistico dignos de admiração

Antes de ler o soneto deste poeta que escolhi para mostrar em que consiste o sentimento caboverdiano, quero dizer-vos que assisti em São Vicente á mais extraordinária, á mais inesperada e á mais comovedora manifestação popular de que tenho memória. Podeis imaginar o que seja uma multidão, constituída por pessoas de tódas as classes, mas, em grande parte, por gente do povo, por gente de pé descalço, a vitoriar dois poetas? Compreendeis o que seja, para um europeu do século XX, acostuma-

do ao desprezo pelos intellectuais e pelos artistas, ver um povo inteiro a gritar: "Vivam os nossos poetas!"? Pois foi isso que eu vi, admirado, entusiasmado e comovido, no dia em que chegaram a São Vicente, onde não iam havia bastantes anos, os dois poetas mais queridos de Cabo Verde: Eugénio Tavares e José Lopes, o poeta da Brava e o poeta de Santo Antão.

O soneto que vou ler, d'esse ultimo poeta, embora didactico, como todos os seus versos, dar-vos há uma impressão do que Eugénio Tavares representa para os seus patricios. O soneto expõe a teoria de que a palavra morna, pela qual se designam a dança e as canções caboverdianas, vem do inglês *To mourn* — lamentar, e não, como vulgarmente se supõe e eu persisto em crer, do português morno, sinónimo de tépido. A influência inglesa seria fácil de explicar pelas relações entre Cabo Verde e os Estados-Unidos, onde existe uma numerosa colónia caboverdiana, ou mesmo, como quer o poeta, pelo contacto com os ingleses que, noutros tempos, viveram nas ilhas, principalmente na da Boa-Vista, onde, como pensa ainda José Lopes, deve ter surgido a palavra em questão. Não quero discutir aqui essa teoria, mas apenas mostrar o que a morna significa para os caboverdianos. Ora escutai:

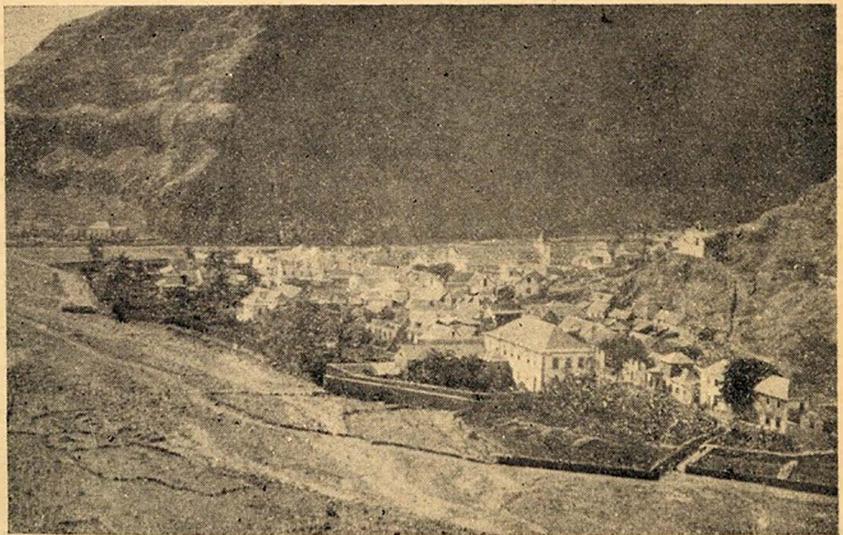
Não procureis no ar desta palavra a origem!
 Não é brando calor: é só dolência e pranto.
 Traduz a languidez da nossa raça, o encanto
 D'esse vago sonhar que também dá vertigem.

A cantilena, a dança e o ritmo seu corrigem
 Quaisquer erros por si, pois dizem "dor": porquanto
 Do "mourn" inglês vem "morna", e é "lamentar"; e tanto,
 Que é o coração chorando... E que outra prova exigem?

"Mourner" é quem a canta; é "mourner" quem a dança.
 Ela pode causar a síncope que cansa,
 Ela pode causar a síncope que mata...

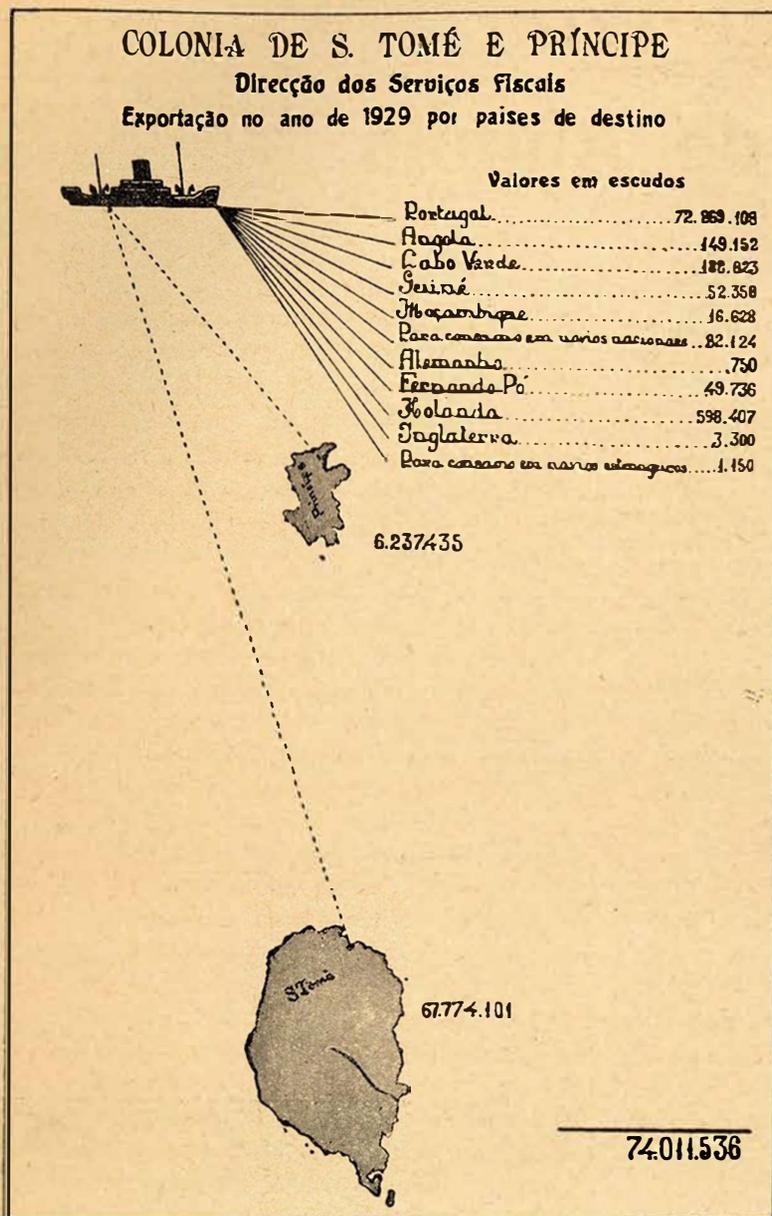
Ela é o Pranto Antigo, — a dor da nossa raça...
 Ela é a alma de Eugénio, é a minha, onde perpassa
 A unção da morbidez que em nós se fez innata.

Osório de Oliveira.



PANORAMA DA VILA RIBEIRA GRANDE

S. TOMÉ E PRÍNCIPE



S. Tomé, a maior das duas ilhas com uma superfície de 857km.2 é um torrão abençoado, recortado de inúmeras linhas de água que se despenham límpidas das suas montanhas, coroadas pelo Pico de S. Tomé, a 2.024m. de altitude, tendo em volta outros montes a que tambem chamam picos, como o Charuto, Calvário e Pinheiro, cujas altitudes variam entre 1.349m. a 1.654m. e outros de somenos importância, formando no conjunto o feixe orográfico da ilha.

Por entre copados arvoredos, das mais curiosas espécies, cobrindo estes elevados montes, brotam os rios de mais desenvolvido curso, despenhando-se em quedas de água, como o rio ló Grande, que se dirige para o Sul da ilha, onde desemboca próximo da roça Fraternidade, depois de receber alguns afluentes sobre a margem direita, entre os quais o Umbugú com uma notável queda de água de mais de 300m. de altura, na qual o rio se pulveriza entre margens talhadas a pique. No ponto culminante desta bacia hidrográfica érgue-se altivo o Pico de Ana Chaves, a 1.654m. de altitude, como a presidir a este singular espectáculo, que se desenrola entre um cenário vicejante de frondoso arvoredo, onde difficilmente penetra a luz do sol.

Tal é a feição da ilha de S. Tomé. Relativamente á sua irmã, a ilha do Príncipe, pode dizer-se que é uma redução igualmente bela da de S. Tomé. A mesma vegetação tropical revestindo-a totalmente, salvo as zonas de altitude, tendo sobranceiros o Pico do Príncipe e o Pico do Pagaio.

Ambas estas ilhas constituem as pérolas de mais subido valor entre as colónias de plantação, nacionais e estrangeiras da África occidental equatorial.

O esforço português afirma-se aí de uma fórma perdurável. E' para nós a pátria do cacau.

ALMIRANTE
ERNESTO DE VASCONCELOS

UMA OPINIÃO SOBRE S. TOMÉ

A excelente organização do serviço médico em S. Tomé faz que o estado sanitário dos indígenas seja, aqui, surpreendente. O exemplo dado por esta pequena colónia, valorizada com capitais exclusivamente portuguezes, deveria ser seguido por todo o mundo, em beneficio da política indígena, dos colonos e dos países colonizadores.

Certos estrangeiros, sob o pretexto anti-esclavagista, mas na realidade movidos por interesses económicos, tentaram caluniar a organização de S. Tomé.

Nós podemos afirmar que nas colónias desses países, os indígenas estão longe de sêr tão bem tratados, tão bem alimentados e tão bem cuidados quando se acham doentes, como nas plantações da magnífica ilha equatorial do golfo da Guiné.

PROFESSOR BRUMPT
 DA FACULDADE DE MEDICINA DE PARIS

S. TOMÉ E PRÍNCIPE

EXPORTAÇÃO EM 1929

| | Toneladas | Milhares de Escudos |
|--------------------|---------------|---------------------|
| Cacau..... | 18.529 | 63.130 |
| Calé..... | 347 | 3.085 |
| Coconote..... | 3.393 | 5.151 |
| Óleo de palma..... | 342 | 857 |
| Côpra..... | 485 | 929 |
| Outros..... | 518 | 859 |
| | 23.614 | 74.011 |

EXPORTAÇÃO DE CACAU NOS ANOS DE 1920/29

| | Toneladas | Milhares de Escudos |
|-----------|----------------|---------------------|
| 1920..... | 20.023 | 6.394 |
| 1921..... | 28.406 | 18.597 |
| 1922..... | 20.681 | 44.419 |
| 1923..... | 12.909 | 40.580 |
| 1924..... | 21.982 | 83.290 |
| 1925..... | 20.861 | 58.929 |
| 1926..... | 12.470 | 41.102 |
| 1927..... | 16.767 | 82.110 |
| 1928..... | 14.637 | 61.684 |
| 1929..... | 18.528 | 63.130 |
| | 187.264 | 500.235 |

A Fertilidade do Sul de Angola

PELO MAJOR

JOSÉ RIBEIRO
DA COSTA JUNIOR

OFICIAL DO EXERCITO — PROFESSOR —
MEMBRO DA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA
DE LISBOA E SOCIO-CORRESPONDENTE
DA SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO
DE JANEIRO.

ESPECIAL PARA ESTE BOLETIM

COM relação á fertilidade e grandes possibilidades agrícolas e industriais do Sul de Angola, basta, creio eu, para as demonstrar, contar o que observei, partindo do Lubango para leste.

No Lubango: só me faltou ver azeitonas nas oliveiras, para imaginar que estava na nossa Pátria natal. Um meu camarada tirou, no mesmo ano, três colheitas de batatas do quintal que agricultava.

Entrando na região do Quipungo, os magníficos bovinos do gntio e a enorníssima granja agrícola do posto militar, com grande variedade de culturas européas, diziam da justiça que assiste a tais terras para manterem os creditos de feacíssimas que Capelo e Ivens lhes firmaram.

Capelongo, por onde passa majestoso o grande rio Cunene, abundantíssimo de jacarés, mas também de peixe que vinha ao anzol, e aguardava que o pescador o fosse buscar para a panela, produziu, em 1909, cereais e legumes necessários á columna de ocupação do Baixo Cubango e, sob a acção da Sociedade Agrícola Capelongo Limitada, provou a sua capacidade para a pomologia européa, cultura do algodão, criação de gado bovino e suíno.

Em Cassinga havia grande produção de farinha de trigo local, da missão catolica ali existente, e deliciosas hortaliças, bananas, pêsegos e morangos.

Em Carindo, já na márgem do rio Cubango, as tropas de ocupação cultivaram o trigo, o milho, o grão de bico e variadas hortaliças.

E' verdade que uma formiga surgiu a divertir-se cortando as pequeninas plantas do trigo e uma lagarta tomou posse do grão de bico; mas a mão do homem deu cabo dos formigueiros e a mão de Deus enviou um bando de grandes pássaros pretos de peito encarnado que devoraram as malditas lagartas.

Lá em baixo, no Cuangar, nesse formoso lu-

gar que os nossos militares aformosearam com um objectivo cristão de protecção ao gntio escravizado pelo soba Ananga, alma danada dos alemães, posto militar que estes arrazaram trucidando a guarnição em 1914, mediante a mais infame das traições; nesse airoso pedaço da márgem esquerda do Cubango, que ainda hoje recordo com saudades, vicejavam, na horta do posto militar, o feijão verde e outros mimos vegetais europeus. O mesmo sucedia no Dirico e no Mucusso a atestar o utilíssimo sistema de ocupação por tropas de Portugal que, com os emblêmas de domínio, não deixavam de transportar as sementes mais proveitosas da civilização européa.

Mas não foram somente as hortas e granjas dos postos militares e missões católicas que me demonstraram o valor produtivo das terras do Sul de Angola, a variadíssima fauna que, por tóda a parte, vi, em abundância: a palanca, o cacusso, o búfalo, a zebra, a girafa, o elefante, o hipopótamo, o javali, o porco espinho, o avestruz e tantos e tantos outros animais, desde o leão cujos rugidos tantas vezes me alarmaram o coração ao atravessar as matas de além-Cunene, do Cubango e do Cuito, até ao pequenino *peito-celeste*, não significam a existência de plantas de poderoso valôr nutritivo? Ha mais provas.

Parti em Janeiro de 1910, com um comboio de carros bóers cujos tiros (espanas) e reserva, comportavam uns 150 bois. Pois em Novembro dêsse ano, só deixaram de regressar 3 dêsses animais, por terem sido devorados pelos leões. Os restantes, não obstante um trabalho aturadíssimo de transporte de cargas, entre os postos militares da nova ocupação, chegaram nédios como se tivessem vindo duma vida descansada em bons prados; porque, por tóda a parte abundavam as ricas gramíneas, sem precisão de adubo de curral ou químico, nem de lavouras e rotação de culturas.

Outros documentos do valor da terra do Sul de Angola, são os caules do milho de 3 metros de altura que, depois de fornecerem 4 enormes

espigas, se apresentam com a espessura e resistência das canas mais grossas da metrópole e se empregavam para pernas de cadeiras e de mesas de cabeceira nos postos militares.

O Sul de Angola é pouco arborizado, já o disse alguém. E', e não é. E' pouco arborizado nos sitios onde o gentio chega o fogo ao capim, ou para escorraçar a caça com que se alimenta, ou para obter pastagens mais temporãs para os seus gados.

Não é pouco arborizado; abundam mesmo as florestas em tôda a parte onde o lume do gentio não alcança.



ANGOLA — SOBERBA PAISAGEM INDICATIVA DA EXUBERANTE FLORA DO CUANZA NORTE (DALATANDO)

Para atravessar a mata do Cuvelai com um comboio de carros bóers tive de dormir ao meio numa clareira onde, por acaso, o gado sofreu um assalto dos leões. A velocidade dos carros não era inferior a 5 quilómetros por hora.

O que não se encontra no Sul de Angola, desde que se abandone a região próxima dos píncaros da serra do Chela, onde alegram a vista do viandante as lindas povoações de Sá da Bandeira, Humpata e Hufla, são nascentes ou riachos que favorecem a irrigação na época da estiagem. A'gua, para êste efeito, só indo tirá-la dos grandes rios, por meio de valas ou engenhos, ou procurando-a no sub-solo onde a mostram as casinhas, a muito pouca fundura.

O que pode impedir a colonização do Sul de Angola — a sua colonização estratégica, visto que de norte a leste não é muito provável uma invasão — não é pois nem a sua falta de salubridade relativa, nem a sua carência de feracidade apropriada.

Um dos obstáculos ao aumento necessário da população portuguesa, pelo menos na parte mais salubre e mais rica de água, do planalto da Hufla, é já terem dono todas as melhores terras.

E, desde que se não tome uma medida de justa distribuição da terra a quem a pode, sabe e quer cultivar para seu viver, ter-se-ão de preparar, para a colonização, as terras de classe inferior.

Mas não esqueço que, para ajudar a colonização protegida e atraír a colonização livre no Sul de Angola, se impõe a existência ali dum meio rápido de comunicação e transporte entre o litoral e os núcleos de colonização.

Já existe, até umas dezenas de quilómetros além de Sá da Bandeira, o caminho de ferro que parte do porto de Mossamedes; mas, infelizmente, a sua bitola é de 0^m, 60, o que lhe dá uma insignificante capacidade de marcha e de transporte.

O plano estratégico de defesa militar económica do Sul de Angola é que deve indicar o que mais convem: se continuar com essa miniatura de caminho de ferro, ou aumentar-lhe a capacidade pelo alargamento da linha, ou recorrer ao emprego de camiões e camionetas, sobre estradas apro-

priadas. Deixar os colonos sem poderem comunicar rapidamente com os centros onde podem encontrar os recursos necessários ao seu viver de civilizados, é matar a colonização.

Dentro da estratégia económica, a que é também indispensável subordinar a colonização, tem de se pensar no aproveitamento não só dos recursos, mas também da actividade dos colonos; logo está aconselhado um meio de transporte rápido que utilize a lenha que abunda nas florestas e promova o seu repovoamento, a não ser que a propria colónia ou a metrópole forneçam das suas industrias extrativas, a hulha ou o petróleo, ou que possam ser aproveitadas, para electrificação do caminho de ferro, as quedas da água dos rios Cunene e Cubango.

A estratégia económica determina também que se aplique, aos colonos, independentes ou em comunidades, o princípio de se bastarem a si próprios, isto é, o princípio de cultivar cada um

aquilo de que carece; depois aquilo que lhe é possível permutar, dentro da colónia, com a metrópole ou outra colónia, e com o estrangeiro.

Eis a altura em que este meu trabalho tem ligação com o que expus na Sala Portugal da Sociedade de Geografia de Lisboa, na "Semana das Colónias", com o título de "*VULGARIZAÇÃO, ASSISTENCIA E EDUCAÇÃO AGRICOLAS NAS COLONIAS PORTUGUESAS*", únicos meios estes de tornar possível a estratégia económica.

Ainda esta estratégia aconselha que se empreguem, o mais possível, os animais nos transportes, principalmente de carga, porque eles consomem os produtos da terra que excedem as necessidades da alimentação humana e produzem o estrume, que a terra não dispensa, por mais adubos químicos que inventem, além da carne, das peles e dos ossos que teem a sua aplicação na própria industria agrícola e que vou dizer: — a mesma estratégia condena as máquinas que roubam a actividade aos homens e animais, desperdiçam a riqueza e sugam o oiro nacional se teem de ser importadas.

No "NOTICIAS AGRICOLAS", de 29 de Março último, o artigo de fundo termina por dizer, a respeito do emprego das máquinas, o seguinte: "*Esquece Rizo que o proprietario, para que os produtos rendam, precisa de quem lhos compre e que, se a máquina escorraçou o homem, limitou a sua capacidade de compra*".

Por conseguinte, quando, na última conferência realizada na Sociedade de Geografia, pus o principio de que a máquina deve ser empregada para diminuir o esforço humano, sem reduzir os meios dos trabalhadores ganharem o pão de cada dia, não estava só.

A colonização estratégica exige também, quanto á parte económica e quanto á defesa do território, que se criem e desenvolvam, em Angola, industrias cuja matéria prima provenha do solo da colónia e que, se admitam, nessas industrias, operários portugueses suficientemente habilitados na metrópole. Neste ponto estou de

acôrdo com o pensamento do meu camarada e colega capitão Snr. Virgilio Pereira da Costa, expendido no artigo sôbre pelaria de Angola, publicado no DIARIO DE NOTICIAS:

Angola importou em 1929, — 928.000 £ de tecidos, 40.000 £ de pneus e artigos de borracha, 87.000 £ de sacos vasios, 50.000 £ de calçado, 27.000 £ de papel; eis a indicação de várias espécies de industrias que podem manter-se naquela colónia, para a libertarem do escoamento de ouro para o estrangeiro que tanta falta lhe faz para as transferências indispensáveis ao intercâmbio comercial com a metrópole.



ANGOLA — PLANTAÇÃO DE SISAL EM CATUMBELA

Pode argumentar-se que a metrópole tem mais vantagem económica em fabricar os artigos com matéria prima colonial e vender ás colónias os artigos manufacturados; mas a êsse argumento, respondo com o seguinte: Os operários portugueses consomem muitos mais produtos da metrópole, estando nas colónias, do que estando cá sujeitos a um salário corrente, muito inferior ás suas necessidades. E as novas industrias seriam compelidas a empregar operários portugueses, melhorando-se a situação dos indígenas como agricultores.

Então tratando-se de industrias do estrangeiro, não ha que hesitar; porque o estrangeiro não nos compra por simpatia ou contra-partida, mas só quando tem precisão.

major
J. R. de Costa Pereira

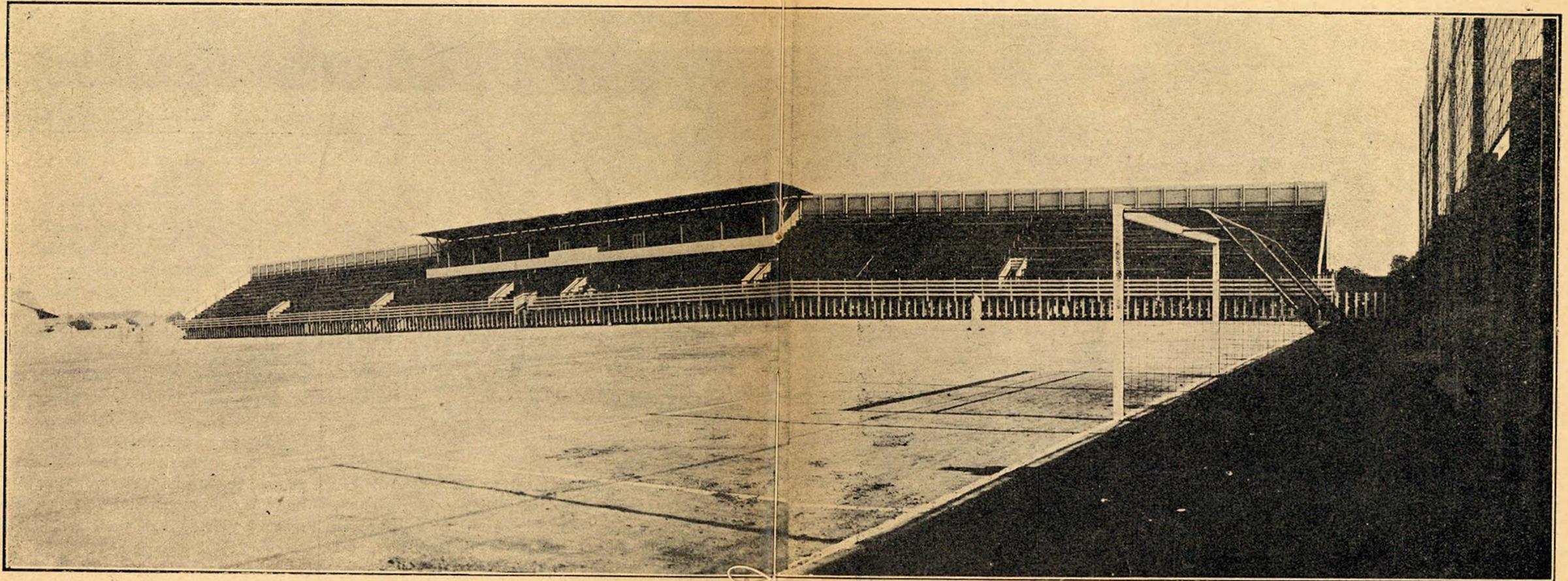


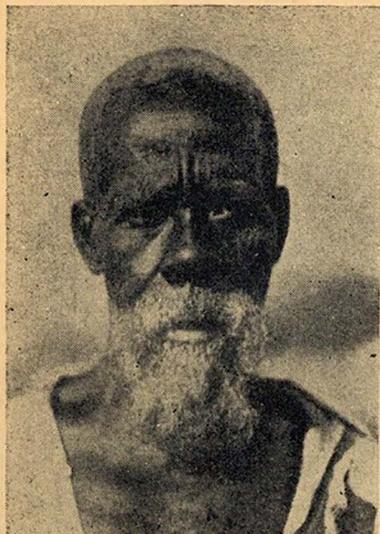
LOURENÇO MARQUES

Uma das Estações de Incendio

Edifício dos Correios

Campo de Futebol





TIPO DE VELHO ZAMBEZIANO
(AFRICA ORIENTAL)

“O Estado deve fazer-se povoador, arroteador, plantador de fazendas, cultivador de cereais, criador de gados e até industrial, se necessário fôr. O que é indispensável é explorar, valorizar e justificar, pelo maior benefício que proporcionarmos á civilização, o direito á posse da herança colonial”.

CORONEL
VICENTE FERREIRA



MOLEQUE DE SENA
(AFRICA ORIENTAL)

“Administrar um país novo, onde os problêmas do futuro teem igual ou maior importância que os do presente, é muito mais difícil e exige muita mais capacidade que dirigir qualquer ramo da administração pública, numa velha metrópole”.

CORONEL
VICENTE FERREIRA

Os povos que habitam a Província de Moçambique, pertencem á raça Bantu, a qual se divide em vários grupos, a saber:

| | | |
|-----------------------------|---|--------------------------|
| Rongas ou Landins | Lourenço Marques | |
| Tongas | } Gaza e Inhambane | |
| Chopes | | |
| Sengas | Companhia de Moçambique | |
| Angonis | Tete | |
| Macuas | } Quelimane Moçambique Cabo Delgado Niassa | |
| | | } Cabo Delgado Niassa |
| | | |

CENSO DA POPULAÇÃO INDIGENA EM 1930

| Distrito | Total | Varões | Fêmeas |
|----------------------------|------------------|------------------|------------------|
| Lourenço Marques | 527.358 | 266.745 | 260.613 |
| Inhambane | 304.567 | 146.594 | 157.973 |
| Quelimane | 906.133 | 430.173 | 75.960 |
| Tete | 366.360 | 170.003 | 196.357 |
| Moçambique | 961.792 | 449.407 | 512.385 |
| Cabo Delgado | 392.653 | 181.317 | 211.336 |
| Niassa | 167.092 | 79.907 | 87.185 |
| Manica e Sofala | 334.306 | 172.835 | 161.471 |
| SOMA | 3.960.261 | 1.896.981 | 2.063.280 |



CEM ANOS HISONHOS
(AFRICA ORIENTAL)

Caçadas Coloniais

PELO ENGENHEIRO-AGRÓNOMO

Dr. Armando Zuzarte Cortesão

PRIMEIRO AGENTE GERAL DAS COLONIAS

Só quem nunca matou caça grossa é que desconhece as maravilhosas sensações que êsse desporto nos proporciona. Pois é exactamente nos trópicos, sobretudo nêsses países vastísimos e por vezes de grandes regiões pouco exploradas, que constituem as colónias, que êle melhor se pôde praticar. E' mais um dos muitos atractivos que a vida colonial tem. Quem fôr caçador encontra sempre que caçar nas colónias, desde a perdiz ao elefante.

E se a caça da perdiz, que nalguns sítios de África quási se deixa matar á paulada, não tem interêsse de maior, há caças, como por exemplo a do búfalo ou a do elefante, que são extraordinárias de movimento e emoção.

E' que muitos dos senhores desconhecem a verdadeira volúpia que se sente em face dum búfalo, dum elefante ou dum rinoceronte carregando á desfilada sôbre nós, tendo-se a convicção de que só a nossa destreza e sangue frio nos conseguirão livrar duma morte certa!

Muitas histórias interessantes de caçadas em África vos poderia contar, algumas das quais tão extraordinárias que muitos as julgariam inverosímeis. E quantas vezes, porque a arma se encravou, porque houve uma pequena tremura na mão, porque a presença de espirito momentâneamente aban-

donou o caçador, êle não é transformado numa massa informe por um rinoceronte ou búfalo furioso, esborrachado pela tromba dum elefante ou fica com o crâneo desfeito pela sapatada dum tigre ou leão?



DR. ARMANDO CORTESÃO

Contudo os casos fatais são menos vulgares do que à primeira vista possa parecer, pois em geral quem se abalança a caçar feras tem aquela firmeza de ânimo que dá a serenidade, prudência e decisão, indispensáveis a quem se mete nestas empresas, que nem sempre tentarão os pusilânimes. Porque nisto de caçar feras, em que o prazer da caçada é infinitamente aumentado pela intensidade com que vibram tôdas as nossas

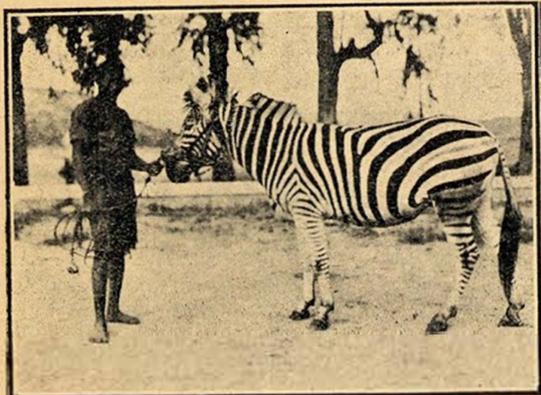
faculdades e instintos de defesa em face do perigo de morte eminente, muitas vezes se tem que resolver num segundo todo um delicado problema, de súbito pôsto em equação e cuja incógnita é a nossa vida...

Não basta ser bom atirador e ter a certeza de que a 100 metros se mete uma bala expansiva no garrote ou entre os olhos dum búfalo à desfilada, ou num olho dum elefante que, de tromba erguida, fareja o caçador oculto ou a galope se precipita sôbre o sitio donde partiu um primeiro tiro; é preciso ter-se a certeza, a confiança em si próprio para se saber o que há a fazer, se atrás do primeiro búfalo ou elefante abatido aparecem outros, sedentos de vingança, ou em muitos casos semelhantes, que no limitado âmbito desta crónica vos não posso contar.

Mas, como já mostrei, não é só caça perigosa que nas colónias se encontra. E se a caça feroz tem grandes encantos, singulares e estranhas sensações para certos temperamentos varonís, sendo a que melhor se junta às grandes explorações e viagens de semanas e meses por vastos e desenvolvidos matagais ou maravilhosas florestas, com todos os atractivos da grande vida em contacto com a natureza selvagem, ha inúmeros gêneros de caça cheios de interêsse e sem qualquer especie de perigo.

A perdiz, o pombo bravo e a lebre de carne saborosa e perfumada, as aigretes e tantas

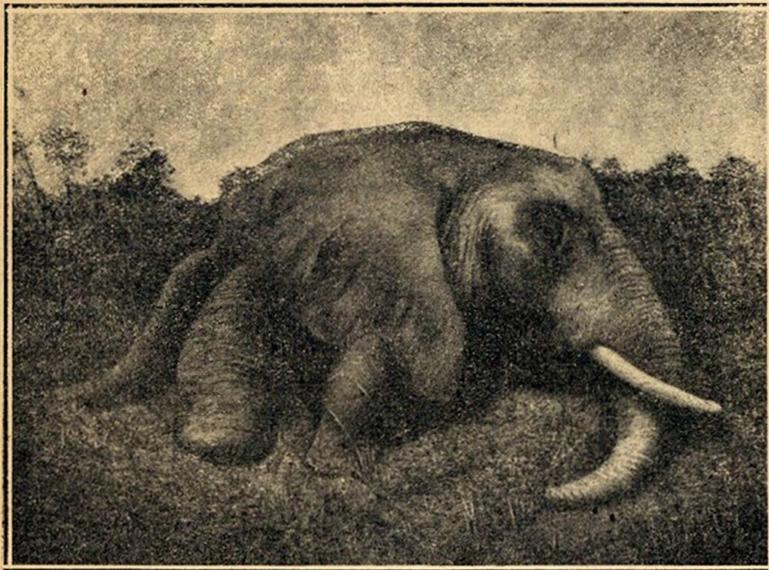
Moçambique, depois de jantar, pela noite morna e calma, se pega na espingarda e se vai caçar lebres, de



UMA ZEBRA DA ESTAÇÃO ZOOTECNICA DE HUMPATA

outras aves de ricas plumagens, os macacos, por vezes de peles preciosas, como o macaco fidalgo, de pêlo comprido, os ele-

As lebres, ofuscadas pelos faróis do automovel, depois de correrem um bocado, param viradas para a luz, de grandes



UM ELEFANTE DA REGIÃO DO MAPUTO

fantes e rapidas gazelas de carne seca mas saborosa, os sinsins, as palancas, os cabres de mato, inhacoso, etc., são outros tantos motivos para animadíssimas caçadas coloniais.

Quantas vezes, por exemplo na Guiné, como em Angola ou

orelhas espetadas e olhos muito abertos, até que uma chumbada certa lhes termina a vida em pleno deslumbramento luminoso e no dia seguinte as faz aparecer transformadas em apetitosas almôndegas à mesa do almoço...

Armando Fortes

O AUTOMOBILISMO EM MOÇAMBIQUE

Em 31 de Dezembro de 1931 estavam registados em toda a Província 2.661 veículos automoveis, sendo 1.207 carros de turismo, 911 camiões, 82 tractores e 161 motocicletas.

As marcas mais representadas eram Chevrolet, com 661 carros; Fiat com 188; Ford com 421; Buick com 129, sendo os restantes veículos distribuidos por 81 marcas diversas.

Em Lourenço Marques existiam áquella data 1.545 automoveis de todas as espécies, sendo 794 de turismo; em Inhambane, 198, sendo 80 de turismo; em Quelimane, 320, sendo 130 de turismo; em Tete 163, sendo 68 de turismo; em Moçambique 261, sendo 72 de turismo; em Cabo Delgado 161, sendo 50 de turismo; no Niassa 43, sendo 13 de turismo.

A importação de automoveis elevou-se em 1931 a 440 veículos, sendo 209 automoveis e 231 camiões.

CALÇADOS, FINOS E CHAPEUS NA

CASA CAVALIERE

encontra V. Excia. as melhores qualidades pelos menores preços

A. Bordallo & C.^{ia}

RUA 7 DE SETEMBRO, 48

Telefone 4-1574 — RIO

Rua Marechal Deodoro, 73

NITEROY

Recomendamos a marca
A. B. C.

Colonização de Angola

Uma conferência do antigo Alto Comissário
Coronel VICENTE FERREIRA

ESPECIAL PARA ESTE BOLETIM

PUBLICADA em folheto, acabo de ler a conferência que o antigo Alto-Comissário de Angola, Sr. Coronel Vicente Ferreira, realizou na Universidade de Coimbra, em Maio último, perante uma selecta e numerosa assistência.

O Sr. Coronel Vicente Ferreira, que é um brilhante professor do Instituto Superior Técnico, é também um dos maiores valores morais da República, que serviu algumas vezes como ministro; entretanto, não é um nome popular, desses que andam constantemente no Tam-Tam dos jornais ou nas tribunas dos comícios onde se conquista a popularidade fácil.

Um facto basta para o definir: — ele é o ministro das finanças do governo António Granjo, deposto pela revolução sangrenta de 19 de outubro de 1921. Sabe-se o terrôr que se estabeleceu em Lisboa, depois da trágica noite desse dia. Pois o Sr. Vicente Ferreira foi o único membro desse governo que, passados dois dias, atravessava serenamente as ruas da capital e iniciava, nas colunas da *Luta*, a defesa do governo de que participára.

Coube ao Sr. Vicente Ferreira ir administrar Angola quando, mercê da crise que ainda assobérba o mundo, se manifestava o seu reflexo nas nossas colónias. A sua missão foi interrompida pela Ditadura. Não teve o ilustre homem público e distinto republicano ensejo de pôr á prova os seus talentos de administrador. Mas trouxe de Angola uma experiência que lhe permite orientar o país e chamá-lo ás realidades de que, infelizmente, tem andado tão arredado em materia de colonização.

Eis alguns excerptos da sua conferência:

...A colonização de Angola — dando á palavra o seu mais alto significado, — tem sido orientada, nestes últimos sessenta anos, com tal volubilidade de critérios, que é difícil prever, por

extrapolação, que rumo tomará, mesmo num futuro próximo.

...Os colonos de Angola começam, felizmente, a compreender que o método mais seguro, embora lento, de alcançar fortuna, consiste na exploração da terra nas suas três modalidades: agrícola, silvícola e pecuária. Este "regresso á terra" deu á Colónia uma nova e interessante feição, que o Estado tem procurado favorecer por varias formas, embora com avanços e recuos, segundo os processos empiricos e tradicionalmente atrabiliários da administração pública "de quem e de além mar em Africa".

...Todos os problêmas de Angola dependem da produção, incluindo o da ordem social, do equilíbrio financeiro, da balança de pagamentos, do povoamento, do comércio interno e externo e da segurança exterior. Dêle depende também o pagamento das dividas á metrópole, o aumento das exportações desta, e a solução do seu problêma cambial.

...Pois que por desconfiança ou outros motivos, as iniciativas e o dinheiro dos particulares não se applicam, tanto quanto conviria, ás empresas coloniais, é indispensável para o bem da Nação, no presente e no futuro, que o Estado tome a iniciativa e o encargo de fazer o que os particulares por timidez não ousarem.

...A colonização, que não é mais do que edificar um país novo, prolongamento ou continuação da metrópole, não pode ser uma aventura de negociantes; logo, tem de ser uma empresa do Estado, por que interessa, sob todos os aspectos, á nação colonizadora, como entidade moral.

...O Estado deve fazer-se povoador, arroteador de terrenos, plantador de fazendas, cultivador de cereais, criador de gados, e até industrial, se necessário fór. O que é indispensavel é explorar, valorizar e justificar, pelo "maior beneficio" que proporcionarmos á civilização, o direito á posse da herança colonial.

... Assim que o Estado tiver demonstrado, pelas suas primeiras explorações, que estas são rendosas, não faltarão pretendentes nem capitais para continuarem as explorações por conta própria e aliviarem o Estado desse trabalho e cuidados.

... Pois que está efectuada a ocupação, a



CARVALHO NEVES

segurança é perfeita e o acesso a todos os pontos da Colónia está assegurado por estradas e caminhos de ferro, o estudo científico da Colónia, iniciado no tempo de Andrade Corvo, deve prosseguir com a intensidade e métodos requeridos. A missão dos pioneiros da ocupação está, felizmente, terminada. E' mais do que tempo de fazer avançar o homem de ciência, o técnico e o organizador.

... Nacionalização não consiste, evidentemente, em fechar a porta "às pessoas, coisas, idéas, capitais, actividades e interesses, em geral, que não sejam PORTUGUESES, no sentido restricto, isto

é, oriundos do Portugal continental. Seria um contrasenso semelhante aspiração. Não me parece que, por haver em Angola, como há em Portugal, estangeiros e empresas, capitais, propriedades e interesses de toda a ordem de individuos de outras nacionalidades, se possa apregoar a desnacionalização de Angola.

... As condições geográficas fazem de Angola a zona natural de "saída para o mar", de uma grande parte do Congo Belga, da Rodésia e, por ventura, também do antigo sudoeste Alemão. Temos não só conveniência, mas também obrigação de "dar passagem para aqueles territórios, e podemos dizer que, sob o ponto de vista dos nossos interesses, é uma grata obrigação. Oxalá a saibamos cumprir voluntariamente.

... Ouso repeti-lo: ou executamos em Angola, com tenacidade, método e recursos suficientes, uma obra de civilização que justifique o nosso domínio, ou outros mais fortes e mais hábeis irão substituir-nos. Não faltam avisos nem prenúncios desta perigosa propensão.

O ilustre professor abordou ainda muitos outros pontos dos problemas de Angola, que não é possível respigar, nem mesmo resumir, como fizemos no que fica transcrito, para não tornar demasiado longo este curto artigo de revista. Ele rebate, por exemplo, a opinião ligeira, mas muito ouvida em Portugal, daqueles que, em face dos sacrifícios que Angola exige, proclamam: "damos-lhe a camisa e ficamos de tanga".

Ele demonstra que a dívida de Angola á Metrópole, que calcula em 850.000 contos, será reembolsável na medida em que a colonização da província se fizer, e que essa divida já rende á Metrópole um juro bem compensador em produção e comércio e no emprego de actividades que em Angola se empregam e nas que do continente para lá trabalham. Finalmente: que Angola é já um mercado melhor que o Brasil ou a Espanha, para os produtos portugueses.

Interessantíssima para quem se interessa pelos nossos assuntos coloniais, a conferência do ilustre homem público é a obra dum patriota e dum estadista.

Lisboa, — Novembro 1932.

Carvalho Neves

“OS SISTÊMAS COLONIAIS PORTUGUESES”

Foi o tema da brilhante conferência realizada na noite do dia 1.º de Outubro de 1932 pelo ilustre estadista português, sr. dr. Rodrigo Rodrigues, sob o patrocínio da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro.

PARA não desmentir os bons fados que têm guiado e inspirado tôdas as iniciativas da nossa Sociedade, a belíssima conferência realizada pelo distinto colonialista e antigo ministro, Sr. Dr. Rodrigo Rodrigues, no salão nobre da Camara Portuguesa de Comércio e Industria do Rio de Janeiro (edifício do Gabinete Português de Leitura), foi um autêntico triunfo, não só pelos notáveis dotes de talento e de cultura do preclaro conferencista, como pela qualidade e quantidade dos assistentes.

Bem contra a sua vontade, não pôde a LUSO-AFRICANA arquivar nas colunas deste boletim a sapientíssima lição do Sr. Dr. Rodrigo Rodrigues, por isso que, á ultima hora, faltou o taquígrafo incumbido de a registrar. Socorre-se, por tal motivo, dos relatos publicados pela imprensa periódica, os quais, mêsmo a despeito do seu estilo telegráfico, deram e dão, como adiante se verá, uma idéa do formoso e vasto trabalho do antigo Governador de Macau.

Declarada, pelo digno representante da Federação das Associações Portuguesas no Brasil, Sr. Comendador Parente Ribeiro, aberta a sessão, e depois de concedida a palavra ao presidente da SOCIEDADE LUSO-AFRICANA, Sr. Dôres Gonçalves, que em frases rápidas e brilhantes, empoladas de fé nos destinos da nacionalidade e unidas de patriotismo claro, fez a apresentação do ilustre conferencista, passando em revista a sua vida de médico, de professor, de diplomata, de ministro e de governador, levantou-se, sob calorosos e prolongados aplausos da selecta e numerosa assistência, o Sr. Dr. Rodrigo Rodrigues, que principiou por agradecer as referências que á sua pessoa fizera momentos antes o Sr. Dôres Gonçalves, presidente da Luso-Africana, — sociedade cuja existência o surpreendeu devéras e á qual tributa tôda a sua simpatia, por isso que o seu progrâma encerra finalidades que êle não trepida em classificar de eminentemente nacionais, senão rácicas —, referências que recebeu com agrado por saber sinceras.

A seguir, aborda os sistêmas coloniais portugueses, ou seja o tema da sua conferência, que o orador insiste em classificar de simples palestra. Explica, então, numa linguagem fluente e aliciante, a maneira de se pôr em prática os dois sistêmas básicos de colonização: o sistêma dinâmico, de simples exploração comercial, industrial, mineral e agrícola; o sistêma da valorização instantânea das riquezas materiais; o sistêma classico de *la mise-en-vaieur*, preconizado por Afonso de Albuquerque no império das Indias e seguido com afan e largos resultados pela Inglaterra e pela Holanda, e o sistêma de fixação, ou estatico, gerador de novas nações, sistêma colonizador excelente embora caro, que tem por alevantado



DR. RODRIGO RODRIGUES

escopo valorizar a terra ao mesmo tempo que valoriza as massas nativas, instruindo-as e dignificando-as pelo trabalho. Foi êste o sistêma adoptado pelos portugueses, a despeito do seu alto custo, mas mais conforme com os nossos sentimentos, primeiramente no Brasil e agora na Africa, seja em Angola, Moçambique, Cabo Verde ou Guiné, onde os nativos, graças á doçura dos nossos hábitos e costumes, caminham em marcha acelerada a integrar-se na civilização de que somos portadores.

Tal método colonizador é, como já dissera, excessivamente caro, e por isso tem de ser algo demorado na sua execução, em flagrante contraste com o sistêma dinâmico aplicado por Afonso de Albuquerque e claramente exposto nas suas famosas *Ordenações*, as quais, hoje em dia, traduzidas no idioma de Skakespeare, se ostentam na biblioteca de todo o funcionario colonial britânico que se presa...

Analisa a obra e o sonho imperial do austero capitão Afonso de Albuquerque, tão injustamente recompensado por D. Manuel, soberano ingrátissimo, avesso a premiar com justiça os seus dignos servidores. O pago que lhe deu foi, no fundo, o mesmo que deu a Vasco da Gama e a Pedro Alvares Cabral — o esquecimento! Mas a história vingou essas figuras excepcionais — os gigantes lusos que mais dilataram a Fé e o Império — relegando para um plano secundário o rei a quem tão devotadamente serviram!

Cita o prestígio que tivéramos no Oriente e que em grande parte perdéramos em consequência de intolâncias religiosas lamentáveis. Menciona acontecimentos ocorridos na China, no Japão e na ilha de Ceilão. Aprecia a colonização deste imenso Brasil. Recorda a acção notabilíssima de Salvador Corrêa de Sá e Benevides, quer na antiga capitania do Rio de Janeiro, quer restaurando e governando Angola. Descreve as viagens transafricanas de Capelo, Ivens e Serpa Pinto e as suas consequências internacionais. Comenta o *ultimatum* e verbêra o tratado que a Alemanha celebrara secretamente com a Inglaterra para a partilha das nossas colónias, tratado que Soveral, apesar de áulico de Eduardo VII não conseguira torpedear, cabendo, porém, essa honra, anos depois, a um diplomata republicano, o eminente Sr. Teixeira Gomes.

Descreve factos relacionados com a nossa participação na Grande Guerra e aprecia a acção decisiva que no caso teve o General Sr. Nórton de Matos, mais tarde Alto

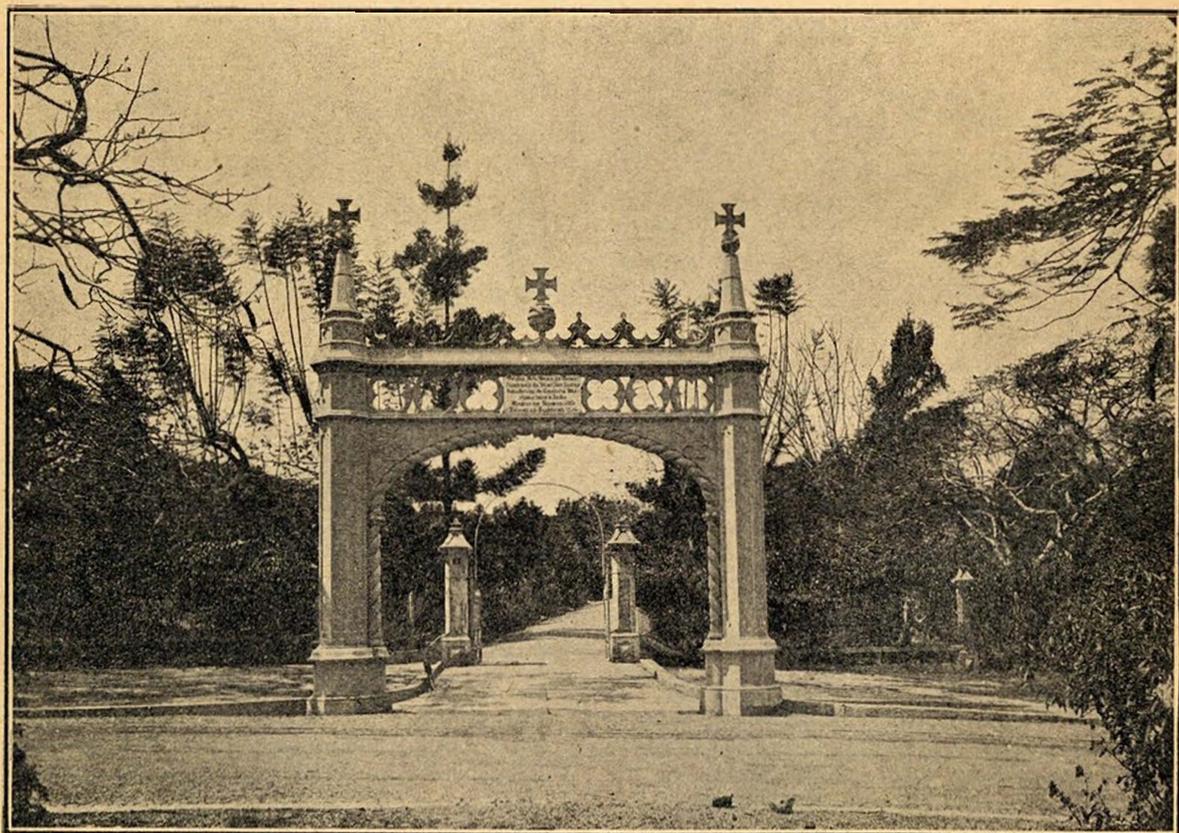
Comissário da República em Angola, cuja obra enaltece e aplaude sem reservas. E, finalizando, aponta Afonso de Albuquerque, Salvador Corrêa e Nórton de Matos como símbolos dos nossos sistemas coloniais — sistemas, respectivamente, de exploração dinâmica, de colonização estática e de Altos Comissariados!

O orador foi vivamente aplaudido por toda a assistência e muito cumprimentado e abraçado.

Emfim, uma festa memorável para a Luso-Africana e para o Sr. Dr. Rodrigo Rodrigues, que de forma tão clara como precisa e imponente pôde avaliar o subido quilate do patriotismo dos portugueses residentes no Rio de Janeiro.

A RIQUEZA PECUÁRIA DE TIMOR EM 31 DE DEZEMBRO DE 1931

| | CABEÇAS |
|---------------------------------|---------|
| <i>Gado B. jalino</i> | 126.356 |
| » <i>Cavalor</i> | 73.028 |
| » <i>Suíno</i> | 121.225 |
| » <i>Lanígero</i> | 47.271 |
| » <i>Caprino</i> | 146.122 |
| » <i>Bovino</i> | 1.477 |



LOURENÇO MARQUES — ENTRADA DO JARDIM PUBLICO VASCO DA GAMA

Página em falta

Página em falta

A Situação Politico-Estratégica

da República Portuguesa

(EXCERPTO DA CONFERÊNCIA "MOBILIZAÇÃO DOS ESTADOS",
TRANSCRITO COM EXPRESSA E ESPECIAL AUTORIZAÇÃO)

PELO CORONEL DO ESTADO MAIOR HENRIQUE PIRES MONTEIRO
ANTIGO MINISTRO DO COMÉRCIO E COMUNICAÇÕES
GOVERNADOR CIVIL DO PORTO E DEPUTADO
PROFESSOR D. A. ESCOLA MILITAR

NA constituição e funcionamento dos organismos preparadores da mobilização nacional, sob os seus múltiplos aspectos, que indicámos, cumpre-nos atender a certas realidades, que lhe vêm imprimir o característico próprio.

Essas realidades, esboçadas no decurso da exposição feita, serão agora definidas, como factores da situação politico-estratégica da República Portuguesa, constituindo as bases da nossa política de relações.

Essas bases são:

- 1) — O pacto da S. D. N.
- 2) — Portugal como estado europeu, ou seja, as contingências europeias.
- 3) — Portugal como Estado Colonial, ou seja, o problêma das garantias territoriais nas nossas colónias, principalmente em Angola e Moçambique.

O desenvolvimento desta três bases exigiria largas considerações, excedendo o âmbito do estudo, que nesta ocasião apresentamos.

Limitar-nos-emos á sua enumeração e, em outra ocasião, desenvolveremos assunto tão interessante e digno da melhor atenção, se para tal tivermos oportunidade.

*
* *

A S. D. N., o famoso e discutido areópago de Genebra, é uma realidade a considerar.

Portugal, membro fundador desse organismo de constituição tão complexa, está obrigado ás disposições estatutárias do respectivo pacto e tem acompanhado nobremente, desde o incio, a obra de organização da Paz, que esse agrupamento de Estados — o maior e o mais persistente que a História da Civilização regista — tem procurado realizar.

Não é ocasião para análise, mesmo sucinta, dessas realizações, nem esse estudo pode sêr



CORONEL PIRES MONTEIRO

feito em um só, ou apenas em alguns, dos seus aspectos. A obra da S. D. N. tem uma unidade, que deverá ser considerada em conjunto e pelo estudo das suas múltiplas interdependências.

A sua formidável tarefa é, como nos diz o polaco Casimiro Smogorzewski, criar *um espirito internacional são*, "incutir e desenvolver a aptidão dos estadistas para conceberem o interesse dos seus respectivos países em função do bem universal, consistindo na colaboração das Nações livres na obra única de progresso e civilização. Esta concepção internacional não contraria um patriotismo sincero e entusiástico".

O assunto, que versamos, está ligado ao art.º 8.º e ás outras disposições tendentes a prevenir a guerra e, conseqüentemente, a todos os

acordos que se têm tentado ou estabelecido, levando-nos á notável Conferência para a redução e a limitação dos armamentos — por mal ou por ligeireza — chamada Conferência do Desarmamento, em curso desde 2 de Fevereiro passado na Cidade histórica por onde passaram Zwingli e Calvin, que foi berço de Jean Jacques Rousseau e de Dunan, aquele que cheio de emoção dos gritos e dos lamentos, das dôres e da tragédia de Solferino, lançou as bases dessa obra tão humana que é a Cruz Vermelha.

As contingências europeias resultarão do que se viér a convencionar, isto é, do grau de *assistência mútua* que se estabelecer como segurança para os Estados, vítimas de agressões.

Essa *assistência mútua* é o grande óbice, visto corresponder a uma profunda modificação psicológica nas relações internacionais.

Consiste nesta questão fundamental: substituir o velho conceito da Soberania por uma constante interdependência na vida dos Estados.

De resto, o pacto da S. D. N. transfigurou velhos hábitos internacionais. O seu artigo 18.º impõe o registro de todos os acordos internacio-

nais — já negociados, assinados e ratificados — no Secretariado da S. D. N. Deixou de haver tratados secretos. A velha concepção da aliança já não pertence ao direito internacional.

Recentemente, o eminente republicano, Snr. Cunha Leal publicou um estudo — *Portugal e Inglaterra* de que só temos conhecimento por uma noticia bibliográfica do “Diario de Noticias”.

Aí se verifica, a duvida acêrca da vigência da secular aliança anglo-lusa, em face das novas normas do Direito Internacional (1).

E assim, na 62.ª sessão do Conselho da S. D. N., em 20 de Janeiro de 1931, Henderson, ao tempo Ministro dos Estrangeiros e hoje Presidente da histórica Conferência do Desarmamento disse: “Não conhecemos nenhuma aliança e não podemos mesmo conhecê-la, a não ser a do pró-

(1) Depois de realizar esta conferência, tivemos ocasião de lêr esse bem documentado trabalho e verificamos que o A. diz:

“A aliança inglesa, na actualidade é insubsistente ou pelo menos, anda pairando pelas hiperbólicas regiões do lugar comum e da incerteza (págs. 307).

PARTE DOS CLICHÉS QUE ILUSTRAM ESTE BOLETIM

Foram confeccionados no

ATELIER DE GRAVURAS

DE

SILVA & BARRETO

Av. Gomes Freire, 43—Fone 2-6894

RIO DE JANEIRO

prio Pacto, a grande aliança do mundo inteiro contra a guerra e contra os armamentos, que preparam e permitem a guerra”.

De facto entre os acórdos assinados por Portugal, após a criação da S. D. N. o Secretariado não regista a secular aliança anglo-portuguesa. Assim deveria ser.

Não é ocasião para o estudo dessa aliança, que pertence á história.

O próprio art.º 8.º do pacto da S. D. N. base de todas as convenções referentes ao armamento dos Estados, destroi tambem a noção da neutralidade — “estabelecendo a redução dos armamentos nacionais ao mínimo compatível com a segurança nacional e com o cumprimento dos deveres internacionais impostos por uma acção comum”.

A participação de Portugal em uma acção coerciva não poderá, pois, ser excluída.

Portugal, como Estado europeu não poderá desinteressar-se das questões politicas, económicas e sociais desta convulsionada Europa, e com os outros Estados deverá colaborar na realização das melhores soluções para a estabilidade politica e para o progresso da Civilização.

Confinando apenas com um Estado europeu, para desejar será que os dois Estados da Penin-

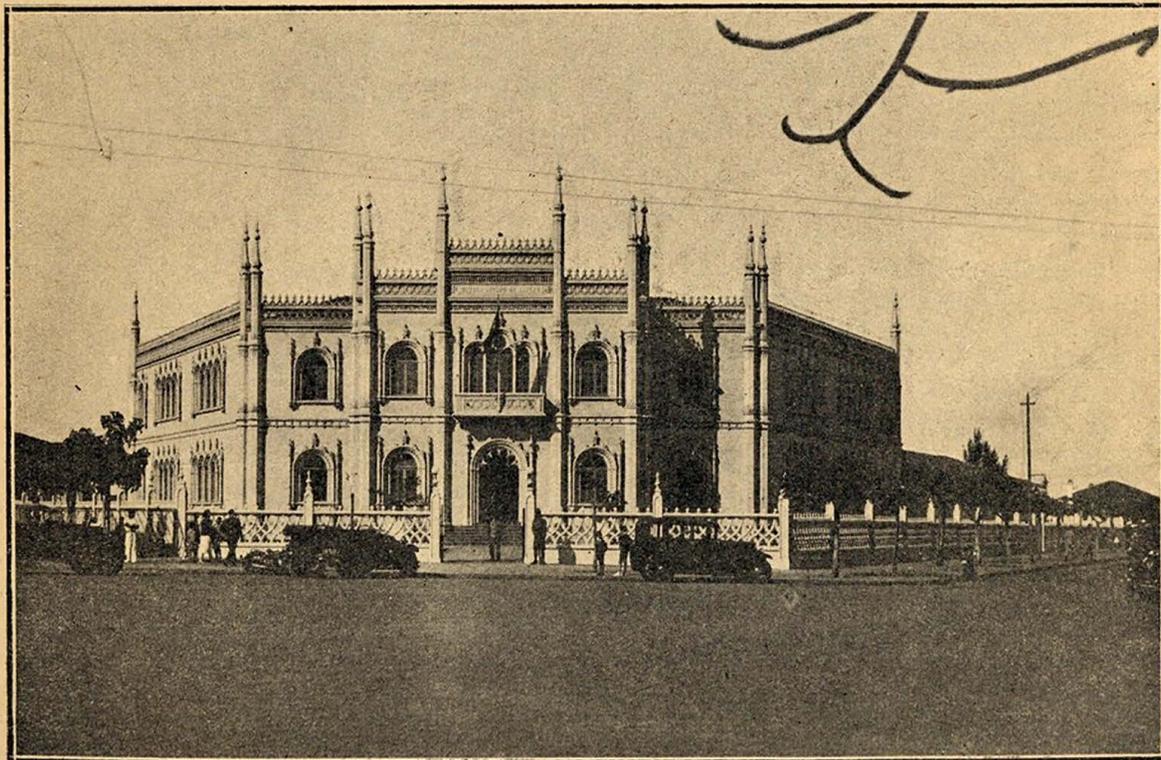
sula Aquém Perinéus tenham sempre objectivos concordantes e harmónicamente regulem os seus interesses no concerto Europeu.

Assim será, visto que secularmente Portugal e Espanha têm caminhado distintos e a sua extensa fronteira comum de mais de um milhar de quilómetros, poderá apresentar-se como exemplo de uma fronteira aberta e desguarnecida, como recentemente os E. U. A. se ufanavam em relação ao limítrofe Canadá. Felizmente, nem hoje as velhas questões dinásticas os poderão dividir, ambos devendo reger-se por estatutos republicanos.

E’ de crêr que esta harmonia, nunca perturbada, se radique em um novo Tordesillas (1) de caracter económico, procurando por mútuas correntes de exportação e importação bastar-se quanto possível e dividindo os mercados mundiais, de forma a estabelecer-se amistosa concorrência .

(1) Os grandes trusts, cartels, corporações e uniões de trabalhadores converter-se-ão gradualmente em Estados internacionais ou, poderemos dizer, em *Estados económicos* (V. R. A. Bratt — págs. 321).

Referindo-se ao início do Seculo XIX, diz recentemente D. Gonzalo de Reparaz: “Dilema pavoroso ! Nacion subalternizada, sin aristocracia mental ni poli-



LOURENÇO MARQUES — MUSEU PROVINCIAL

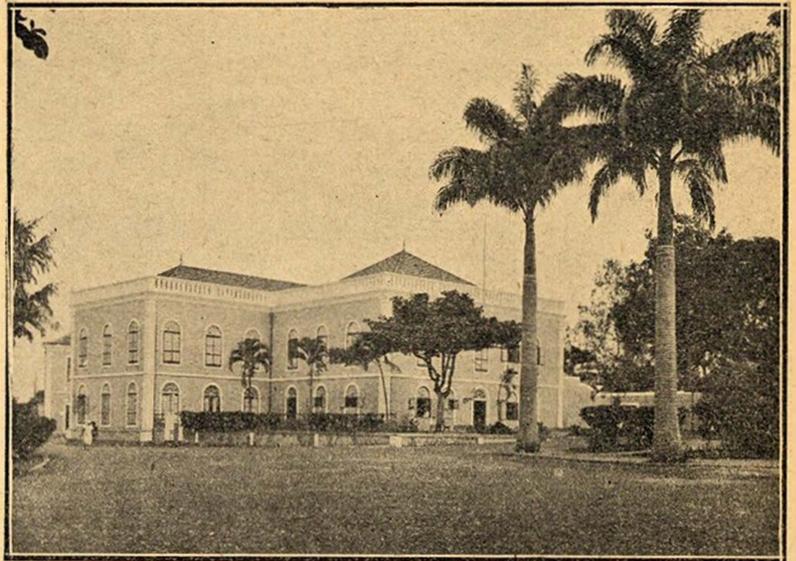
Fóra da Europa os campos de acção de Portugal e de Espanha são distintos. A Espanha está realizando uma grande obra na sua zona de protectorado em Marrocos e a sua politica hispano-americana, (por muitos erradamente chamada ibero-americana), mantém as tradições da lingua e as afinidades étnicas com a poeira de Rêpúblicas, em que se fraccionou o antigo Império Espanhol na América.

Portugal tem diversa esfera de actividade politica e económica extra-europeia. No Atlantico possui maravilhosas posições que são vértices do triangulo estratégico, há muito conhecido.

No continente africano é uma grande potência e á grande Rêpública sul-americana — o Brasil — ligam-nos afinidades de lingua, origens de raça e uma numerosa colónia de portugueses, que lá moureja. Não pensamos ainda seriamente em desviar parte desses imigrantes para o continente fronteiro — a nossa Angola.

Sem perder aqueles liames, tão gratos ás tradições da nossa forte acção civilizadora, com o Brasil, bastaria que uma politica sã e sinceramente colonialista orientasse 20 por cento dos nossos emigrantes para Angola, para desviar desta os perigos de correntes desnacionalizadoras. Politica de crédito agrícola, industrial e comercial, que fixasse os colonos. Politica de sacrificio para a geração que a praticar, mas que a história registará com a gratidão das gerações que lhe succederem.

Gastão de Sousa Dias, distinto camarada, professor em Sá da Bandeira, devotado e en-



S. TOMÉ — PALACIO DO GOVERNO

tusiásta colonialista, que na nossa Africa vive e tão emotivas descrições nos traça, diz no prefacio das suas *Cartas de Angola*, escrito em 1928:

“Angola, onde continúo vivendo e trabalhando, é, na minha aspiração insatisfeita, a primeira fonte do ressurgimento económico da minha Pátria. Desejo-a nacionalizada, enriquecida, campo largo de trabalho fecundo para os milhares de braços que todos os anos, desvairadamente são atirados para o Brasil e neste momento mais fácil seria dar-lhes o sentido e o destino das nossas Colónias na vida sadia, fisica e moralmente, que é o nosso anseio”.

Na discussão geral estabelecida na actual Conferência de Genebra, o Sr. Zulueta, Ministro dos Negocios Estrangeiros da vizinha Republica disse: “Não. Não é a guerra quimica, aérea ou submarina que desejamos abolir. O que todos pretendemos é abolir a guerra”, e acrescenta: “A Espanha veria com satisfação que êste esboço de construção internacional se afirmasse, definisse e progredisse. Desejaria assistir ao desenvolvimento da arbitragem obrigatória, á solução jurídica dos conflitos, á applicação rigorosa e decidida da Convenção para prevenir a guerra e assegurar a assistência financeira; em uma palavra queria vêr realizado o sistema completo de assistência mútua que é a verdadeira garantia da Paz”.

E o Sr. Zulueta acrescenta: “Será inutil dotar a S. D. N. com forças materiais, se lhe fôr recusada a necessária força moral para intervir.

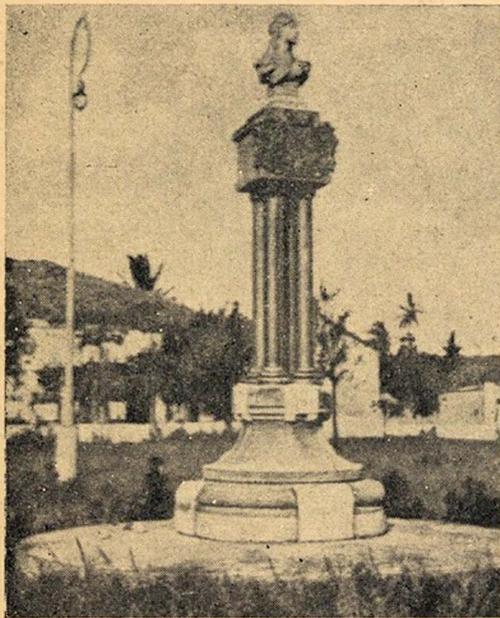
tica, sin la possessión de las dos puertas de la casa (el Estrecho de Gibraltar y la desembocadura del Tajo).

... Ocupación de la bahia de Algeciras y sus complementos estratégicos: Cádiz y Lisboa”.

(Vide “Africa” *Revista de tropas coloniales* — Fevereiro de 1932 — El Estrecho de Gibraltar — págs. 21).

“Espanña es una expresón politica resultante de una Geografia imperfecta” (Vide Id. Março de 1932 págs. 45).

“Desde este momento la desembocadura del Tajo manifesta, en su eficacia estratégica, en alta categoria de cabeza de la Peninsula”. (Vide Id. Abril de 1932 pags. 62)



BUSTO DA RÈPÚBLICA EM QUELIMANE

“Creio que as organizações puramente nacionais já não devem existir e os Estados deverão colaborar em um organismo comum donde resulte a Paz, produto dum esforço continuo da inteligência e da boa vontade”.

Entre Portugal e Espanha há um tratado de conciliação, regulamento judicial e arbitragem, assinado em 1928, que estabelece os processos pacíficos para a solução das divergências que não possam ser resolvidas por via diplomática em um prazo razoável.

E a actual Constituição da República Espanhola diz no seu artigo 77.º: “O Presidente da República só poderá assinar a declaração de guerra nas condições prescritas pelo Pacto da S. D. N. quando estiverem esgotados todos os meios

pacíficos e todos os processos judiciários de conciliação ou arbitragem estabelecidos nas convenções internacionais, aceitos pela Espanha e registados na S. D. N.”.

Mais uma vez, faremos ouvir a voz d’Além Túmulo, já citada, que nos diz: “A’ Espanha nos ligam simpatias verdadeiramente fraternais; lastimamos os seus desastres de ontem como folgaremos com os seus triunfos e prosperidades de amanhã. Com ela aspiramos a caminhar estreitamente unidos na estrada do progresso; a seu lado, mas com pendões bem distintos, almejamos combater, quando as circunstâncias da política internacional obriguem a desembainhar a espada. Não obstante, se algum dia as paixões desvairadas das multidões castelhanas, desprezando a vontade dos seus govêrnos e o parecer dos seus homens ilustrados, pretenderem tomar uma atitude hostil para a nossa independência, reproduzindo bem conhecidos factos históricos, ambicionamos ser suficientemente fortes para que o conhecimento dessa força baste para evitar uma colisão que seria sempre, como bem o diz o autorizado escritor espanhol a que respondemos, *uma irremediável ruína para os dois povos*”.

*
* *

Se a *segurança* da nossa extensa fronteira terrestre se garante por um adequado desarmamento moral, resultante de uma confiança recíproca no exacto cumprimento dos tratados e acordos, na lialdade mútua das relações e na convicção de que a independência secular dos dois Estados da Península Aquém Pireneus constitui a melhor garantia da obra civilizadora, que a História regista para portugueses e espanhóis; se medidas de ordem material fundamentadas em possíveis acordos resultantes da actual Con-

CAPPUCCINI & C.^{IA}

Rua da Alfandega, 172

Caixa Postal n.º 1662

RIO DE JANEIRO

TINTAS PARA IMPRESSÃO

“MICHAEL HUBER de Munich”

Este Boletim é sempre impresso com as Tintas Huber

ferência para a redução e limitação dos armamentos poderão ser adoptadas sem reservas, a verdade é que Portugal não pode desconhecer os acontecimentos europeus.

Seja como participe da Força Internacional, que a França propôs em Genebra, seja em emergência idêntica à que nos impôs a participação inteligente na Grande Guerra ao lado dos aliados de então, a República Portuguesa deverá orientar a sua política de relações de maneira a ocuparmos o lugar, que internacionalmente nos compete na Europa.

Mas, Estado de interesses morais europeus, cumpre-nos atender ao problema das garantias territoriais nas nossas Colónias, principalmente em Angola e Moçambique (1).

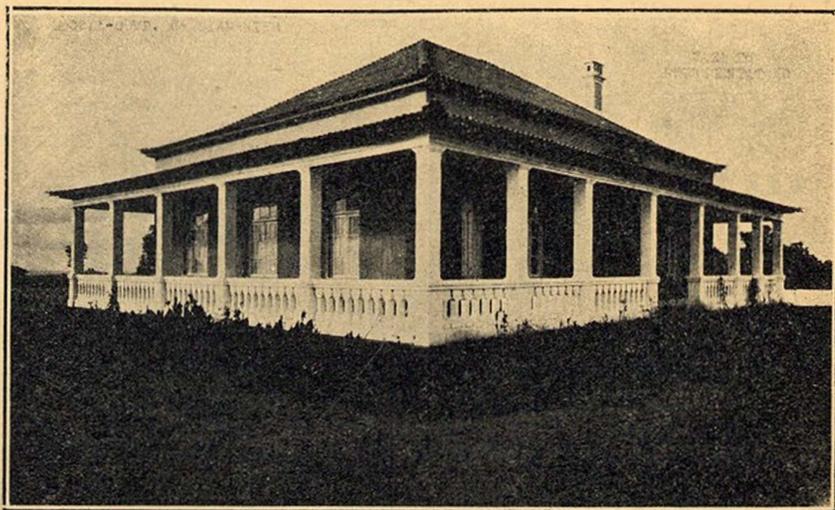
O problema da segurança territorial nas referidas colónias é, segundo nossa opinião, bem mais complexo do que na metrópole pela extensão das fronteiras e pela variedade dos vizinhos.

As garantias de segurança são aí bem mais precárias.

Neste momento só desejo chamar a atenção dos que me lêem para as palavras, recentemente evocadas em Genebra pelo Sr. Te Water, Alto Comissário em Londres e delegado da União Sul Africana, que o Chefe do Governo anteriormente pronunciara a proposito da S. D. N.: "Nada ha mais doloroso do que *verificarmos a repugnância* com que os Estados europeus consideram a simples hipótese de uma discussão da redução dos armamentos.

"Se tal atmosphera de suspeitas reciprocas e de desconfiança na S. D. N. e na futura Paz do Mundo não se desvaneece, eu receio que os países de fóra da Europa, procurem fora da S. D. N. um mundo de Paz.

(1) Na conferência que realizamos o ano passado dissemos, como uma conclusão do nosso trabalho: "O E. M. E. liberto de preocupações burocráticas, deverá estar em relações constantes com todos os ramos de actividade nacional, estudando com o mesmo interesse os teatros de operações na metrópole e nas colónias, principalmente Angola e Moçambique".



ANGOLA — CASA DA REPRESENTAÇÃO DA COMPANHIA DOS DIAMANTES, NA LUNDA

"Façamos todos os esforços para evitar esta catástrofe."

E Te Water serenamente concluia: "Pelas vossas ambições não nos obrigais a deixar-vos, pois viémos para esta Conferência com um desejo sincero de cooperar com honestidade nos

RAUL R. RUDGE

FABRICA DE PAPELÃO

"INHAÚMA"

Avenida Automovel Club, 1

FÁBRICAS DE CARTONAGENS FINAS

R. S. Cristovão, 505 — Tel. 8-1382

R. do Lavradlo, 73 — Tel. 2-3603

ESCRITÓRIO CENTRAL

Rua S. Cristovão, 505 — 1.º andar

TELEFONE 8-1382

END TELEGR. RAULRUDGE

RIO DE JANEIRO

problemas para cuja resolução foi convocada”.

Mas, já há anos, Gastão de Sousa Dias, disse: “Em poucas palavras: as tendências expansivas da União Sul-Africana perturbam a acção e os projectos das mais importantes nações coloniais europeias.

“Essa situação entrará no estado agudo logo que se defina na União Sul-Africana, de uma forma insofismável, a aspiração de independência.

Esse momento, que pode ser para a Inglaterra o começo do *dies irae*, não deve estar longe”, (Cartas de Angola, págs. 55).

Se esse facto se consumasse, se a União Sul-Africana abandonasse a S. D. N. as garantias para Portugal, grande Estado Colonial, (1) com fundamentais interesses fóra da Europa, teriam de ser procurados fóra de Genebra.

Dr. Henrique Tavares Monteiro.

(1) Muito justamente se afirma no n.º 1 do *Boletim da Sociedade de Estudos da Colonia de Moçambique* (Dezembro de 1931) sob o titulo *Portugal e a S. D. N.* que “de todas as colónias portuguesas, aquela que mais atenção deve dedicar á S. D. N. é, certamente, Moçambique porquanto nas suas fronteiras se encontram sete administrações diferentes, além de conter no seu seio uma administração particular, sendo por isso necessário acompanhar a evolução da S. D. N., que é sem dúvida, o mais esperançoso melhoramento social, que resultou da Grande Guerra” (pag. 42).

O SÂNDALO

Foi este produto lenhoso, que deu fama a Timor e que motivou a referência que os LUSIADAS lhe fazem num dos seus cantos. Exportado antigamente em grande escala, sendo o principal artigo que saía pelas alfândegas e que em 1913 atingiu a elevada cifra de 907 toneladas, atraindo à Província numerosos comerciantes, o seu movimento foi decrescendo, não só pela queda dos preços originada na descoberta de matas desta essência ao norte da Austrália, como pelo seu rareamento em Timor. Os côrtes faziam-se a êsmo, sem haver o cuidado do repovoamento e por isso a situação neste capítulo assumiu proporções tão críticas, que se tornou necessária a proibição da exportação afim de evitar o seu completo desaparecimento. Levando cada árvore uma média de 20 anos a desenvolver-se é preciso o maior cuidado com os côrtes realizados e complementares repovoamentos. As regiões mais apropriadas para êle são Ocussi, Bobonaro e Cova Lima.

Exportação de sândalo — pau e raiz em quantidades e valores, de 1910 a 1927:

| | | | |
|-------------------|--------|----------------|------------|
| 1910 — 898.006 | quilos | 1919 — 129.678 | quilos |
| 1911 — 875.010 | » | 1920 — 121.033 | » |
| 1912 — 210.585 | » | 1921 — 115.480 | » |
| 1913 — 907.820 | » | 1922 — 80.000 | » |
| 1914 — 139.714,74 | » | 1923 — 20.000 | » |
| 1915 — 57.556 | » | 1924 — 40.000 | » |
| 1916 — 353.042 | » | 1925 — 20.000 | » |
| 1917 — 273.408 | » | 1926 — | » |
| 1918 — 251.286 | » | 1927 — | } proibida |

(in-TIMOR, por TEOFILO DUARTE)

A OBRA PATRIOTICA DA SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO

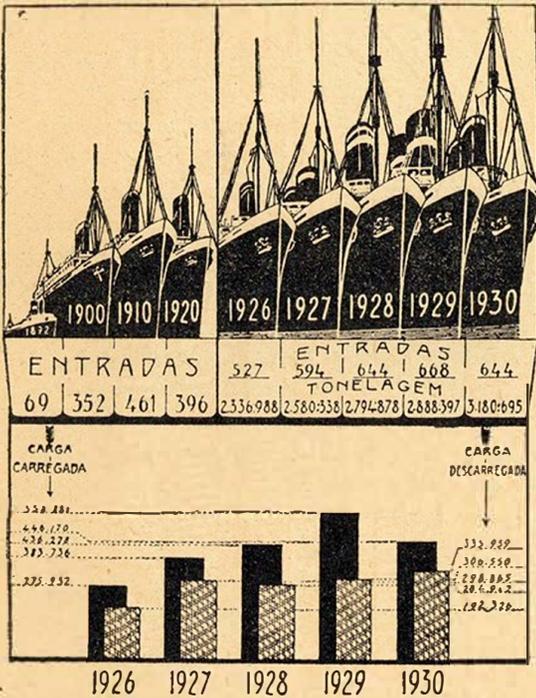
Temos presente o magnifico “Boletim” da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, cuja acção em pról da nossa obra civilizadora e de propaganda das nossas possibilidades e riquezas ultramarinas no Brasil, tem sido verdadeiramente admirável. Bastaria a série de conferências coloniais, promovidas por ela e que tanto interesse despertaram nos meios portugueses e brasileiros e tanto brilho revestiram, para a Sociedade bem merecer do agradecimento de todos os portugueses. Mas, além delas, a Sociedade sustenta, na Imprensa brasileira e portuguesa do Rio, uma secção de informações coloniais, criteriosamente reunidas e uma doutrinação muito inteligente, documentada e persistente em favor da nossa acção colonizadora.

O “Boletim” da Sociedade Luso-Africana, constitui uma magnifica brochura de cerca de 100 páginas, muito bem impressa, com excelentes ilustrações e colaborada pelos srs. dr. Ricardo Severo, general Nórton de Matos, Paiva Couceiro, dr. Nuno Simões, Gastão Sousa Dias, Teixeira Gomes, Henrique Galvão, Teófilo Duarte, João Sarmento Pimentel, dr. Antonio Augusto de Miranda, Mario Leite, Comandante Jaime do Inso, Major J. R. da Costa Junior, Nelson de Oliveira Tabajara, Rodrigo de Abreu, Julio de Lemos, Virgilio Saraiva, Tenente-Coronel Salustiano Correia, Manuel Pinheiro, Antonio Amorim e Francisco das Dôres Gonçalves.

Essa lista de colaboradores basta para avaliar da importancia intelectual e colonial do “Boletim”, que constitui mais um real serviço da Sociedade Luso-Africana ao nosso país e á nossa acção colonizadora.

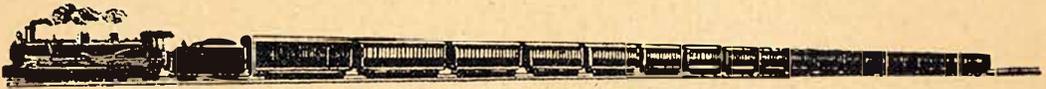
(in-DIARIO DE NOTICIAS — de Lisboa)

Entradas, por nacionalidades da navegação, no porto da Beira, de 1926 a 1930



Todos êstes graficos foram colhidos no excelênte Anuário Estatístico do Território de Manica e Sofala, relativo ao ano de 1930, o qual constitui um valioso atestado da competência e da capacidade de trabalho do Sr. Tenente Mário Augusto da Costa, ilustre director dos Serviços de Estatística da Companhia de Moçambique e dedicado socio-correspondente da Sociedade Luso-Africana, na cidade da Beira.

C.F.



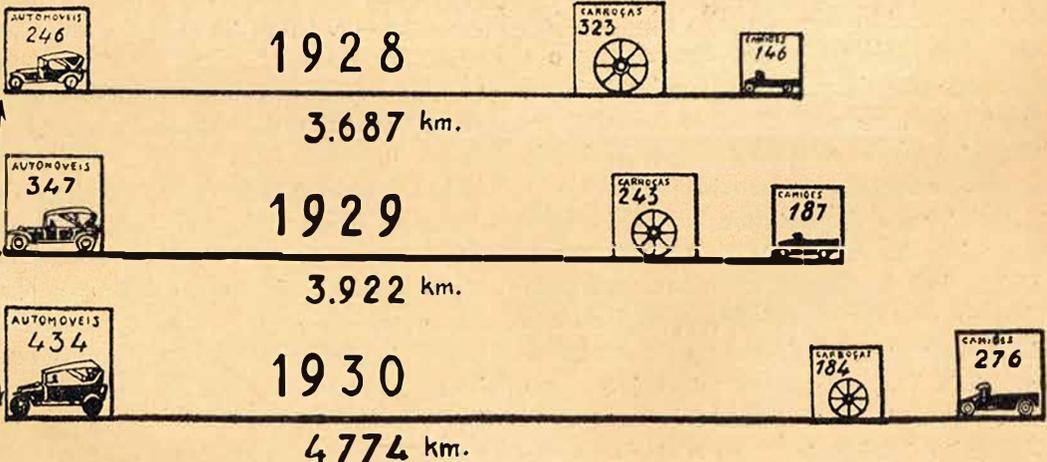
Via larga 603 km.



Via reduzida 365 km.

EXTENSÃO DAS LINHAS FERREAS

ESTRADAS



VIAS DE COMUNICAÇÃO E TRANSPORTES DE 1928 A 1930



MACAU - AVENIDA ALMEIDA RIBEIRO

Galeria dos sócios correspondentes

“A colonização de Angola é de magna transcendência e merece a atenção, o estudo e a colaboração de todos os bons portugueses que queiram contribuir para o engrandecimento da Pátria e a felicidade do bom povo trabalhador”. “Viramos na hora presente, o nosso pensamento para a colonização de Angola—sem desprezarmos as outras colónias— numa intuição daquilo que a Nação carece para tornar a ser grande, rica e forte como outróra.” “Ha sempre no ceu aquela estrêla que, durante a primeira dinastia, e nos primeiros reinados da segunda, guiou os Portugueses para a prosperidade máxima. Sigamos essa estrêla, não perdendo o seu contacto para não desperdiçarmos mais tão consideráveis esforços para conseguirmos um PORTUGAL MAIOR.”

Major

José Ribeiro da Costa Junior



Capitão Gastão Sousa Dias
VILA SÁ DA BANDEIRA



Virgílio Saraiva
LUANDA

A província de Angola é muito grande, carece de ser integralmente ocupada, inteiramente administrada: — carecemos para isso de injente esforço, de uma acção contínua da Metrópole, idêntica na duração e na imensidade á do tempo das descobertas, e de muita gente e de muito dinheiro.

GENERAL

NORTON DE MATOS

“Para Africa deve ir o escol da mentalidade portuguesa, e não os desperdícios das profissões”. —“Na colonização como na guerra, a experiência ensina que nada se obtém pelo sistema de petits paquets, do dinheiro em pitadas”.

CORONEL

VICENTE FERREIRA



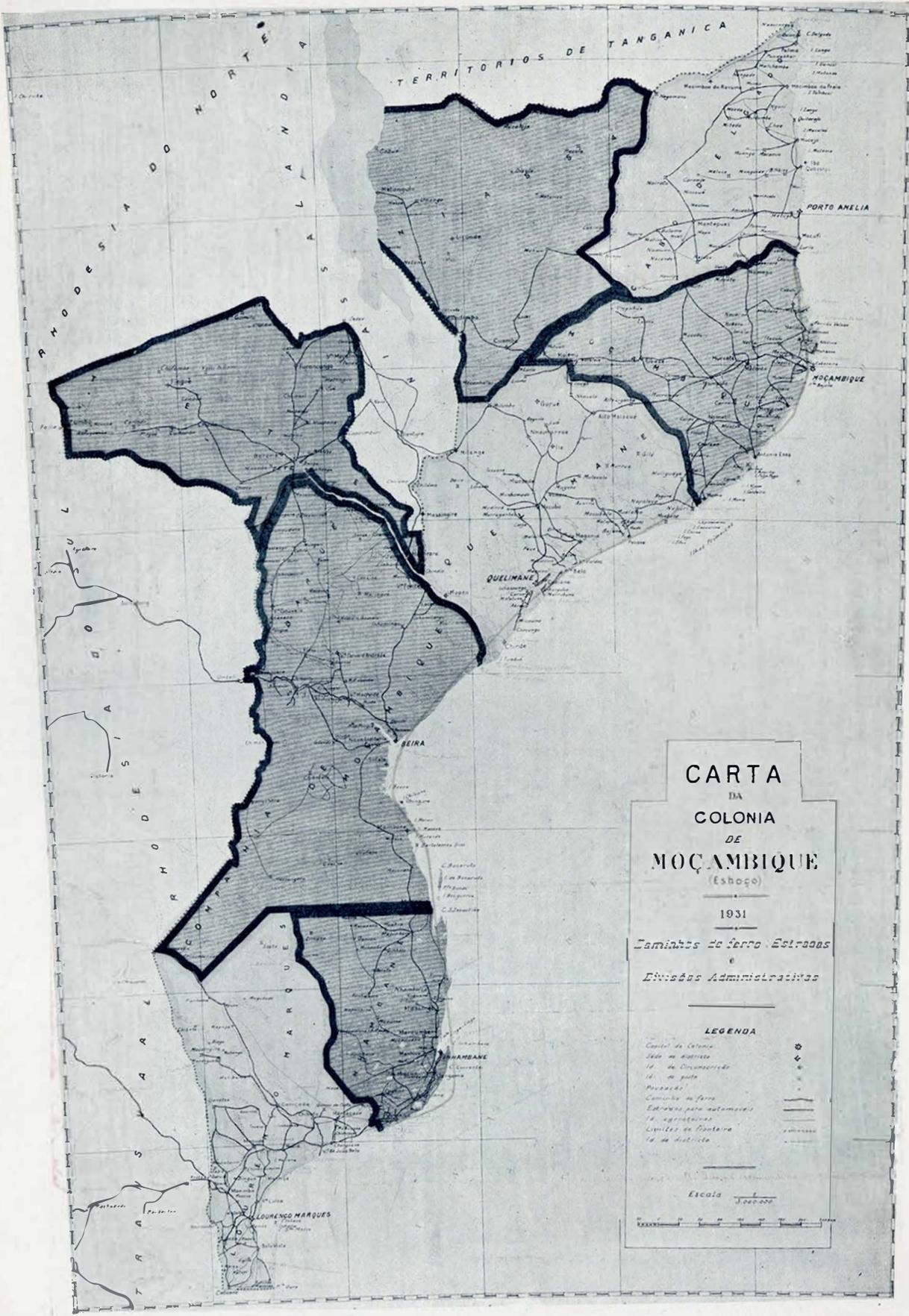
Frederico Filipe
PORTO

“Do alto do seu génio, Camões, contemplou o Império Português, aquele em que jámais se punha o Sol, e, criando a mais nacional das epopeias, revelou aos homens, por meio da mais universal das obras de arte, a extensão, a variedade e a beleza do mundo.”

AFONSO LOPES VIEIRA



Pedro Branco Cerqueira
S. TOMÉ



CARTA
DA
COLONIA
DE
MOÇAMBIQUE
(Esboço)

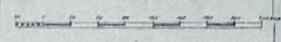
1931

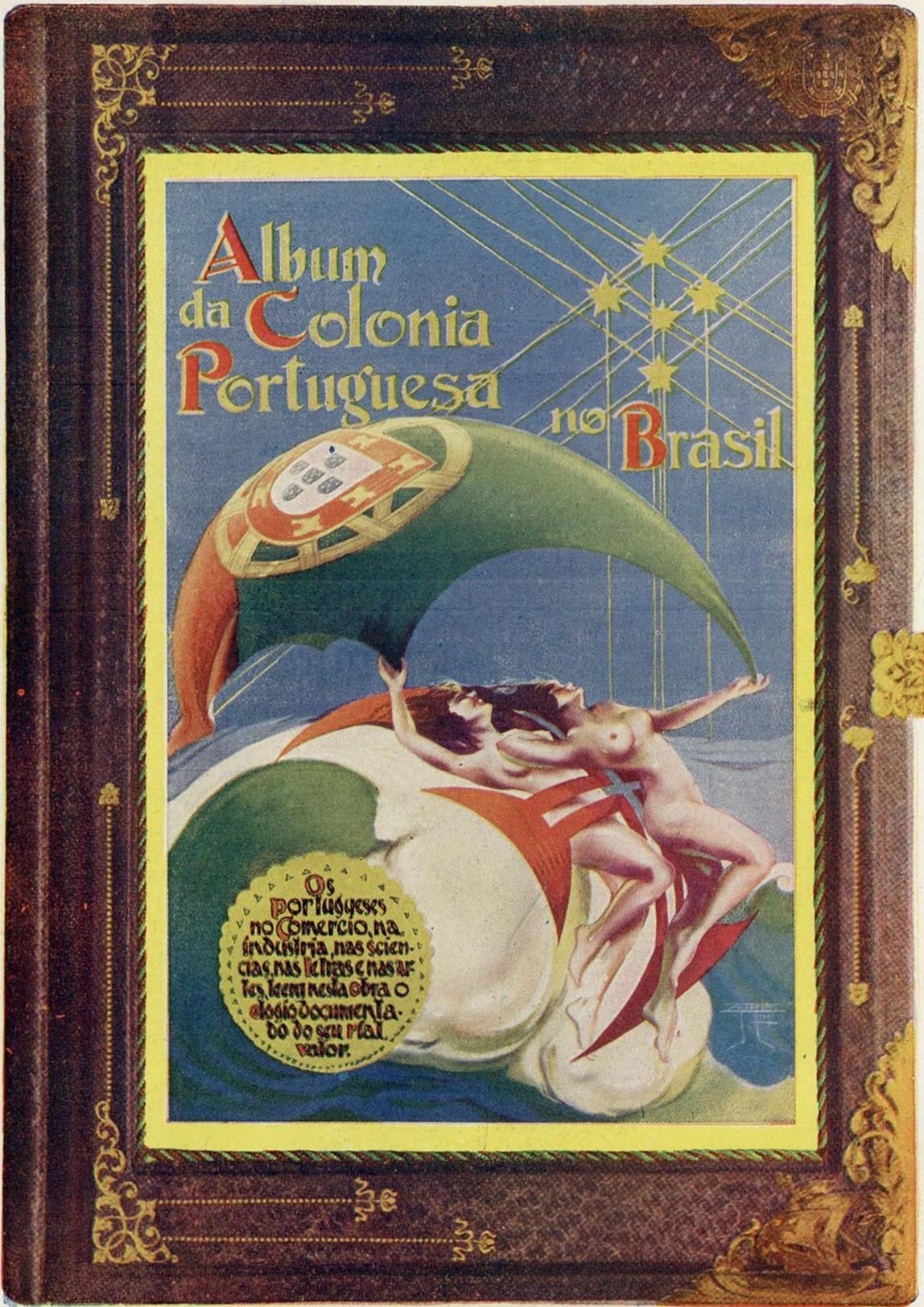
*Caminhos de Ferro, Estradas
e
Divisões Administrativas*

LEGENDA

- Capital da Colónia ⊙
- Sede de distrito ⊙
- Id. de Circunscriçõe ⊙
- Id. de posto ⊙
- Provaças ⊙
- Caminhos de ferro —+—+—+—
- Estradas para automóveis —
- Id. agrícolas —
- Limites de fronteira - - - - -
- Id. de distrito - - - - -

Escala $\frac{1}{1:000,000}$





Album da Colonia Portuguesa no Brasil

Os
Portugueses
no Comercio, na
Industria, nas sciencias,
nas letras e nas artes,
tem nesta obra o
melhor documento
do seu real
valor.

Adquira um "ALBUM DA COLONIA PORTUGUESA NO BRASIL"
O testemunho incontestavel do nosso valor no commercio e na industria
brasileira.

Edições de luxo e populares — Preços: 200\$000, 160\$000, 110\$000 e 60\$000

EM PRESTAÇÕES MENSAES

Peça informações a THEOPHILO CARINHAS

Rua Visconde da Gavea, 26, loja — Tel. 4-5429

RIO DE JANEIRO

A Restauração de Angola

Minhas Senhoras
Meus Senhores

A SOCIEDADE LUSO-AFRICANA, nasceu de uma idêa inteligente e feliz.

Quiseram os incrédulos ver nessa fundação um motivo de quebrar a banalidade do momento, uma utopia, mais uma ilusão.

Mas, a sublime idealidade tornou-se real.

Lançou esteios fortes, um ao coração da Pátria, outro á terra maravilhosa e linda, a êsse continente africano das lendas e dos sonhos, onde a vida palpita em cada palmo de terra, onde a natureza é um quadro pintado pelo Criador.

Corporação de grandes fins compreende o patriotismo na sua forma mais elevada: lembrar a uns e ensinar a outros, o que somos e o que valem.

Todos que se preocupam com a glorificação do nosso país, não poderão ocultar aplausos á SOCIEDADE LUSO-AFRICANA e á maneira brilhante porque vem timonando a caravela dourada e altaneira, quedescortinou já a olhos deslumbrados o mar sem fim dos feitos portugueses.

Sua moral, seus princípios têm sido enaltecer os que no passado nos engrandeceram, os que por armas, ou pela palavra na ância da liberdade teceram um poema de heroísmo com o duplo valor do sacrificio e da glória.

Louvor aos homens de boa vontade, que organizaram tão benéfica agremiação!

Estão ainda, na memória de todos, as brilhantes conferências que fez o ilustre Consul Adjunto Sr. Dr. Marcelo Matias. Não ha adjétivos, que possam tradu-

Conferência realizada sob os auspícios da Sociedade Lusó-Africana do Rio de Janeiro, no dia 15 de Setembro de 1932, no salão nobre do Orfeão Português, pela ilustre professora e brilhante intelectual, Ex.^{ma} Senhora Doutora Fernanda de Bastos Casimiro, socia cooperadora desta sociedade.



DRA. FERNANDA DE BASTOS CASIMIRO

zir, o que foram essas palestras, que nos maravilharam. Quando S. Ex.^a terminava, uma interrogação estava em todos os olhos, uma pergunta em todos os lábios — Já?

O público que teve a ventura de ouvir as belas e proficientes lições, era e é insaciável. Espera ainda e sempre a continuidade da palavra que magistralmente iniciou as Palestras Coloniais.

No passado dia 25 de Julho, em festa cívica de elevado alcance, a SOCIEDADE LUSO-AFRICANA proporcionou a numerosa assistência, o prazer da magnífica oração pronunciada pelo ilustre tribuno brasileiro Sr. Dr. Bertho Condé.

Hoje novamente se reúne em efusão cultural: comemorar a data da restauração de Angola.

E' a minha voz que vai erguer-se em linguagem simples e dizer-vos desse feito heróico. Apresenta como credenciais — ser uma voz portuguesa, falando com toda a alma da sua Pátria e das Cousas a Ela intimamente ligadas.

Agradecendo á distinta Directoria da SOCIEDADE LUSO-AFRICANA a imerecida honra, não poderei corresponder á gentileza do seu delicado

convite, senão tendo a meu favor o conhecimento histórico, e a observação directa das terras africanas que percorri, onde passei, talvez, os dias mais felizes de minha vida.

* * *

Minhas Senhoras e meus Senhores.

A história, como qualquer outra ciência, na sequência de seus factos, têm naturalmente de repeti-los, ainda que muitas vezes, essa repetição seja modificada por factores que a fazem parecer distinta.

Numa pequenina faixa de terra, apertada entre o Mar Mediterrâneo e ás altíssimas montanhas do Libano, um povo, nesses tempos longínquos da antiguidade, trouxe para a civilização muitos outros.

Disseminou idéas, tornou conhecidos produtos de outras terras. Foi, nesse periodo do século XI ao IV A. C. o intermediário entre o Oriente e o Ocidente.

Dezoito séculos depois repetete-se o facto com maior amplitude, maior acção, mais utilidade porquanto mudados os tempos numa crescente civilização, o significado do feito tem outro sentido e outra compreensão.

Apagavam-se ao longe as luzes difusas da Edade-Média. Uma página em branco aparecia cobrindo o Mundo!

A éra do Mediterrâneo terminava. O cétro seria dado com todas as honras ao Atlantico.

Quem derrubaria o trono do Mediterrâneo? Quem lançaria o grito: O rei morreu, viva o Rei?

Um povo, apertado tambem numa estreita faixa de terra e o oceano imenso.

Um povo, que trouxe para a civilização muitos povos incultos, que mostrou aos europeus preciosidades de todo o globo, que hasteou a bandeira das quinas em todos os continentes. O povo que entregou ao Atlantico o sólio, a corôa, o cétro, que lhe deu o facho brilhante para iluminar mundos desconhecidos desfazendo lendas e terrores, foi o nosso. Foi o Povo Português! Todos o sabem. Não é inutil, porem, repeti-lo, antes o devemos recordar a cada passo, para que nunca nos desviemos do caminho do Bem, da Honra, que trilhamos nossos maiores.

E a página em branco que cobria o mundo, tinha agora no alvorecer do século XV, na época brilhante do Renascimento um nome — Portugal!

Sacudindo a letargia em que o mergulhára o reinado de D. Fernando, o formoso inconstante, refluuiu em todas as manifestações.

Menino e moço, airoso e belo, sangue novo, vida quente, concebe no cérebro de um homem ponderado e empreendedor um sonho lindo, sonho de encantar.

A idéa toma vulto, cresce, e em pouco tempo no Algarve branquinho de amendoeiras em flôr, erguia-se a vila Tercena Naval, vida do Infante: Sagres.

A voz sábia do navegador ecoou em tôda a Europa. A escola náutica fundada na sua vila, enchia-se logo de estudiosos, de nacionalidades diversas, na áncia de informações. Avisados estavam, de que ali encontrariam livros, mapas e aparelhos, onde poderiam completar seus estudos e saciar sua curiosidade científica.

Que importa que outros povos tenham seguido as descobertas maritimas com mais ou menos vantagens? Se realizaram o facto, êle foi concebido e ensinado na pequenina escola — oratório querido do incltô varão, do grande D. Henrique.

Para chegarmos ao ponto culminante desta commoção, é necessário o folhear das páginas luminosas da nossa história. Um eminente homem de letras disse algures « quanto mais intenso fôr o conhecimento histórico, tanto mais firme será a consciência da nacionalidade ».

Para mim é um prazer sem igual relembra-las. Vós, que tendes o coração a palpitar de orgulho da vossa origem, permitf — a viagem é linda e a paisagem des-

lumbrante — a recordação dessa época em que convergiam ao nosso país, os olhares de todos os outros povos.

Quando nas tardes serênas, o infante descia á praia, perscrutando o horizonte, o mar rendilhava na música das aguas, canções suaves e encantadoras.

Uma atração estranha, embriagadora como vinho mosto, enleava-o, chamando-o para êsse Oceano imenso que se apresentava a seus olhares como a linda desposada com quem se vem de casar.

A fusão dos dois elementos — a imensidade salina e a enormidade de projectos do Infante era inevitável e certa.

Bem dita união! Frutificou prodigiosamente. Aqui e ali, as caravelas surgiram como por encanto, levando corações impávidos confiantes na sabedoria de D. Henrique e na certeza de vencerem.

Passa o esplendoroso cortejo: 1418 surge Porto Santo; 1419 Madeira, 1422 dobram o cabo Não. Um dos terrores — quem passa o cabo Não ou tornará ou não — transforma-se em vibrante realidade. Ao Não disseram Sim numa afirmação de Querer é Poder. 1424 chegam ás Canárias, 1431 Açores, 1434 passam o cabo Bojador. 1446 Cabo Verde, 1462 Serra Leôa. Diogo Cão em 1484 ergue um padrão na foz do Zaire. Em 1486 dobram o cabo das Tormentas, 1498 encontram a rota maritima da India e 1500 aportam á formosa terra, que tão fidalgamente nos acolhe.

Cobriam-se de glória os Portugueses!

Erguia Lisbôa, soberana e altiva, o facho que ilu-

A
IDADE DO RIO
ALFAIATARIA

RECEBEMOS:
NOVO SORTIMENTO
DE CASEMIRAS INGLEZAS

PADRÕES:
DE NOSSA EXCLUSIVA
IMPORTAÇÃO

**VISTA-SE NA ALFAIATARIA
A CIDADE DO RIO
QUE NÃO ENCONTRA NINGUEM
COM UM PADRÃO DE ROUPA
IGUAL Á SUA.**

**Rua Quintino Bocaiuva. 30
S. PAULO**

minava o Atlantico. O homem que recebera o sêgrêdo do mar e deu ao mando o régio presente do nome lusitano morrera há 160 anos. A 13 de Novembro de 1460 desaparecia, deixando em derredor o clarão de seus feitos.

Se os veículos terrestre usam, na maioria, a medallha de S. Christovão, protector das viágens, preto de gratidão seria, usar bem juntinho ao leme, a imagem do Infante D. Henrique. Todos os navios chegariam a seus portos e todos os empreendimentos marítimos alcançariam seu objectivo.

Deus do mar e seu profundo auscultador, no mar deveria andar sempre.

* * *

Mas, onde um sol radioso, que não tenha a nuvem pronta a obscurecê-lo?

Onde a alegria sem a tristeza? O prazer sem a dôr? A esperança sem o desasocego? A glória da subida, sem o aniquilamento da Descida?

Após uma successão de factos inevitáveis, encadeados a leis imutáveis de tôdas as eras, de tôdas os tem-

pos, o facho, o faról do Ocidente crepitava em ais doloridos, estorcendo-se na dôr e na falta do elemento vital. Com intermitências mais ou menos demoradas de luz forte, há ainda dias felizes de pedras brancas, centelhas fulgurantes de génio. E um homem surge, que torna a pátria um escrínio e faz reverberar os diamantes das joias lindas e custosas que vinham sendo adquiridas com a intrepidez, a ousadia, a doação serêna e firme da propria vida. Oh genial cantor, que dêste á Pátria a maior riqueza e morreste, tu, Nababo da Idéa, da Perfeição, da Forma, morreste como folha lançada ao vento, no escárneo do Indiferentismo!

A' tua morte, o faról tremia numa luz tão pequenina e exangue, como se a terra se revoltasse e sentisse Mãe Amiga o dilacerar da fibra mais delicada de suas entranhas.

A luz diminui, então, assustadoramente absorvida por um vórtice potente e insuperável: O castelhanismo.

Que ironia na frase do Demonio do Meio-Dia, Del Rei Papelista, ao saber da projêta expedição de D. Sebastião: "Deixai-o ir. E' bom que vá. Se vencer, bom genro teremos, se por lá ficar, bom reino nos virá".

Dois pensamentos dominavam a figura que se chamou Filipe II: ampliar seus domínios realizando o projecto de seu Pai, e combater sem trêguas o Protestantismo.

Duma intolerancia absoluta em materia de religião, éra, na verdade, o campeão do catholicismo e o mais poderoso monarca nesta éra de 1555. Sua armada, seu exército dos mais poderosos. Senhor da Espanha, Sicilia, Sardenha, Nápoles, Milão, Flandres, Franco-Condado, Artois, Países Baixos, Norte da Africa e do Novo Mundo que Colombo dera a seus bisavós Fernando e Isabel. Dominando tudo com a pressão e observação constante de seu cérebro e vontade, necessariamente que feria crenças, ideais, ambições.

O rastilho da revolta acendeu-se nos Países Baixos onde de 1555 a 1559 assentára o govêrno, exercendo as maiores represálias, tirando ás cidades seus privilégios, obrigando o povo a aceitar a sua religião e introduzindo no país a Inquisição.

Dêsde cêdo, que esta província, a mais rica do grande poderio de Filipe, abraçara o protestantismo. O embate avizinha-se. Seguindo para Espanha, deixa, como Regente, Margarida de Parma, que governando com brandura, é

substituida pelo despótico general — Duque d'Alba. Encarregado de soffrear uma insurreição, acirra e acende os ódios, com as medidas disericionárias que toma. Os flamengos chefiados pelo taciturno Guilherme de Nassau, enfrentam-no dispostos a acabarem com a tirania de Castela.

Nomeando-se chefe do Estado, Nassau reúne as forças que haviam emigrado.

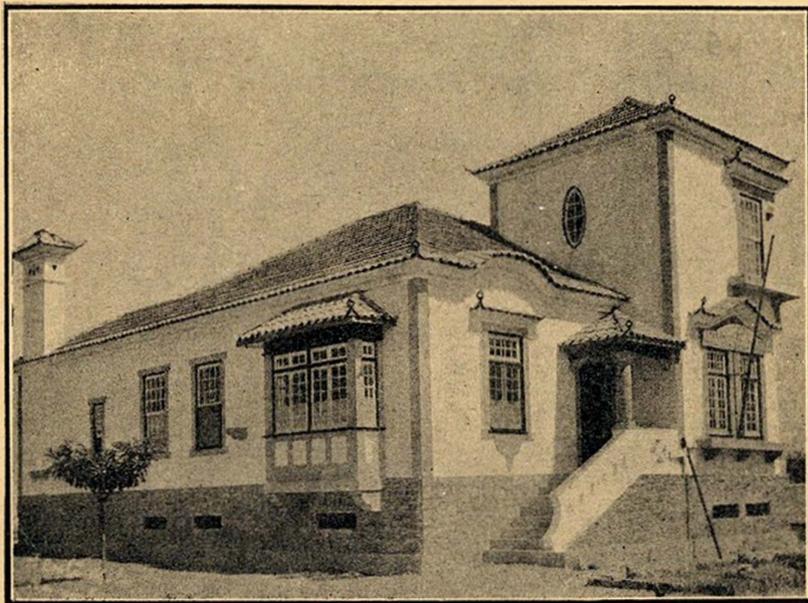
Prudente, sagaz, sabendo e conhecendo a natureza da região, levado pelo desejo de libertar o povo da opressão odiosa, defronta com vantagem as tropas espanholas. De vitória em vitória consegue em 1579, tornar independentes, sete provincias do Norte.

Voitam-se agora os olhares de Castela para Portugal. O sonho louco, a fatalidade, a ambição, o fanatismo de D. Sebastião, terminava a 4 de Agosto de 1578.

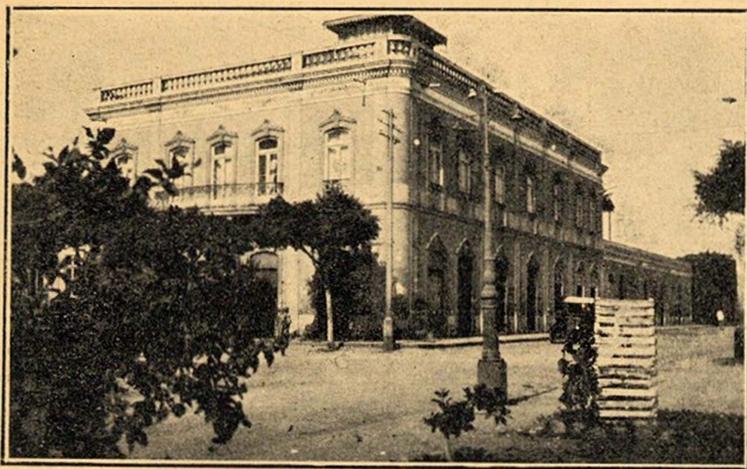
— Se por lá ficar, bom reino nos virá... disséra Filipe.

Cumpra-se a profecia.

Entra novamente em jogo o célebre Duque d'Alba. Na successão dinástica, após dois anos de reinado — lenta agonia do Cardial D. Henrique — Filipe III é o vencedor. Quem podia resistir a êste rei burocrata e poderoso?



ANGOLA — NOVA LISBOA: LABORATÓRIO CENTRAL DE PATOLOGIA VETERINÁRIA



MOSSAMEDES — ARMAZENS PRIMAVERA

Tentou-o o malogrado D. António, Prior do Crato, mas o Duque d'Alba derrota seu exercito a 25 de Agosto ás portas de Alcantara. A 16 de Março, do ano seguinte, Filipe é proclamado rei de Portugal!

Tristezas do destino!

Não resisto á tentação de contar com um pouco de feminil vaidade um episódio ocorrido com a cruel general. Governava ainda Carlos V. O exército imperial fôra sufocar uma revolta de protestantes na Alemanha.

As tropas, comandadas pelo Duque d'Alba atravessando a província de Saxe, passavam pelo condado de Schwartzburgo.

Governava-o uma Senhora, que punha de parte a delicadeza de seus sentimentos, para atender aos valiosos interesses dos seus camponeses.

Diplomata subtil — era mulher! — consegue do imperador a promessa de que, terras, vida e honra dos habitantes seriam respeitadas. Por sua vez abastecerá as tropas do necessário. Estas acantonariam á entrada da ponte sobre o Saale.

A distância ao Castelo era de uns metros.

Afim de evitar a aproximação, manda a illustre Senhora demolir a ponte e uma construção immediata léguas abaixo.

Grande número de camponeses levaram para o Castelo os haveres e alguns ali se refugiaram.

Ouviam-se ao longe os clarins!

Um emissário, enviado pelo Duque, pede permissão para este jantar no Castelo com mais três officiaes de elevada patente.

— Sim, mas Sua Ex.^a deve lembrar a promessa do Imperador. Não havendo o menor abuso, venham. Recebê-los-ei de boa mente.

Começava o jantar. Um camponês, açodado de terror e cansaço, participa á Condessa, em particular, que a aldeia estava a saque. Cheia de altiva corágem, afogueada de indignação, manda fechar os portões, chama seus homens, arma-os collocando-os atrás das portas do salão.

— A' primeira voz, entrai.

Afivelando a máscara da serenidade volta ao salão. De pé, majestosa, censura ásperamente o ignóbil procedimento e a quebra da promessa feita.

Riu o general com seus amigos.

— Senhora, é a guerra! Por onde passarmos, as minhas tropas efectuarão estes pequenos incidentes. E' de uso e como tal se cumprirá.

— Vamos ver. Ou fazeis imediata justiça ou juro por Deus, que o sangue dos chefes pagará o vèxame.

Abriam-se as portas e os homens armados apresentaram-se. Vendo a decisão inabalável daquela mulher, o Duque sorrindo forçado disse:

— Serenai Senhora. Sereis satisfeita num momento.

Porem a heroica Condessa só os deixou livres, quando viu suas ordens bem cumpridas.

O mais rigoroso, cruel e orgulhoso general curvára-se diante da energia de uma fraca mulher.

* * *

Entremos agora na epoca mais triste da nossa lhistória. Sem luz, sem ar, viviamos amarrados a uma corrente, que nos levava a seu belo prazer. Passarei rapidamente. O cativo é doloroso!

Devemos frisar, que éramos um batel partido e perdidô nas ondas furiosas da ambição castelhana.

As guerrilhas com a Holanda continuavam. Assassinado Guilherme de Nassau, toma o govêrno, seu filho Mauricio.

Auxiliado pela França e Inglaterra ganha as batalhas de Newport e Ostende.

Filipe concebe então o desmedido projecto da Armada Invencível. Vão nela os nossos marinheiros e saiem os navios do Tejo, de onde haviam saído em tempos felizes as caravelas com homens abrasados de fé e ardor. Agora eram máquinas movidas por aspirações insofridas e loucuras sem nome. A Invencível Armada cede suas náus á fúria do Oceano. O que ficou, o hábil almirante inglês Drake reduziu a zero.

De 1580 a 1640 o nosso povo sem defesa, viu-se atacado pelos holandeses em todas as colónias. Tendo Castela fechado o porto de Lisbôa, iam buscar especiarias e outros produtos directamente á origem, ao ultramar. A bandeira das quinas era substituida pelo estandarte flamengo. No Oriente fundam a Companhia de Comércio das Indias Orientais e lentamente coizquam os estabelecimentos portugueses. Criam depois a Companhia das Indias Ocidentais e tentam a conquista do Brasil.

Era de mais! Odiava-nos o estrangeiro, quando éramos meros instrumentos nas mãos traidoras dos representantes dos Filipes. Atacavam então o ponto fraco.

A dignidade, o amor pátrio, a noção da honra e do dever não tinham morrido. Sufocados, apanhados de surpresa, anestesiados os sentidos, sentiam pouco a pouco renascer a esperança e a reacção dava um ardor novo, força titânica, prontos a tudo, com tanto que as consequências dêssem liberdade ao país.

Sempre que os Portugueses puseram de lado ambições pessoais, desejos de honrarias e louvores, lutas fraticidas, intrigas desleais e vibraram unisonos num

estreitamento sólido de fé e de ideal patriótico, nada lhes resistiu.

O 1.º de Dezembro de 1640 mostrou que ainda valiam, e que a luz não se apagaria agora, porque alguém daria o sangue — combustível precioso, doação cara para que de novo se tornasse límpida e linda mostrando a Pátria livre e sã.

Portugal revivia !

A tranquilidade desceria aos corações e o respeito seria o *Entre*, resposta dada ao estrangeiro, quando batessem á porta.

Ao desânimo cruel da prisão, á apatia latente, sucede uma seiva nova, pujante, audaciosa e bela que marca na história de Portugal padrões de glorioso heroísmo.

Era mister recuperar o perdido, tentar a restituição do que tornaram quasi sem defesa.

Ainda no tempo dos Filipes o Brasil fóra invadido pelos holandeses. A 1.ª invasão de 1624 a 25 com a perda e restauração da cidade de S. Salvador. A 2.ª de 1630 a 35. Perda de Recife e Olinda. 1637 chega Maurício de Nassau como governador do Brasil holandês.

Não quero fazer a história dos invasões, pois não tenho a pretensão de dizer-vos cousas desconhecidas. Se me refiro a assuntos que a vossa intelligencia apreendeu há muito, e conhece bem, é pela necessidade de salientar a hostilidade holandesa e chegar enfim ao feito que nos reúne.

Como Portugal se via a braços com a guerra da Restauração, pareceu melhor a D. João IV contemporisar com a Holanda.

Não tendo conseguido satisfação cabal do pedido — entrega das possessões conquistadas, concordam em um armistício de dez anos.

Claro que os dois governos agiam com a diplomacia superficial, no intimo dispostos a alcançarem as vantagens oportunas.

Nassáu continua as conquistas até 1644.

Só em 61, reinando Afonso VI o Brasil, depois de brilhantes proezas e arrojados de denodado valor, celebra a paz.

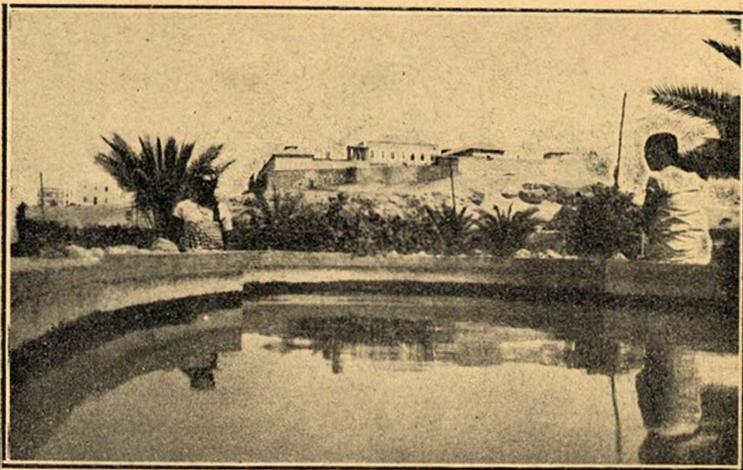
Fechemos esta primeira parte com lacre dourado. Em relêvo a Cruz de Cristo.

Com a facilidade que tem o pensamento de nos transportar, passemos agora ao maravilhoso continente africano.

O navio que nos leva — o coração. Timoneiro — a Glória. Tripulantes, homens ousados, que se ofereceram em holocausto para a elevação da Pátria.

Mirava-se feliz, nas quentes aguas do Zaire, uma graciosa princesa, oferecendo á corrente a elegância do seu corpo esbelto. Estendia os braços num gesto de carinho, labios pedindo beijos, alma suplicando amor.

Audaz cavaleiro imponente como o Marão, corajoso como um serrano, pronto sempre a cumprir a divisa do seu escudo, singrava em batel florido as águas do rio.



MOSSAMEDES — FORTALEZA

Sonhava com a Pátria distante, com o seu Trás-os-Montes tão longe e tão perto !

Nesse relembra de saudades, chega junto á princesa. Que deslumbramento ! O olhar dominador atraíu logo a ingénua e simples menina. Rendida, entrega-se ao braço vigoroso que a enlaça. Lá vão os dois celebrar as nupcias por entre a alegria de todos. Em regosijo levanta-se o Padrão de S. Jorge. A princezinha Angola fica sob o domínio querido do audaz cavaleiro Diogo Cão. Fiel súbdito do rei D. João II oferece-lha como dama de honra. E a linda princesa ficou preciosa pertença do reino português.

Anos depois, outro cavaleiro, homenageando seus encantos, com galhardia, dá-lhe como amiga afeiçoada, uma esbelta menina que em 1605 se transforma em Dona Luanda.

Uma mandando, outra obedecendo, viviam bem e felizes.

A cubiça tem garras aduncas, olhos de lince, astucia de raposa.

Um outro apeteceu a formosura da Princesa, e da amiga querida.

24 de Agosto de 1641.

Uma esquadra holandesa apodera-se de Luanda, meio mais fácil de apanhar Angola.

Tratando o gentio com um tacto especial e prometendo fementidas recompensas são auxiliados por aquele, pelo rei do Congo, D. Antonio I, pela rainha Matamba ou Ginga.

Antes, no desejo de possuírem o contrôlo do Atlantico, senhores de Pernambuco e Luanda, ambicionando como escravagistas homens para suas fazendas, haviam feito arremetidas sem resultado.

Conseguem a vitória em 1641.

Tragédia breve.

O governador da cidade, Pedro César de Menezes, não possuindo forças para a resistência, reúne os que preferem a morte á rendição. Expostas as condições com desespero, sem outro auxilio senão o ardor patriótico, lutando contra todas as adversidades, refugiam-se em Massangano, nas márgens do Cuanza. Daquele Portugal pequeno lutam contra o gentio, vendo morrer seus homens privados do menor recurso. Pedro César, vítima



MOSSAMEDES—ESTAÇÃO DO CAMINHO DE FERRO

de sua boa fé e dignidade de caracter é atacado á traição, quando se julgava em paz, e encarcerado em Luanda.

Sem chefe não desanimam. Elégem António Miranda seu guia, e éste hábilmente liberta Pedro César a quem dá, de novo, o mando. Exausto aproveita César a chegada de uns barcos, idos do Brasil e regressa doente. Gaspar Madureira combate a princesa Ginga. A propósito desta beleza negra, que tanto deu que fazer aos portugueses, direi algumas das lendas, que envolvem sua personalidade.

Vindo negociar a paz em nome do rei seu irmão, ao entrar na audiência não encontrou cadeira.

Sorrindo altiva chamou um escravo, mandou-o ajoelhar e sentou-se com tanto apuro, como se o melhor estofado lhe servisse de assento. Ao retirar-se, deixou o escravo na mesma postura. Notificada, respondeu, orgulhosa e feroz — Não costumo levar as cadeiras onde me sento. Af vos fica essa, utilizai-a.

Querida o govêrno obrigá-la a um tributo anual. Reflectiu um momento e retorquiu — “Venho propôr a paz não venho rogar submissão”.

Regressa com um ramo de oliveira e um frasquinho de veneno.

A oliveira simbolizava a paz, o veneno, a chave do reino. Realmente pouco depois o irmão morria (!) e ela tomava o trono.

Sete anos de lutas, de incertezas passam os portugueses aniquilados, perdida a esperança de salvamento.

Chegamos ao ano de 1648, era de Cristo. A viagem foi talvez demorada. Culpa minha que me prendi demais á narrativa de nossos feitos, culpa vossa que me tendes prestado a delicada atenção que imensamente me comove.

Não sinto no entanto lisongeada a minha vaidade de mulher, porque neste momento, em minha alma só cabe o orgulho de ser da minha Raça!

Majestosa, imponente vai erguer-se a figura de Salvador Corrêa de Sá e Benevides. Natural desta encantadora cidade do Rio de Janeiro, notabilizou-se desde cedo pela presteza com que oferecia seu peito e seu braço ao serviço da Pátria, a causa de Portugal, que elle amava como verdadeiro filho.

Homem de um tino administrativo admirável, distingue-se desde o começo de sua carreira. Combate os índios; auxilia a tomada da Baía: termina com êxito a guerra de Tucuman, na revolta dos Calequins, ganhando a vitória de Pelingarta. Intervem diplomáticamente na discordia suscitada entre paulistas e jesuítas. Parte para Santos e com tanta habilidade procede, que pouco depois chegam a um acordo. É nomeado primeiro alcaide-mór, em 1634 almirante do mar do Sul. De 1637 a 43 décimo quarto governador da Capitania do Rio de Janeiro.

Recebendo a nova da Restauração, apesar de ser tratado com honras pelos Filipenses, procura cautelosamente a verdade, para logo se dar á louca alegria da Pátria libertada.

Em 1644 é o comandante da frota, que tinha o perigosíssimo encargo de escoltar os navios até Lisboa, livrando-os dos dois inimigos — hespanhóis e holandeses.

De 16 de Janeiro a 12 de Maio de 1648 é pela segunda vez nomeado governador da Capitania. Deixa éste honroso cargo por outro, que ia de encontro ao seu espirito de marinheiro audaz, e á áncia de doar á Pátria o que ela perdera.

Era urgente restaurar Angola, auxiliando os que há longos sete anos viviam em encarniçadas lutas no pequeno fortim de Massangano.

Recebendo ordem de El-Rei, vem Salvador Corrêa ao Rio de Janeiro com sete navios, recebendo mais cinco da armada da Baía.

Aqui ajudado por bons patriotas, entre eles Crisóstovão Vaz, que lhe deu toda a sua fortuna, consegue armar e equipar mais quatro.

Alvorecera cheio de sol o dia 12 de Maio. Sai a esquadra desta formosa baía composta de 15 navios com 1.200 homens, mais ou menos.

O fim da expedição: construir um forte em Quicombo para facilitar as ligações com os portugueses refugiados nas márgens do Cuanza. Claro, éste era o fim artificial — digámos assim — porque o pretexto para a luta, breve surgiria. Fim real — restaurar Angola.

Em principio de Agosto, perto de Quicombo é a esquadra investida por um forte e indomável inimigo — a Natureza. Horível tempestade envolve a armada, sendo tragada na luta feroz a náu capitanea e seu almirante Baltazar Abreu com uns trezentos homens.

Avante. Não desanimam. O intento de Salvador Corrêa era o desembarque em Quicombo e seguir por terra até Massangano. A maioria dos seus officiaes achava mais viável ir direito ao fim, isto é, tomarem a capital. A 12 de Agosto a armada surge no porto. Imediatamente dois emissários se dirigem a Luanda exigindo explicações: Porque motivo, estando em paz, continuavam as perseguições contra os portugueses de Massangano?

Não satisfazendo a resposta — sabemos que nenhuma agradaria — declararam os emissários que iniciariam a ofensiva.

Pedem os holandeses oito dias para discussão mais acertada. Concedem apenas dois.

Terminadas as quarenta e oito horas, sabedores de que os holandeses também queriam a luta, desembarcam 650 soldados e 250 marinheiros. A bordo ficaram poucos.

Colocaram figuras simulando grandes forças.

Apesar da desigualdade de homens, Salvador Corrêa de Sá nada receia. Homens de sua têmpera executam logo o que pretendem. Dado o ataque, concentram-se os holandeses no morro de S. Miguel, no forte de Nossa Senhora da Guia.

Em arremetidas de leão chegam os portugueses ao forte de S. Ant nio já abandonado com algumas peças. Aproveita-as Corrêa de S  formando uma bateria com quatro meios canhões e d  inicio ao bombardeio da cidadela de S. Paulo ou forte de Amsterdam. Louca temeridade. Só um milagroso acaso poderia dar a vitória.

De um lado tantos homens, auxiliados pelo gentio, do outro s mente a fogueira do patriotismo incentivando e animando.

Repelidos pela artilharia do forte, com grandes baixas e feridos, prejudicados pela escuridão da noite, não desfalecem. Salvador Corrêa de S  era o exemplo e isso dava força  s tropas, impelidas pela voz forte do nobre comandante.

Disposto a tudo iam tentar uma segunda escalada num arrojo divino.

Mas, eis que ao longe trem la a bandeira branca. Seria verdade? Acredit riam os olhares portugueses? Sim. Era um facto. Um parlamentar o vem, entrega a cidade e pede   nobreza de S  Benevides uma airosa retirada.

Pelas filas de umas centenas de homens, passam os holandeses em considerável número, sem ninguem os molestar, com tôdas as honras, todos os favores.

Motivara a imediata rendi o a anarquia que lavrava entre os soldados, de nacionalidades diferentes, o assalto aguerrido e inesperado, a falta da n u capit nea, que supunham a distância com reforços.

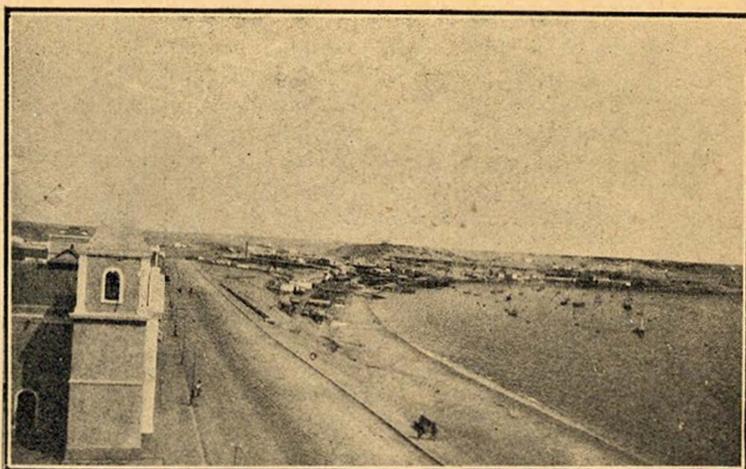
Tomada a cidade a 15 de Agosto de 1648 a bandeira portuguesa ondula ao vento e os sinos das igrejas repicam festivos rendendo hossanas ao Criador.

Passados cinco dias descem do interior alguns holandeses com dois mil pretos subditos da célebre rainha Ginga, cujo ódio extremado aos portugueses a levava a auxiliar o inimigo. Capitulam em breve os holandeses. Fogem os negros, mas sobre eles corre Bartolomeu de Vasconcelos. Rendida enfim a indomável rainha   em 1657 convertida ao cristianismo com o nome de Ana de Sousa. Morreu velhinha em 1680, quando em toda a província se ouvia apenas um nome — Portugal.

Há nos rochedos de Pungo Andongo — Pedras Negras um p  de oliveira atribuido   rainha negra.

Dois mêses depois tudo era de novo português. Benguela rendeu-se sem um tiro,   vista de dois navios que ali enviou Corrêa de S .

Do esforço hercúleo de um punhado de homens, dirigidos h bilmente pelo pulso de ferro do ilustre ami-



MOSSAMEDES — BAIRRO DA TORRE DO TOMBO

rante, voltava a linda princesa do Zaire a sorrir alegre e feliz   gente bem amada e querida.

Desenvolvendo Luanda, provendo a tudo eficientemente, fica Salvador Corrêa até 1651.

De 1659 a 60   pela terceira vez nomeado vigessimo quarto governador da Capitania do Rio de Janeiro. Ainda de 61 a 62 ocupa o cargo, pela quarta vez.

Volta a Lisboa, onde o desditoso Afonso VI se via envolvido nas intrigas palacianas e desdourado nos seus brios de homem.

Interrogado por el-rei aconselha medidas enérgicas, rebatendo a id a de abdica o.

Fervilha a intriga. Era um valido do rei que o considerava como o valente e valoroso restaurador de Angola. Os homens porem, quando a venda da ambi o lhes tapa os olhos, não querem tirá-la, surdos a todos os rogos, até mesmo  s censuras intimas da consciência.

E no herói que havia sacrificado tudo, expondo a vida, dando o sangue, viram apenas o palaciano pronto a ferir e a deitar abaixo a máscara da hipocrisia afivelada ao rosto dos cortesãos.

Oh c mulo do sarcasmo, da indignidade dos homens, movidos pelo desejo de mandar! Salvador Corrêa de S  Benevides   preso e condenado a dez anos de degredo na cidade, onde seu nome andava de boca em boca, de cora o em cora o, como  dolo real, verdadeiro, digno de adora o.

Vencendo dificuldades sem fim, consegue comuta o da pena — do crime de ser digno e de mostrar a Verdade — e recolhe-se a um convento.

Alguns anos depois vem para Santos. D. Pedro II, já rei, d -lhe a liberdade restituindo-o ao conselho ultramarino.

Mesquinha recompensa, quando seu corpo se inclinava para o túmulo e sua alma sangrava com a ingrati o dos homens.

Há 284 anos que se realizou o heróico feito! Esqueceu-te a posteridade? Não.

Na terra de onde partiste triunfante e aonde voltaste humilhado, glorificam-te hoje, tantos anos passados. Quasi três séculos, não te esquecem aqueles que olhando a direito, sabem prestigiar e cultivar nesta época de utili-

tarismo, a memória do homem a quem nos prende uma grande dívida de gratidão.

A SOCIEDADE LUSO-AFRICANA está pagando honrosamente essa dívida. Pena que voz mais autorizada não se erguesse para esclarecer a lembrança e o feito do varão que simboliza uma grande fase da nossa história, escrita nos areais da enorme província de Angola.

Alguem disse um dia: "Todos os portugueses devem ir a Angola. Ali aprende-se a amar melhor a nossa terra. Tôda ela é uma recordação de Portugal. Não é mais uma região inóspita. Não. E' tão própria para a vida, como qualquer outro lugar. Percorrendo-a de Norte a Sul em tôda a parte há possibilidades de estabilização. E' certo que a ocupação de Angola custou milhares de vidas, expedições muitas vezes feitas por um só português, que durante mêses e anos se embrenhava por regiões completamente desconhecidas, sujeito a tôdas as ciladas do gentio e dos animais.

Difícil pisarmos qualquer território do globo, onde não se encontrem ossadas de portugueses, ou vestígios de sua passagem.

E por tôda a parte tratam com o mesmo carinhoso affecto, ensinando a amar e a rezar na majestade da nossa lingua.

Para terminar, receio abusar da ilustre assistência, uma pequenina digressão por essa Angola de luxuriante vegetação, de riquezas sem par, onde passei dias felizes. Não

me compete, não cabe aos poucos recursos de minha intelligencia tratá-la no campo comercial, económico ou político.

Quando em 1925 cheguei a Angola, sabia, de antemão, que encontraria um bom clima, conforto e sociedade como na metrópole. Confesso porem, que longe estava de imaginar, que as condições de vida, e as facilidades eram realmente tão boas.

Nas três cidades onde permaneci mais tempo, Luanda, Benguela e Lobito encontrei lindas e confortáveis vivendas, artisticos jardins, luxuosas confeitarias, bons cinemas e um convívio social de mais elegante e elevada elite. Nada faltava. A Natureza então é duma prodigalidade fantástica. Há árvores de climas temperados que ali dão frutos duas vezes no ano. Em Caconda, povoação do interior foi-me oferecido um dia um ramo com meia duzia de maçãs maduras, dum vermelho intenso e carregadinho de mimosas flores.

A estação do cacimbo, de 15 de Maio a 15 de Outubro é agradabilíssima e de esplendida temperatura. Não cai uma gota de água. Não há, portanto, a preocupação da chuva ser "desmancha prazeres". Em compensação na época do calor, de Outubro a Maio, as chuvas e trovoadas são quasi diárias. As trovoadas de Africa são qualquer cousa de maravilhoso e terrível! Poentes e noites de luar, não vi ainda iguais.

O homem sente-se pequeno diante desses quadros, que o Criador oferece.

E' um prazer deslizar por aquelas estradas, onde as rétas têm quilómetros e quilómetros. Os aficionados



CARTONAGENS FINAS

PARA

QUALQUER INDÚSTRIA

ALVES FREIXO & C.^A

RUA DO LAVRADIO, 101

TELEFONE: 2-0893

RIO DE JANEIRO



BENGUELA—CAMARA MUNICIPAL

do volante podem satisfazer á vontade seu desejo de correr.

Tôda a provincia é cortada por extensa rêde de estradas. E essa obra é devida, em grande parte, a uma nobre figura colonial — Nórton de Matos. Em todos os lugares ouvi as referências mais elogiosas e pude constatar que correspondiam á verdade.

O planalto de Benguela tem um clima por excelência. A subida do caminho de ferro com a sua cremalheira lembra a subida a Petrópolis.

Em tôdas as povoações há muitas senhoras, crianças rosadas e sádias, escolas, igrejas.

A vida segue normalmente o desenvolvimento físico e intelectual como em Portugal.

Um dos maiores e mais interessantes divertimentos são as caçadas. Tardinha.

Um automovel, boa espingarda, provisão de cartuchos. As lebres são tão facéis de apanhar que se desprezam. Encandeadas pelos faróes do carro, quasi se deixam apanhar á mão. Grandes anharas a perder de vista. Deve haver caça grossa: cabras, ungires, palancas, nuces etc. Lança-se a luz forte do farolim sobre a anhara e a

caça atraída e presa á luz vem até ao alcance da espingarda.

Os indígenas, pelo menos nas regiões que percorri, são dóceis e serviçais, sempre prontos a auxiliar o Branco.

Branco é só o português, a qualquer outro estrangeiro chamam invariavelmente xingrês.

Expressam-se na nossa lingua. Nunca tive necessidade de me servir do ambundo para me fazer compreender.

Nas cidades, as mulheres geralmente vestem á européa. No interior a indumentária é mais reduzida. Em algumas povoações notei com particular interesse e curiosidade a arte do penteado. Umas, enchem a cabeça de tranças enfeitando-as com tachas amarelas, dum efeito cómico. Outras colocam medalhas ao acaso, dando a

impressão duma cabeleira prateada. A primeira vez que vi tal emprego de efígies de santos, fiquei escandalizada. Outras penteiam os cabelos para cima formando um tope de respeitavel altura. Contas e missangas têm um gasto considerável.

Não acabaria mais se vos descrevesse tudo que atraiu minha atenção e minha memória guardou.

Quero salientar, para que se propague, que Angola oferece a par de todos os recursos, uma vida agradável com o esplendor de ser uma continuação de Portugal.

Bemdito o Homem que inspirado no mais perfeito e elevado altruísmo no-la restituiu.

Pensem no incomparável exemplo que nos deu e de mãos dadas, sem paixões, ódios, ambições e malquerenças, saibamos merecer a glória de possuirmos tão nobres antepassados.

Em 15 de Setembro de 1932.

Fernanda de Bastos Casimiro

ROUPAS "RENNER" (Trajes e ternos de lã)

Couros, Artigos de viagem, SPORT, Montaria e Praia

Fabricação de malas de libra SILVIUS

Exclusivo dos brins KAKI, BRANCO e VERDE-OLIVA "FLORIANO" e "TRIUNFADOR"

JOSÉ SILVA & CIA. LTDA.

IMPORTADORES

Caixa Postal 445

58 — Rua de S. Pedro — 60

End. Teleg. "SILVIUS"

Telefones: Armazem 4-0671 Escritório 4-5333

RIO DE JANEIRO

O Teatro como expressão vivíssima de lusitanidade

POR ANTÓNIO AMORIM

SECRETARIO DA "SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO"

Ou porque não pudéram, em consequência de causas de todo alheias aos seus desejos, ou porque não quiséram, a verdade — triste verdade que não comporta malabarismos de argumentação — é que a maioria dos nossos governos, parlamentares e ditatoriais, não têm prestado ás Letras e ás Artes, aquele carinho animador e aquele amparo incondicionalmente amigo, tão necessários como imprescindíveis ao feliz e natural desenvolvimento de todos os seres míticos e delicados — e nada, inésmo nada mais sensível e graciosamente belo do que as Artes, — flores de altura e de magia da Beleza, sublimações deslumbrantes e caprichosas do Espírito, peregrinas e subltis cristalizações da Inteligência e da Sensibilidade...

Dir-se-á — não seremos nós quem tal contéste! — que os nossos homens públicos, muitos deles, senão em esmagadora maioria, recrutados nas circunscrições da intellectualidade lusa — professores universitários e liceais, médicos, magistrados, causídicos, jornalistas, escriptores, etc. — constantemente inquietados por assuntos absorventes de ordem objectiva, não pudéram dedicar-se, como se fazia mister e era de inteira justiça, à solução de problémas meramente subjectivos, mas, nem porisso, menos fundamentais para o prestígio da Grei e justo renome da cultura portuguesa, da qual os intellectuais têm que ser os arautos suprêmos e deslumbrantes.

Há, realmente, que tomar em consideração o facto apontado, qual seja o de terem vivido quási todos os conjuntos ministeriais na presença de dois abismos, correndo exaustivamente de um para o outro: as moções de desconfiança em S. Bento e as demonstrações hélicas na Rotunda...

Isto, porém, não os absolve da prodigalidade com que distribuíram insignias das Ordens de Cristo e de S. Tiago...

Num país como é o nosso, onde são raríssimos os Mecênas e onde poucos são os homens de dinheiro dignos de figurarem na galeria dos protectores das Artes e das Letras — tão poucos que o legado de Ricardo Malheiros, benemérito portuense recentemente falecido, constituiu um caso singular — compete aos governos, dando assim um alto e consolador exemplo, proteger os intellectuais e os artistas, sempre que de protecção éles careçam, não fazendo, com isto, mais do que dar maior elasticidade às leis sociais, garantidoras dos direitos e regalias das classes proletárias.

Cumpra ao govérno, portanto, facilitar tôdas as tentativas honestas de ordem intellectual, porque, como diria o inefável Sr. De La Palisse, se chamado fôsse a dar opinião sobre o caso, nem só de estatísticas, de gráficos, de déficits e superavits, de saldos positivos ou negativos da balança comercial e de pagamentos vive uma nação...

Ora entre as tentativas de carácter intellectual e artístico que merecem decidido apoio, dêse que se revistam das necessárias formalidades legais e disponham de requisitos que abonem a sua idoneidade, estão, sem dúvida, formando no primeiro plano, as excursões teatrais às nossas províncias ultramarinas, tão certo é levarem até essas terras abrasadas e distantes a riqueza e o fulgor verbais do nosso idioma, o fruto da imaginação e do talento dos nossos comediographos e dramaturgos — todo o panorâma da nossa vida, das novas correntes artísticas e socais...

É claro que só consideramos como dignas de carinho as companhias teatraes compostas de elementos de incontestável relêvo artístico, e não certos grupelhos encabeçados por duas ou três nulidades, enjos méritos estão na razão inversa do réclamo que de si mesmos fazem e trombeteiam... porque só aquelas, afiançadas pelos valores individuais que as integram, completam e lhes dão homogeneidade, podem ser legitimamente investidas nas funções de embaixatrizes da arte cénica; e todos nós, patriótas sinceros e convictos, mas sem caratatas nos olhos nem teias de aranha nacionalistas no entendimento, que sonhamos um Portugal á altura da sua missão, forte pelo saber dos seus filhos e pelo conjunto de suas leis, de irradiante influência democrática, só temos que nos hisonjear pelo acontecimento não só digno de aplauso e simpatia como de estímulo e registo, dos melhores núcleos cénicos da nossa Terra terem voltado as suas vistas para Angola e Moçambique, incluindo destarte, de futuro, no roteiro das suas longas digressões, essas nossas duas grandes províncias ultramarinas, onde irão levar, patrioticamente, a todos os nossos caros irmãos que por lá de modo honrado e valente trabalham, as saudações amigas e carinhosas da Mãe-Pátria — mensagens de meiga ternura e férvido affecto, que atenuam, nuns, o intraduzível sofrimento causado por êsse sentimento intimamente português, a saudade, *gosto amargo de infelizes, doce pungir de acerbo espinho*, e noutros acórdam o desejo veemente de conhecerem a terra risonha e linda, vergel florido e enluarado, pátria deslumbrante e sonhadora...

*... a mais formosa e linda
que ondas do mar, luz do luar, viram ainda...*

Inutil seria insistirmos em afirmar que só consideramos como Teatro — expressão de Arte com finalidades culturais definidas, por conseguinte agente activo e poderoso do pan-lusitanismo — as companhias de reconhecidos méritos artísticos, com uma série de criações a afiançar-lhes o futuro.

Que não estamos em êrro ao proclamar que as nossas províncias ultramarinas, notadamente Angola e Moçambique, serão, em futuro não remoto, excelentes cam-

pos de acção para os nossos conjuntos cénicos, desde que se proponham levar até lá, e a crise em que se debatem terá o mérito de os forçar a essas *tournees* que nada mais têm de extraordinário, prova-o este facto, devéras sintomático, que jubilosamente aqui deixamos consignado.

E' êle o caso de que ainda não regressou a Lisboa a Companhia Alves da Cunha, cuja maneira de representar — conflitos violentos de almas, batalhas de preconceitos, carvões trágicos, rescaldos de rebeldias e paixões em fúria —, a mantem por lá com retumbante êxito artistico, sem apoios financeiros de nenhuma espécie, e já outra companhia se prepara com afan para visitar Angola e Moçambique, um dos mais completos conjuntos contemporâncos da cêna portuguesa, o notável elenco artistico que tem como fanal feminino, D. Amélia Rey Colaço, essa actriz de raça, cujo talento poliédrico, impressionantemente maleável, tão fidalgamente honra a sua grande e famosa estirpe.

Quem se não recorda com viva emoção das suas criações estupendas, cada qual mais deslumbrante e arrebatadora, a ponto de formarem uma constelação fascinante, dia a dia acrescida de novos fulgores? Quem se não lembra da *Ribeirinha*, de *Entre Giestas*, do *Caso do Dia*, da *Zilda*, de *Jerusalém*, dessa feia-linda *Marianela*?

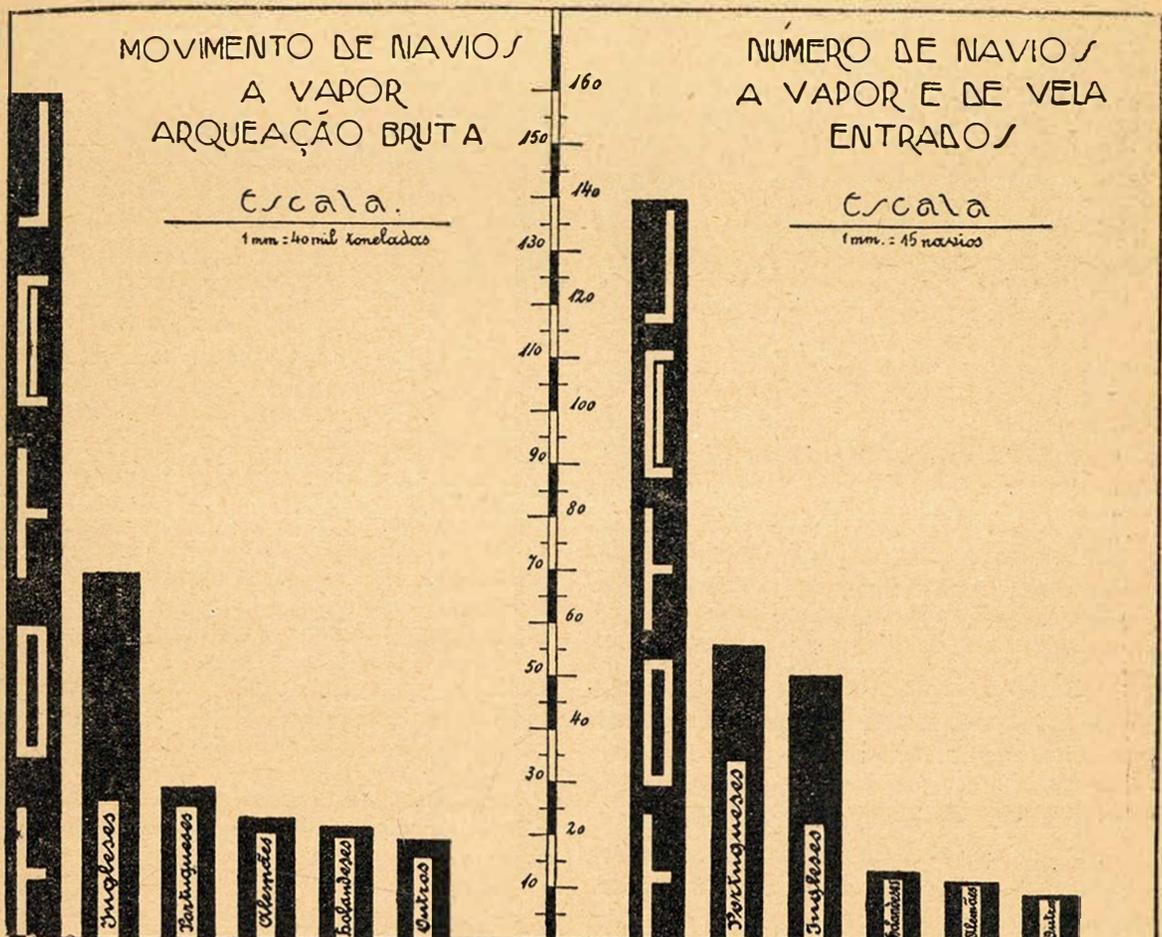
● que importa, sobretudo, assinalar é a significação que o facto em si encerra, e que é de molde a envaidecer-nos e a corroborar connosco de que tanto Angola como Moçambique caminham a passos agigantados pela estrada do progresso e que não são mais aquelas terras bravas e incultas de há 20 anos, onde só era possível medir o poder das armas.

Realiza-se o ciclo civilizador com exactidão mathematica absoluta: primeiro, em tempos remotos, o descobrimento do litoral, mais tarde, muito mais tarde mesmo, a conquista efectiva do *hinterland* a poder das armas, depois a occupação económica e como resultante desta occupação e sua natural evolução, a invasão de outras actividades — dessas actividades que representam na vida dos povos o que as flores representam no mundo vegetal.

Saudemos, pois, a nova era, cujo róseo dealbar se vislumbra num futuro próximo, e louvemos, e aplaudâmos com entusiasmo patriótico os mensageiros do teatro português, da nossa língua, dos nossos costumes, das nossas tradições — de oito séculos de luta incessante e abnegada em prol da civilização e da Humanidade.

Rio 1932.

Estatística do movimento, em 1931, dos portos da Província de Moçambique, administrados pelo Estado



FEIRA DE AMOSTRAS EM LUANDA

Administração Pública — Conferência Comercial
Divisão Administrativa

POR VIRGILIO SARAIVA

ESPECIAL PARA ESTE BOLETIM

SÓCIO CORRESPONDENTE DA SOCIEDADE LUSO-AFRICANA

CONSTITUIU o maior acontecimento da última década, a patriótica iniciativa realizadora da *Feira de Amostras*. Assim o reconheceu toda a imprensa portuguesa e o sentiu o espírito nacional.

O pavilhão de Angola revelou-se à maior altura do seu papel neste certame genuinamente português, documentando a sua vitalidade e

que tanto tem derrancado o melhor das energias morais postas ao serviço da grande causa agrícola-industrial sobre que assenta o progresso e onde se encontra o equilíbrio orçamental, aquêl equilíbrio natural sem torturas, artefactos ou desumanidades.

A indústria metropolitana, exigüamente representada, nem por isso deixou de confirmar as excelentes qualidades da Raça, antes venceu com maravilhosa nitidez o critério de que as colónias e a metrópole tem que fundir a sua vitalidade para o almejado triunfo do Império Português.

A Feira de Amostras, propriamente dita, foi um acontecimento a todos os títulos notável.

O seu ilustre director sr. tenente Henrique Galvão, espírito realizador e colonial muito de apreciar, manteve intactos, os seus antigos créditos. E' de louvar o seu porfiado esforço e grande soma de dedicação dispensados a esta afirmação da

nossa capacidade produtora. A êle se deve o bom êxito da patriótica iniciativa em que a metrópole colaborou e a colónia obteve um lugar à parte.

O pavilhão de Angola, *genuinamente português*, mostrou as imensas possibilidades que a província detem e que poderiam ser aumentadas e desenvolvidas na presença de um crédito que lhe falta e por que ela não cessa de clamar em nome das suas necessidades e do progresso do Império.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Muito embora se afaste da verdadeira índole deste desprezioso escrito, a interrogação martéla-nos o cérebro: ¿ Mas como poderemos nós



LUANDA — EDIFÍCIO ONDE SE REALIZOU A FEIRA DE AMOSTRAS DE PRODUTOS ANGOLANOS

mostrando duma maneira concreta o expoente da sua capacidade nos diversos ramos da actividade humana.

No campo industrial mostrou Angola estar ao seu alcance o liame que pode e deve ligar uma efectiva unidade entre a metrópole e a mais portuguesa das províncias ultramarinas. Mas convem não obliterar que tudo depende de um esforço colectivo e de uma unificação de interesses legítimos. Nem a metrópole tem o direito de explorar a colónia a titulo de protecções que afectem as indústrias angolanas, nem estas devem eximir-se ao justo tributo que devem à economia nacional. E esta não deve ser tão sordida que atrofie o gérme fecundador da iniciativa particular e impeça o acto sublime das sublimes realizações, — facto infelizmente confirmado e

comprar produtos à metrópole, se a potencialidade da exportação do "ouro" é quasi nula?

O desequilíbrio é evidente. A base da nossa ruína está dependente da Administração Pública. Até hoje, e apenas se poderá salvar uma excepção, os orçamentos ou são pura "blague" ou dourada mentira. Daí o estado caótico da posição económico-financeira de Angola.

A Administração Pública é o fulcro de toda a vida progressiva e moral dos povos. Se a quisermos aperfeiçoar, tornando-a capaz e proba, aproximar-nos-hemos das realizações económicas. Descurando-a, iremos direito á "liquidação", perdendo-se então todo o esforço dos colonos que nesta província trabalham há dezenas de anos, sempre animados daquella persistência e fé caracteristicamente lusitanas.

Façamos agora uma pequena pausa neste melindroso capítulo, não vão os maldizentes acoimar-nos de defectistas — velho uso em casos símiles, sobretudo quando as verdades são flagrantes e os argumentos irrespondíveis.

CONFERÊNCIA COMERCIAL

Os delegados que de toda a vasta Colónia acorreram a Luanda para colaborarem nos trabalhos da Conferência Commercial, ao chegarem a esta capital encontraram-se "como o espargo no monte" — feliz expressão do meu estimado amigo e talentoso jornalista Sérgio Príncipe, com quem troquei várias impressões reflectidas neste artigo.

— Não houve, positivamente, um cérebro forte a orientar a Conferência Commercial, do que resultou a desairoza revelação de pensamentos atrabiliários. O pouco êxito da Conferência seria ainda menor se os delegados tivessem efectuado a expontânea resolução, *que a todos expontaneamente se revelou*: abandono immediato dos trabalhos da Conferência.

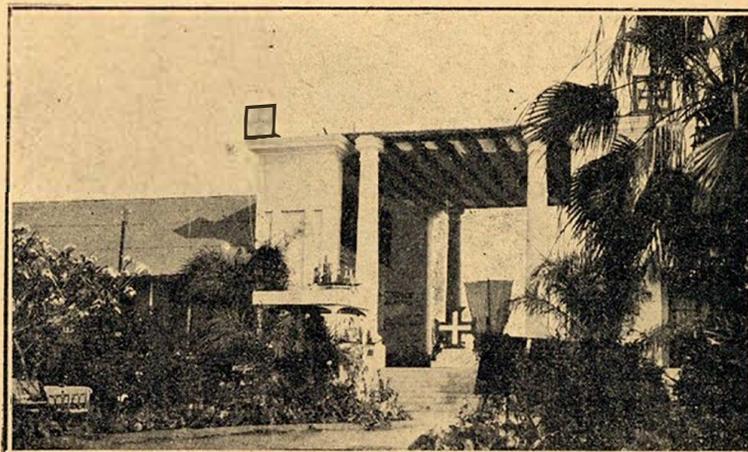
Conforme foi revelado pelos factos, a louvável iniciativa pecou por nela pretenderem *brilhar* pessoas seguras de um *brilho* que, a pesar de todos os esforços, não atingiu os seus maiores objectivos.

Os trabalhos presentes á Conferência foram de tal forma baralhados, que de semelhante

sistêma nos ficou a desagradável impressão de que propositadamente se fugiu a uma discussão valorizadora dos mesmos trabalhos, e se negou a cada autor o irrecusável direito que lhe assistia de defender o seu critério e de desfazer falsas interpretações postas ao serviço de mentalidades amorfas.

Já assim não aconteceria se a organização da Conferência fôsse confiada, como era lógico, ao Comércio, por sêr êle o único que devemos considerar competente para orientar os seus congressos e tudo mais que lhe respeita.

Mais uma vez foi acentuado o pleno convencimento das Associações do Sul da Colónia cooperarem com as do Norte, visto a maioria dos



LUANDA — TRECHO DO JARDIM DO PALÁCIO DOS SERVIÇOS AGRICOLAS, ONDE SE REALIZOU A FEIRA DE AMOSTRAS DOS PRODUTOS METROPOLITANOS

problêmas económicos, no seu aspecto local e de região serem, sem paradoxo, antagónicos. É esta, aliás, a autorizada opinião do meu intelligente amigo Príncipe.

Pelo que observei, sou levado a concluir que muito difficilmente as Associações do Sul voltarão a Luanda para cooperarem em trabalhos colectivos e nisso teve poderosa influencia a desatenção agora havida e até certas agressões impoliticamente postas em execução.

Convém trazer para aqui a opinião de um delegado do Sul: — ... "A deslealdade mais uma vez revelada, deu-nos a todos os do Sul, a indicação de que devemos constituir a federação das Associações do Sul, para a qual desde já vamos afoita e decididamente trabalhar, porque as desilusões cada vez são mais tremendas".

Se não é rigorosamente assim, — porque discordo em parte da falta duma simultânea cooperação em matéria de interesses provinciais, — foi com estas palavras, mais de desabafo que de acinte, que se expressou o delegado à Conferência Comercial.

Fiz pausa na Administração Pública para dar uma saltada à Conferência Comercial. O assunto, de-véras melindroso, requiere um tratamento especial. Mais de espaço o encararei. Agora, para fecho destas linhas “currente calamo”, determinadas pela Feira de Amostras, aí vão mais dois curtos parágrafos sobre

DIVISÃO ADMINISTRATIVA

A divisão administrativa, baseada em três grandes regiões, oferece-nos, de momento — segundo o parecer das competências que temos ouvido — as garantias do equilíbrio orçamental. Preconiza-se esta medida por ela revestir um grande aspecto económico de milhares de contos com que poderíamos iniciar obras de fomento e atalhar a crise que tudo subverte.

Num suprêmo esforço, abatidas as bandeiras fraccionadoras da família portuguesa, pensamento fixo no altar da pátria, poderemos ainda fazer de Angola a província mais próspera e mais vitalizadora de uma metrópole que visiona um Portugal-maior.

O regime administrativo, bom e eficiente, implica necessariamente uma obra comum, porque do conjunto de todas as energias angolanas é que há-de sair o triunfo da ideia do Império.

A divisão administrativa sujeita ao critério das três regiões oferece à economia provincial a garantia duma progressividade saliente. Cada região deve bastar-se sob o aspecto financeiro, e no da produção deve considerar-se a auto-suficiência nos artigos de consumo na Colónia.

O funcionário, generosamente pago, tem que ingressar nos factores de produção pelo desaparecimento dum sistema burocrático que a si próprio se condena. Está cívico de erros que estorvam as actividades e nutre-se dum critério estreito e particularista, impróprio da época e dos homens que accionam muito por analisarem pouco.

H. Pereira

CALÇADO

FOX

O melhor do mundo

Para sua garantia

exija na sola

estampado a fogo

este carimbo



COMUNICAÇÕES

Moçambique, incontestavelmente, pelo seu progresso surpreendente e pela sua confiança num grande porvir, a província *leader* do nosso Ultramar, possui, á semelhança de Angola e da Guiné, uma rede de estradas de rodagem, que vale tanto pela extensão como pelo seu estado e construção. Graças a esse melhoramento inestimável, de capital preponderância para o crescente desenvolvimento económico da província e conseqüente valorização dos seus territórios mercê do qual não há distancias ou localidades que automóveis e caminhões não vençam ou atinjam, estabelecendo um contacto permanente não só entre as mais remotas povoações moçambicanas, quere do litoral, quere do *hinterland*, mas também com todos os Estados vizinhos, o uso da machila e outros rotineiros sistemas de transporte foram por completo abolidos.

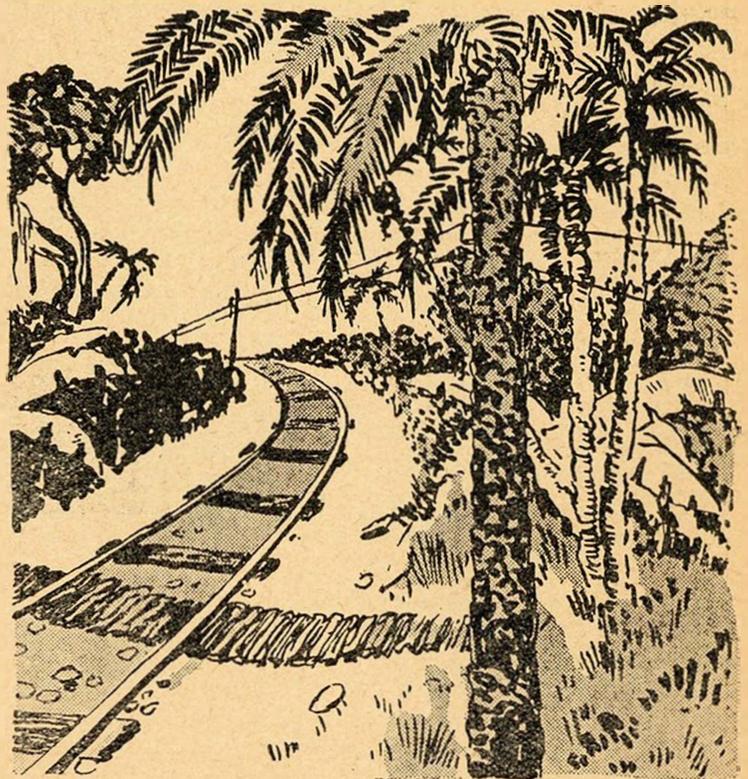
O cuidado patenteado, instantemente pelos nossos Governadores, em aperfeiçoar e dilatar a rede de comunicações na província tem impressionado muito bem na União Sul-Africana, onde, com frequência, a nossa obra tem sido apontada como um bom exemplo a seguir.

Caminhos de Ferro

Actualmente há uma rede de caminhos de ferro superior a 2.000 quilómetros, dos quais 916 pertencem ao Estado e os restantes ás companhias concessionárias. Com o material ferroviário adquirido, a rede de caminhos de ferro da Província deve compreender, em breve, cerca de 2.100 quilómetros.

Os mais importantes caminhos de ferro são os de Lourenço Marques, num total de 408 quilómetros, sendo 89 de Lourenço Marques á fronteira do Transvaal e 76 á fronteira da Suazilândia, e os das companhias concessionarias nos territórios de Manica e Sofala numa extensão de, aproximadamente, 600 quilómetros, sendo, destes, 326 quilómetros, os que ligam o porto da Beira á região inglesa da Machona, e os restantes 254 o mesmo porto á Murrça e, por conseguinte, ao rio Zambeze. Qualquer dos caminhos de ferro, Lourenço Marques-Transvaal, Lourenço Marques-Suazilândia e Beira-Machonalândia — são o escoamento natural dos produtos do sul e do ocidente da Africa debaixo do protectorado inglês.

A administração dos Caminhos de Ferro, tem, além dos 916 quilómetros de caminhos de ferro em explora-



ção, mais 458 quilómetros de camionagem automovel, assim distribuidos: linha da Suazilândia, 42 km.; Marracuene-Manhiça, 85 km.; Xinavane-João Belo, 100 km.; João Belo-Chibuto, 75 km.; Manjacaze-Inharrime, 155 km

Estradas classificadas oficialmente existentes em 1 de Janeiro de 1932

| DISTRITOS | Classificação | | | Total Kms. |
|------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|---------------|
| | 1. ^a | 2. ^a | 3. ^a | |
| Lourenço Marques | 501 | 579 | 1.541 | 2.621 |
| Inhambane. | 515 | 199 | 1.417 | 2.131 |
| Quelimane | 937 | 1.486 | 1.017 | 3.470 |
| Moçambique. | 1.007 | 575 | 1.198 | 2.780 |
| Tete. | 898 | 660 | 696 | 2.254 |
| Cabo Delgado. | 560 | 1.006 | 877 | 2.443 |
| Niassa. | 305 | 1.072 | — | 1.377 |
| <i>Total</i> | 4.723 | 5.577 | 6.776 | 17.076 |

Procurem lêr a mais recente novidade da literatura colonial portuguesa

por LUIZ FIGUEIRA (Socio-Correspondente da Sociedade Luso-Africana)

Leitura empolgante e vivamente emocionante

PRINCESA NEGRA

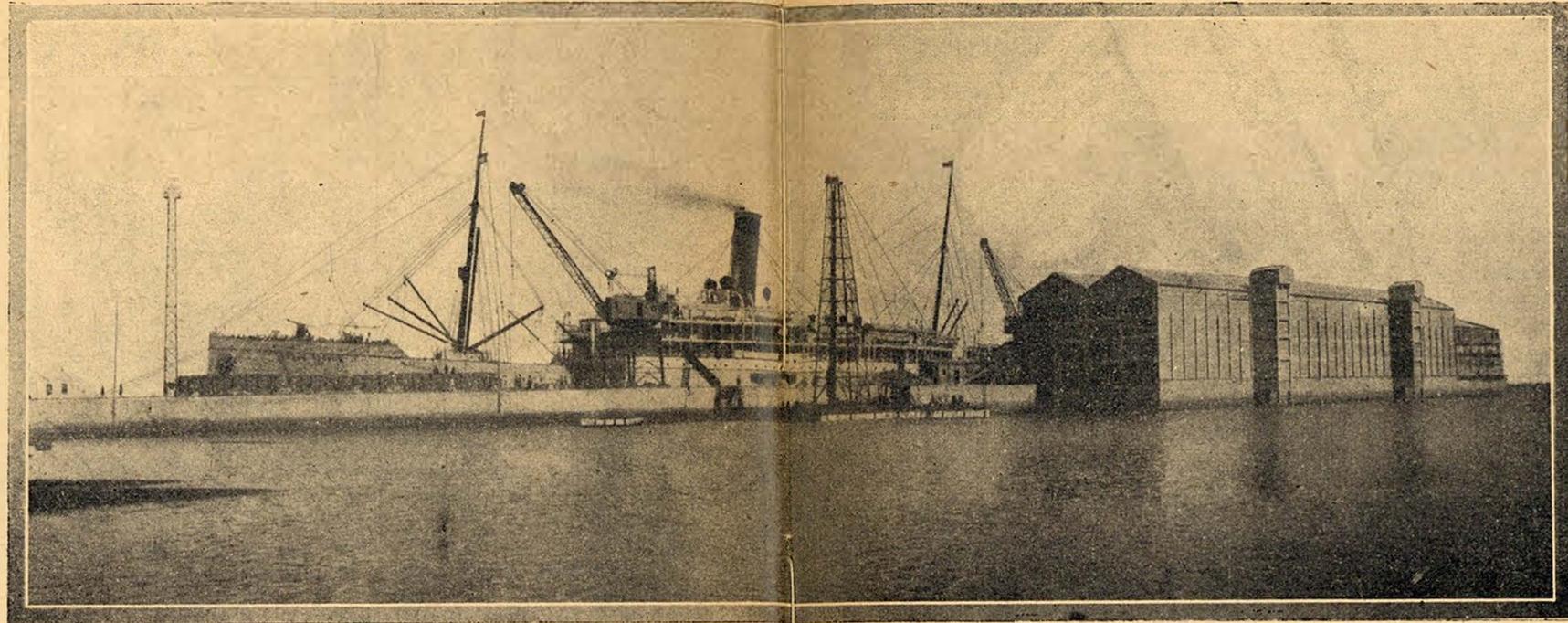
O preço da civilização em Africa

GOOD WORK AT LOURENÇO MARQUES PORT.

(From the "Lourenço Marques Guardian" of the 2nd February 1932.)

ANOTHER "FIGHTING TEMERAIRE"

The motor vessel Temeraire, of Messrs. Wilh. Wilhelmsen's Norwegian African - Australian line, came into Lourenço Marques on Friday in a tremendous hurry. It was most urgently necessary that she should reach Fremantle by February 13, but her cargo for Lourenço Marques amounted to 529 standards of Baltic timber—very nearly a week's work in the ordinary way, and the ordinary way of working would have caused her to exceed her time-limit in regard to her Australin call. At the urgent request of her owners a very special effort at quick dispatch was made, with the result that, starting discharge in the stream at noon on Friday and working through without a stop, the last stick of timber was put over the side just before 9 o'clock on Saturday night, and the Temeraire sailed immediately afterwards. The firm responsible for this record dispatch is the D. Bay Agency Co., at whose timber yard the Temeraire cargo is being handled. Although special efforts of this kind cannot be repeated very often, owing to the economic side, they prove that Lourenço Marques is second to no other port in the facilities provided for the quick dispatch of ships.

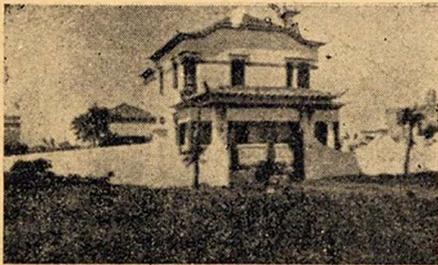


O S. S. "DURHAM CASTLE", EM 1930, CARREGANDO O PRIMEIRO EMBARQUE DE FRUTAS, NA PONTE-CAIS DO NOVO ARMAZEM FRIGORIFICO DE LOURENÇO MARQUES

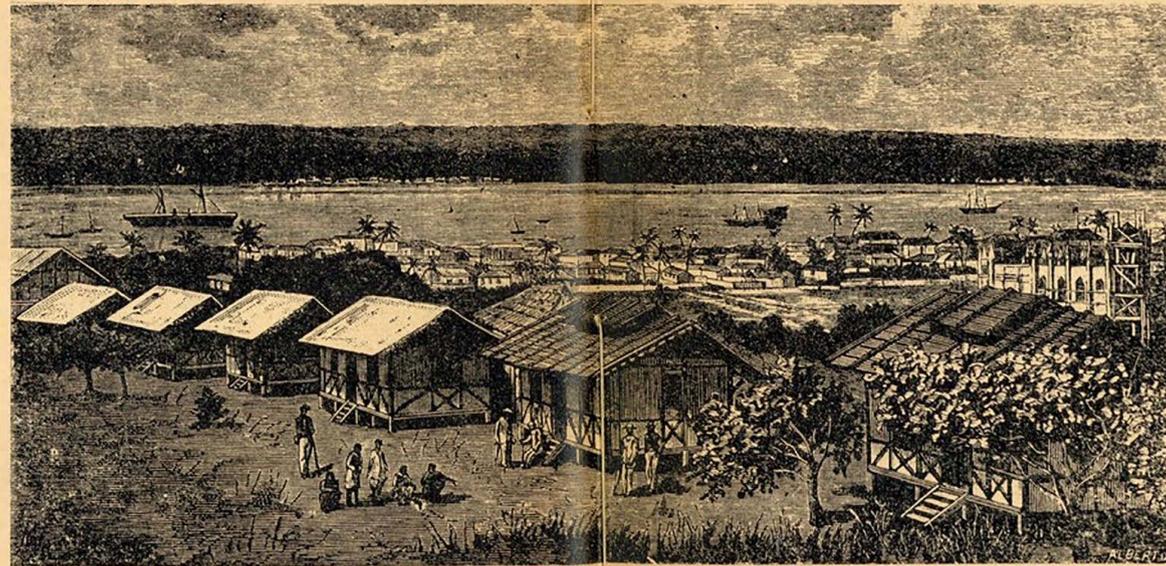
Preso a um ideal mais alto, Portugal deve ser uma solidariedade viva em quatro partes da Terra: como se esta fôsse a própria fonte da vida nacional, todas as populações terão de ajudar-se e proteger-se mutuamente, porque a todas a mesma bandeira cobre e a mesma língua tem de embalar: os mais fortes devem amparo aos mais fracos, os mais cultos aos que ainda não tiverem sabido ultrapassar os primeiros degraus do saber humano. Mas todos julgarão as cousas do mundo com um só pensamento: Portugal; e apreciarão os interesses humanos com uma só medida: o interesse português.

Cônsua da sua união e querendo sucessivamente aperfeiçoá-la, a Nação tem de ser forte, moral e materialmente.

ARMINDO RODRIGUES MONTEIRO
MINISTRO DAS COLÓNIAS



LOURENÇO MARQUES DE HOJE
TIPOS DE HABITAÇÕES



LOURENÇO MARQUES DE ONTEM



LOURENÇO MARQUES DE HOJE
TIPOS DE HABITAÇÕES

ÁRVORE ANTROPÓFAGA

O conhecido explorador capitão De la Molte-Huost, da Sociedade de Geografia de Londres, partiu com uma expedição ao interior de Madagascar, da qual fazem parte sua esposa, um oficial de marinha, um geólogo e um botânico, a-fim-de procurar a árvore que come gente. A famosa árvore antropófaga, de que tanto falam os chefes indígenas de Madagascar mas que os seientistas nunca viram, parece assemelhar-se a um ananaz gigante, que segrega um liquido espesso, com propriedades estupefacientes e cujas folhas grossas são armadas de mandíbulas. Os indígenas adoram esta árvore como um ídolo e oferecem-lhe sacrificios humanos. Após uma série de danças sagradas, uma rapariga escolhida para vítima é levada para junto da árvore, cuja seiva embriagadora a fazem beber. Os ramos, ao contacto da carne, afastam-se e abrem as suas garras. Lentamente, os tentáculos cerram-se sobre o corpo e esmagam-no no seu abraço de polvo. As fôlhas permanecem nesta posição durante cinco ou seis dias; depois, lentamente, afastam-se. Já se não encontram senão os ossos da vítima. A carne foi toda digerida e absorvida pelo estranho vegetal que os indígenas de Madagascar dizem existir mas que até agora se tem recusado a mostrar aos brancos.

GRANDE DEPOSITO

DE

Pinho do Paraná

SERRADO E APPARELHADO

STOCK PERMANENTE

Prompta entrega

José J. Pastura

RUA ALPHA, 112

(Praia Formosa)

Telephone 4-1275

RIO DE JANEIRO

HORA UNIVERSAL

QUANDO EM LOURENÇO MARQUES É MEIO DIA

| CIDADES | PAISES | Manhã | | Tarde | |
|--------------------------|------------------------------|-------|----|-------|------|
| | | h. | m. | h. | m. |
| Athenas | Grécia | a | 12 | — | — |
| Berlim | Alemanha | a-b | 11 | — | — |
| Berna | Suíça | a | 11 | — | — |
| Bruxelas | Bélgica | a-b | 10 | — | — |
| Buenos Aires | Argentina | d | 7 | 43 | — |
| Caracas | Venezuela | — | 5 | 30 | — |
| Cristiania | Noruega | a | 11 | — | — |
| Constantinopla | Turquia | a | 12 | — | — |
| Funchal | Madeira | a | 9 | — | — |
| Goa | India Portuguesa | c | — | — | 3 30 |
| Haia | Holanda | f | 10 | 20 | — |
| Horta | Açôres | a | 8 | — | — |
| Leninegrado | Rússia | e | 12 | — | — |
| Lima | Perú | a | 5 | — | — |
| Lisboa | Portugal | a | 10 | — | — |
| Londres | Inglaterra | a | 10 | — | — |
| Luanda | Angola | a | 11 | — | — |
| Macau | Macau | a | — | — | 6 |
| Madrid | Espanha | a-b | 10 | — | — |
| Montevideu | Uruguaí | a | 6 | — | — |
| Nova York | América | a | 5 | — | — |
| Paris | França | a-b | 10 | — | — |
| Pequim | China | a-g | — | — | 6 |
| Pretoria | U. S. Africana | a | 12 | — | — |
| Rio de Janeiro | Brasil | a | 7 | — | — |
| Roma | Itália | a-b | 11 | — | — |
| S. Tomé | S. Tomé e Príncipe | a | 10 | — | — |
| S. Tiago | Cabo Verde | a | 8 | — | — |
| Sofia | Bulgária | a | 12 | — | — |
| Toquio | Japão | a | — | — | 7 |
| Vera Cruz | México | h | 3 | 23 | — |
| Viena | Austria | a | 11 | — | — |

a — Hora oficial, conforme a convenção de Washington. b — No verão, mais uma hora. c — Hora oficial em toda a Índia, excepto em Calcutá. d — Hora oficial da Argentina. f — Hora oficial na Holanda. g — Em uso apenas nos correios, telegrafos, caminhos de ferro e alfândegas. h — Hora oficial no México.

Desejam conhecer os melhores trabalhos de um dos maiores valores da nova geração portuguesa?

Leiam, nesse caso:

GEOGRAFIA LITERÁRIA

E

DIÁRIO ROMANTICO

DE OSÓRIO DE OLIVEIRA

Obras premiadas pela Agencia Geral das Colónias, cuja leitura recomendamos com sincero empêno, não só pelo muito que valem como pelo fervor lusitana que as inspirou:

O VELO DE OIRO POR HENRIQUE GALVÃO

O CAMINHO DO ORIENTE POR JAIME DO INSO

UMA REFERÊNCIA HONROSA QUE VALE POR UM GALARDÃO

Com legítima ufanía, transcrevêmos as palavras com que o difundido "Diario de Lisboa" — o cintilante vespertino que o talento e a capacidade jornalística do sr. Dr. Joaquim Manso elevaram à curúl de leader das classes intelectuais portuguesas — se referiu, num dos seus apreciados tópicos da primeira página, à aparição do segundo número dêste Boletim:

"Constituiu um verdadeiro êxito, sob o ponto de vista gráfico, intelectual e patriótico, o Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro. Nele colaboram, com oportunos e brilhantes estudos, Ricardo Sevéro, Nórton de Matos, Teixeira Gomes, Paiva Couceiro, Nuno Simões, Teófilo Duarte, Gastão de Sousa Dias, Henrique Galvão, Jaime do Inso, João Sarmento Pimentel, etc. etc.

São 100 páginas de ardente civismo, profusa e brilhantemente ilustradas, representando um admirável esforço, em pról do nosso império colonial, pelo qual saudamos a prestigiosa instituição que, nem por ser das mais novas que os portugueses do Brasil fundaram e sustentam, deixa de ser das que mais serviços têm prestado à sua pátria".

"Tenho as maiores esperanças no futuro de Angola. É o mais vasto e atraente campo de expansão da actividade, da população e da civilização portuguesa. Antevejo, para além do presente, uma grande nação luso-africana perpetuando o nome, a lingua e as tradições de Portugal, nas terras do Ocidente africano que primeiro descobrimos".

CORONEL VICENTE FERREIRA

PORTUGUESES:

Lêde os maravilhosos livros de Gastão Sousa Dias:

CARTAS DE ANGOLA

AFRICA PORTENTOSA

HISTORIA DE ANGOLA

Digno do mais sincero aplauso e franco louvor o trabalho que o ilustre missionário secular português, Sr. Padre Manuel Ruela Pombo, actual vigário da igreja de Nossa Senhora de Muxima, está a realizar com paciência e saber beneditinos, compendiando na revista "Diogo Cão", interessante publicação de que é director e proprietario, os mais diversos feitos relacionados com a Historia de Angola — essa página brilhante, em que se destacam figuras das mais representativas da estirpe lusa e se referem proesas das mais dignas do valor e da corágem da nossa Raça, dispersa por arquivos pulverulentos, e que agora, graças aos esforços e à competência de um sacerdote culto e de um verdadeiro patriota, ficará para sempre gravada nos luminosos Anais da nacionalidade.

A' MUSICAL

RÁDIOS E VITROLAS DE TODOS OS FABRICANTES

DISCOS DE TÔDAS AS MARCAS

OPTIMA SELECÇÃO DE FADOS PORTUGUESES

SECÇÃO DE CONCERTOS

L. G. ANTUNES

RUA URUGUAIANA, 107 — Telef. 4-4650

RIO DE JANEIRO



A maxima perfeição, entrega rápida, garantia absoluta.

LAVANDERIA PARISIENSE

PARIS MODELO

GALVÃO, REIS & C.^{IA} AV. PASTEUR, 310 (Praia Vermelha)

Chamados: Fones 6-0570 e 6-2484—Especialidade em roupas finas

25 Agencias na Cidade.—Peçam tabelas

Preços especiais para hotéis, pensões e restaurantes.

Lavagem e preparo de toda a qualidade de roupa.



NOTICIÁRIO

Bibliotéca

A nossa Bibliotéca, ainda que em formação, já conta com algumas dezenas de obras literárias, que nos têm sido ofertadas umas pelos seus autores, outras pelos socios, e outras ainda adquiridas pela Bibliotéca. Além destas possui um regular número de revistas e boletins literários recebidos diretamente, Estatísticas, Estudos, Discursos, Conferencias de assuntos coloniais, Jornais de todas as cidades das Colónias Portuguesas, Diários Officiais de tôdas as Províncias, etc.

Na impossibilidade de darmos uma relação de tôdas as obras literarias, revistas, jornais, etc. por carência de espaço linitamo-nos a fazer a continuação do nosso ultimo Boletim:

OBRAS LITERARIAS:

ANGOLA E OS ALEMÃES — Fran Pacheco.
 ANGOLA — Henrique de Paiva Couceiro.
 A MENTALIDADE COLONIZADORA DOS PORTUGUESES — Nórton de Matos.
 A CHINA — Jaime do Inso.
 A SINTESE UNIVERSAL E AS SUAS LEIS — M. Carlos.
 AS COLONIAS PORTUGUEAS — Simão do Laboreiro.
 A PRINCEZA NEGRA — Luiz Figueira.

A CAMPANHA DE AFRICA — Um sargento.
 AFRICA PORTUGUESA — Gastão Sousa Dias.
 A CAMINHO DO ORIENTE — Jaime do Inso.
 COSTUMES E LENDAS DA ZAMBEZIA — F. Gavicho de Lacerda.
 COMO SE PERDEU ORMUZ — Luciano Cordeiro.
 ENSAIOS DE SOCIOLOGIA — M. Carlos.
 FACETAS DE ANGOLA — Amavel Granger.
 MEMORIAS DE GUERRA NO MAR — Henrique Corrêa da Silva.
 MÉTODO PRÁTICO DA LINGUA MBUNDU — Ernesto Leconte.
 O COMUNISMO CIENTIFICO — M. Carlos.
 OS JESUITAS PORTUGUESES NA AFRICA ORIENTAL — Francisco Rodrigues.
 O BRASIL NA AMERICA — M. Bomfim.
 O MARQUEZ DE POMBAL E A SUA EPOCA — J. Lucio d'Azvedo.
 O RETRATO DE DORIAN GRAY — Oscar Wilde.
 PATRIA PORTUGUESA — Julio Dantas.
 PORTUGAL AMOROSO — D. João de Castro.
 TERRAS DE AFRICA — Pedro Muralha.
 TROPAS DE AFRICA — Carlos Selvagem.
 RESUMO DA HISTORIA DE MACAU — Jacinto José do Nascimento Moura.
 RELAÇÕES DOS PORTUGUESES COM SIÃO — idem.

O mate é o verdadeiro substituto do chá da Índia, usado até aqui. Descoberto pelos jesuitas no Paraguai, no século XVI era tomado como alimento, e como medicina pelos índios americanos e entrou nos habitos dos argentinos, uruguaios, chilenos e brasileiros, que o tomaram como agua, passando a usa-lo mais tarde como chá.

A Europa já se está habituando ao mate e a propria Inglaterra tem sido a primeira a usá-lo em virtude das suas qualidades nutritivas e terapeuticas, além de estimulantes em



virtude da grande dóse de cafeina que contém. A sua fabricação é toda em elementos de madeira natural, não contendo nenhuma substância nociva á saúde.

De todos os mates fabricados no Brasil, o Real é o melhor. Usam-no casas reais da Europa. É o rei dos mates e o mate dos reis.

DAVID CARNEIRO & C.^{IA} — CURITIBA (BRASIL)

REPRESENTANTE PARA PORTUGAL E SUAS COLONIAS:

ALVARO PEREIRA — Rua Tomás Ribeiro 109, r/c. D. — LISBOA

Novos socios

Durante os meses de Junho a Dezembro, foram admitidos os seguintes novos sócios:

Luís MANUEL DE SOUSA GOMES VELOSO
FERNANDO ALBERTO MARQUES PINTO.. } propostos por
MARIO CAMEIRA..... } António de
JOAQUIM FARIA DE FIGUEIREDO..... } Sousa Amorim.
JAIME SILVA..... }

JOSÉ FERREIRA GONÇALVES GUIMARÃES, proposto por
Luís M. Sousa Veloso.

JOAQUIM MENDES..... } prop. por Alfredo
AMANDIO VIEIRA CAMPOS..... } Alves Freixo.

JOÃO NASCIMENTO PERPÉTUO... } propostos por Alberto
ARTUR MOREIRA NEVES..... } Lopes dos Santos.
LINDOLFO FRANCISCO MOREIRA. }

AUGUSTO SOARES..... } propostos por
FRANCISCO FERNANDES COSTA.. } Abel Moreira Neves.

AURELINO COUTINHO..... }
JOSÉ VEIGA CASTRO..... }
ANIBAL WAVE PINTO..... } propostos por
MANUEL ANDRADE SOBRAL..... } J. Nascimen-
ALEXANDRE ELEUTÉRIO GONÇ. DA SILVA. } to Ribeiro.
ACÁCIO TAVARES COUTINHO..... }
CIRILO GASPAR SANTIAGO..... }
ANTONIO DA SILVA PEREIRA..... }
JOSÉ GUILHERME MONTEIRO MANTAS... }
JOAQUIM BARROCO RUAS..... }
JOSÉ RIBEIRO DA SILVA..... }
CANDIDO PEREIRA..... }
LUIS TERRA..... }
ABILIO AUGUSTO GUERRA BRANCO..... }
AUGUSTO CORREIA DE AZEVEDO..... }

JOSÉ DE ARAUJO LAGE..... } propostos por
ANTÓNIO LEÃO MARTINS JUNIOR } Eugénio Gomes Martins

JOAQUIM MONTEIRO..... }
PEDRO FERREIRA DA SILVA..... } propostos por
ALVARO SILVA..... } Alamiro Andrade.
JOÃO FERREIRA BRAGA..... }

CARLOS CASTRO DE MOURA FONTES }
JOSÉ RODRIGUES MONTEIRO..... } propostos por
AUGUSTO PEREIRA SILVA E SÁ.... } Antero de Faria.
ABEL CORREIA DE MATOS..... }

MANUEL CORRÊA DE QUEIRÓS.. }
ALFREDO TAVARES DE SOUSA... } propostos por
ANTÓNIO GARCIA LEITE SIMÕES } Armando Garcia Leite
ARTUR FERREIRA DA COSTA.... } Ferreira
CUSTODIO DOMINGUES CORRÊA. }

ED. FONSECA..... }
JOSÉ PEDRO DIAS..... } prop. por
ANTONIO TEIXEIRA DE SOUSA..... } Carlos Castro
MANUEL DUARTE BELFORT DE CERQUEIRA } de Moura
FRANCISCO DE OLIVEIRA MARQUES..... } Fontes,
EDUARDO ALJÓ..... }
GASPAR MENDES DA ROCHA DINIZ..... }

ANTÓNIO FERREIRA TAVARES, proposto por Afonso de Melo Botelho.

FREDERICO SILVA NEVES, proposto por Augusto Pereira Silva e Sá.

DANIEL BRANCO RIBEIRO, proposto por Carlos Alberto da Silva Ramos.

ANTÓNIO RIBEIRO ALBUQUERQUE, proposto por Amândio Peixoto e Louro de Melo.

JOSÉ TOMÁS NUNES, proposto por Marcel Augusto de Almeida.

JOÃO LUCAS CARREIRA, proposto por Bernardo Nunes Condeço.

Os que regressam

Pelo vapor Quanza, regressou no começo de Novembro o nosso prezado consócio Sr. Frederico Rosa, zeloso funcionário do Consulado Geral de Portugal. Folgamos por saber que veiu completamente restabelecido da enfermidade que o levou até aos ares pátrios.

Casamento

No dia 10 de Setembro proximo passado realizou-se o casamento do nosso estimado consócio Sr. Rodolfo Moullin com a prendada senhorita Laura Soares de Mendonça.

Ao novo casal auguramos as venturas de que são dignos pelas suas excelentes qualidades morais.

OSCAR VIEIRA & COMP.

Rua Pedro Americo n.º 27

Telefone 5-2314

RIO DE JANEIRO

**ALCOOL E AGUARDENTE
EM GROSSO**

BEBIDAS E VINAGRE

ANALYSE DO LABORATORIO
BROMATOLÓGICO SOB O N.º 14.332

**CERVEJAS
GAROTA e GLORIA
SÃO AS MELHORES**

**Sociedade Luso-Africana
do Rio de Janeiro**

SOCIOS HONORARIOS

General José Mendes Ribeiro Norton de Matos
Doutor Nuno Simões

SOCIOS COOPERADORES

Doutora Fernanda de Bastos Casimiro
Doutor Rodrigo Rodrigues
Doutor Marcelo Gonçalves Nunes Duarte Matias
Doutor Bertho Condé
Doutor Ernesto de Sousa
Raul Martins
Fernando Corrêa Dias
Dr. Albino Bastos

SOCIOS CORRESPONDENTES

| | |
|----------------------|--|
| Africa Occidental | Luanda — Virgilio Saraiva |
| | Nova Lisboa — David Denis |
| | Sá da Bandeira — Cap. Gastão Sousa Dias |
| | Lobito — Luiz Figueira |
| | Silva Porto — Manoel Bento Gonçalves Ferreira |
| Africa Oriental | S. Tomé — Pedro Branco Cerqueira |
| | Moxico — Manoel Quitans Lima Braga |
| | Bolama — Antonio Pereira Cardoso |
| | S. Antão — Mario Rogerio Afonso Leite |
| Portugal | Lourenço Marques — Dr. Antonio Augusto Miranda |
| | Quelimane — Francisco Gavicho Lacerda |
| | Inhambane — Dr. Antonio Nobre de Melo Beira — Tenente Mário Augusto da Costa |
| Brasil | Lisboa — Major José Ribeiro Da Costa Junior |
| | Aveiro — Major Joaquim da Silva Geraldo |
| | Viana do Castelo — Rodrigo Luciano de Abreu e Lima |
| | Porto — Frederico Filipe |
| | Ponte do Lima — Julio de Lemos |
| | S. Paulo — Cap. João Maria Ferreira Sarmiento Pimentel |
| | José Gonçalves Paratudo. |

Lutuosa

Vitimado por um fleimão na mão direita, faleceu a 9 de julho o dedicado sócio fundador desta colectividade, José Rebelo da Costa. O desditoso cidadão que tinha conquistado aqui grande numero de simpatias pelas suas boas qualidades, era natural do concelho de Fornos de Algodres, de onde havia vindo para o Brasil á cerca de 20 anos. A directoria que se fez representar no concorrido funeral, tambem nestas colunas lhe presta a homenagem sincera da sua saude.

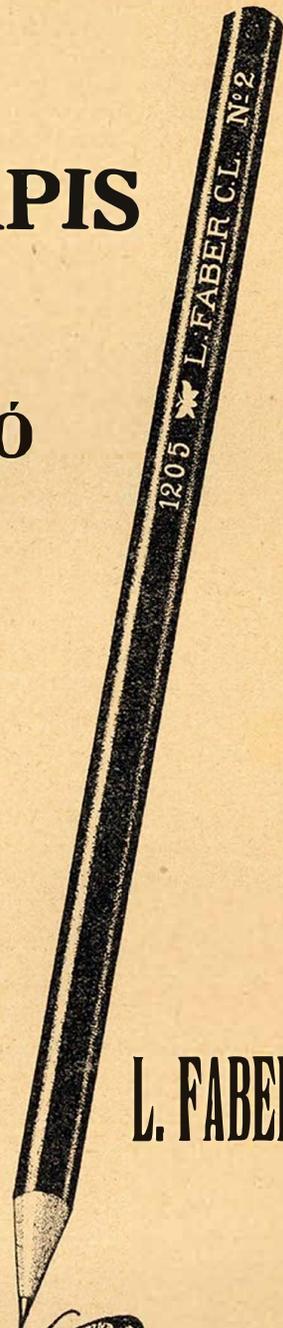
* * *

Encontra-se de luto pelo falecimento repentino de sua extremecida sogra, Exm.^a Senhora Dona Dolores Varela Amoroso, o nosso prezado director desta colectividade, Sr. Abel Moreira Neves.

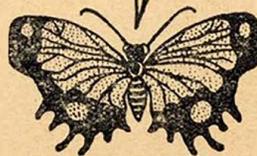
A Directoria da Sociedade Luso-Africana, fez-se representar nos funeraes da distincta senhora, realizados no dia 14 do corrente, por vários dos seus componentes e deste lugar reitêra ao seu estimado membro seus pêsames, consignados em acta.

LAPIS

SÓ



L. FABER C. L.



MARCA REGISTRADA

São os melhores

J. NASCIMENTO PERPETUO

R. MAYRINCK VEIGA 28, 4.º

RIO DE JANEIRO

Tambem registamos compungidamente o falecimento no dia 21 do mês corrente do nosso compatriota José António de Abreu, — dolorosa ocorrência que encheu de luto o lar de seu estimado sogro e nosso respeitável companheiro de Directoria, sr. Henrique E. N. Santos, a quem por tão deplorável transe apresentamos, uma vez mais, as nossas sentidas condolências.

Docente

Depois de ter enfermado gravemente, já se encontra restabelecido o dedicado 2.º Tesourciro desta colectividade, Sr. Afonso Lopes de Oliveira, facto que registamos com vivíssima satisfação.

Colaboradores

Não vamos repetir aqui o testemunho do nosso imperecível reconhecimento aos insignes colonialistas que se dignaram honrar as páginas desta publicação que só vale pelo brilho dos valiosos trabalhos que tem o íntimo orgulho de divulgar e difundir, nem tão pouco alimentamos a estulta vaidade de lhes realçar os inestimáveis méritos, tão alto é o prestígio dos seus nomes, não apenas em Portugal e no Ultramar, mas também, e mui justamente, nos grandes centros do estrangeiro.

Com estas palavras queremos unicamente apresentar as nossas desculpas aos nossos eminentes colaboradores, cujos trabalhos o espaço deste Boletim não comportou, assegurando-lhes, entretanto, a merecida publicidade no volume correspondente ao mês de Março vindouro.

A imprensa e o Boletim da Sociedade Lusó-Africana do Rio de Janeiro

Constrangidos pela impossibilidade de arquivar tôdas as amáveis referências feitas a êste Boletim, vamos colhêr a êsmo e transcrever algumas delas, sem que isto de modo nenhum signifique menos aprêço pelas palavras de louvor com que tantos outros distinguiram esta publi-

cação, cujo mérito principal consiste em não visar fins materiais ou pecuniários de nenhuma espécie:

Do "Jornal Português" do Rio de Janeiro:

Ao JORNAL PORTUGUÊS, fundado para elevar o nome da Patria, interessam-lhe sobremodo as causas nobres, e por elas se tem batido com orgulho pátrio. Estamos pois muito á vontade para proclamar que a "SOCIEDADE LUSO-AFRICANA" acaba de mostrar eloquentemente quanto podem a inteligência e a vontade quando ao serviço de nobres ideais.

O seu Boletim n. 2, é um precioso relicário onde se reúnem mimosas e custosas joias do mais acendrado amor pelos nossos domínios ultramarinos, o que significa POR PORTUGAL.

A nóvel organização merece o maior amplexo de todos os portugueses que pelo universo se espalham, honrando o nome glorioso de sua Pátria, que a querem ver forte e unida, para que a nossa África se eleve á grandeza que a si própria se impõe, pelas riquezas e valor do seu abençoado solo, tanta vez, e continuamente cobijado, ávidamente, por olhos estrangeiros, que temos sabido repelir com denodo e altivez.

E tal atitude manterá Portugal enquanto houver portugueses como essa brava gente moça que á frente da "SOCIEDADE LUSO-AFRICANA" tão belos exemplos nos dá do verdadeiro idealismo pátrio. Santo idealismo, abnegados patriotas.

*

O Boletim n. 2 apresenta-se caprichosamente confeccionado, e ilustres penas de ilustres portugueses valorizam a GRANDE OBRA que em terras do Brasil estão erguendo os detentores dos postos de maior responsabilidade da prestigiosa agremiação a quem, por direito de conquista, cabe uma distinção da ordem honorifica, criada recentemente pelo govêrno de Portugal, e destinada a premiar valores da propaganda pelas nossas colónias.

A Sua Excelência o sr. Embaixador de Portugal, por certo, não passará despercebido o valor que em terras estranhas representa o pujante colectividade.

SERRARIA GONZALEZ

Especialidade em Pinho do Paraná

CAIXAS DESARMADAS

FERNANDES GONZALEZ & C.º

Rua Francisco Eugenio, 81 — RIO DE JANEIRO

Tel. 8-5469

End. Tel. FERGONZALEZ

A Francisco das Dôres Gonçalves e Antonio de Sousa Amorim, os nossos melhores parabens pela obra que tanto dignifica as suas pessoas e todos quantos para ela trabalharam.

E' assim que se é português!

E' assim que se dignifica a Pátria!

Com obras. E obras do vasto alcance de que é modelo perfeito a que acaba de apresentar — sem mira em interesses materiais — a "SOCIEDADE LUSO-AFRICANA", do Rio de Janeiro.

De "A Pátria" do Rio de Janeiro:

A SOCIEDADE LUSO-AFRICANA, apesar de poucos annos de existência que conta é já uma das colectividades lusas mais consideradas. A sua acção tem-se feito sentir, principalmente, no patriótico propósito de divulgar, no Brasil, as grandes, inestimáveis riquezas do Portugal ultramarino, tornando conhecidas as grandes obras ali realizadas e que, infelizmente, não são apreciadas no justo valor e alcance que merecem. Sociedade nova e, talvez por isso mesmo, por ser nova, constituída de gente moça e empreendedora, vem de facto, realizando alguma coisa de útil e brilhante para Portugal. E, entre as suas iniciativas dignas de aplauso, bastaria citar a de promover as conferências sobre as colónias, que tanto êxito obtiveram, com a palavra autorizada e fluente do dr. Marcello Mathias, ilustre consul adjunto de Portugal no Rio.

Outro belo esforço que merece, do mesmo modo o nosso aplauso e de toda a colónia é a publicação do esplendido boletim de distribuição gratuita e de que é redactor o sr. Antonio de Sousa Amorim. Impresso em optimo papel, numa apresentação luxuosa vem recheado de valiosa colaboração e artigos destacando-se os brasões de armas das cidades das províncias do ultramar, a côres. Um bello trabalho, um belo esforço e uma bela intenção, de patriótica propaganda.

De a "Pátria Portuguesa" do Rio de Janeiro:

Comemorando o 2.º anniversário da fundação da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, publicou esta instituição um número especial do seu Bo-

letim, com 96 páginas de escolhida colaboração e belas gravuras a côres.

E' um número bem feito, bem cuidado e caprichosamente organizado, destacando-se da sua colaboração os excelentes artigos sobre as colónias, firmados pelas penas mais autorizadas no assunto.

Do "Intransigente" de Benguela:

Já por mais duma vez nos temos referido á Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, felicíssima iniciativa de portugueses residentes na capital da nação brasileira, irmã e amiga.

Quando as Colónias se debatem aflitas, no meio de tanto indiferentismo dos metropolitanos, é consolador constatar que outros compatriotas nossos, embora residentes em país estrangeiro, se interessam na propaganda do que nos legaram nossos Maiores, acarinhando o esforço dos que aqui mourejam, desajudados, as mais das vezes, do auxilio que era mister e obrigação prestar-se-lhes.

Bem hajam quantos trabalham pelo engrandecimento da Sociedade Luso-Africana, pois o seu labor, engrandece igualmente a Pátria que nos foi berço.

Felicitemos entusiasticamente o brilhante organismo pela passagem do seu 2.º anniversário, agradecendo a remessa que nos fez do "Boletim" comemorativo, que é preciosíssimo pela excelente colaboração que encerra e magnífica apresentação.

Brasões das Provincias

Ultramarinas

A Directoria da Sociedade Luso-Africana tem a satisfação de tornar público que em todos os seus boletins trimestrais será publicado o brasão, com as respectivas côres, de cada uma das nossas provincias ultramarinas, cabendo a vez, no presente número, ao da Guiné.

No próximo número

Colaboração inédita dos Exmos. Senhores Almirante Victor Hugo de Azevedo Coutinho, Tenente Domingos da Cruz, Dr. Antonio Augusto de Miranda, Carlos Coimbra, Dr. Brito Camacho, Capitão Gastão Sousa Dias, etc.

CAFÉ, CHOCOLATE, BOMBONS, BALAS E CAMELOS

COMPRE DA FABRICA

MOINHO DE OURO

NOVO DICIONÁRIO POPULAR

DO PROF. JOSÉ OITICICA

Cada Fascículo: 1\$000 Réis

EM TODO O BRASIL

PEDIDOS Á INDUSTRIA DO LIVRO EDITORA (ANTIGA CASA A ENCADERNADORA — FUNDADA EM 1890)

J. O. DE OLIVEIRA TELLES

RUA S. JOSÉ, 35 — Telef. 3-0804 — RIO DE JANEIRO

**Clichés em Fotogravura e Zincografia,
Doublés, Tricromias, etc.**



JOSÉ PASTOR

GRAVADOR DA "REVISTA SOUSA CRUZ"



RUA PEDRO 1.º N.º 47

(Antiga Espírito Santo)

— ° FONE 2-7095 ° —



Parte dos clichés que comporta este Boletim são feitos na

CASA PASTOR

EXTRACÇÕES SEMANAIS Pedidos á CASA GAUCHO — Rua Chile n.º 3
L. COSTA & C.ª Ltda. **RIO DE JANEIRO**



A LOTERIA DA
PARAHYBA
TRAZ A SORTE

Desta edição fez-se uma tiragem especial de 50 exemplares em papel couché "Perfect art"